



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 04 | Abril 2014



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Abril de 2014

Elaborado com informação disponível até ao dia 28 de abril.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
<hr/>	
Artigos	33
Em Análise	35
Comércio Internacional de Mercadorias Moçambique face ao Mundo (2008-2012) e entre Portugal e Moçambique (2009-2013)	35
Comércio Internacional de Mercadorias de Portugal com Espanha - Janeiro a dezembro de 2013 -	49
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	61
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	69

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2014, a produção industrial mundial acelerou para 3,8% em termos homólogos (3,6% no 4.º trimestre de 2013) devido ao reforço do crescimento das economias avançadas. Pelo contrário, a produção industrial dos países emergentes abrandou, causado sobretudo pela desaceleração dos países asiáticos. No mesmo período, o comércio mundial de mercadorias abrandou, afetando quer as exportações quer as importações mundiais, com destaque para uma desaceleração particularmente acentuada das exportações dos países emergentes.
- * No 1.º trimestre de 2014, o PIB da China desacelerou para 7,4% em termos homólogos reais (7,7% no 4.º trimestre de 2013) em resultado de algum enfraquecimento da procura interna e da diminuição das exportações, em parte, causadas pelo fenómeno do Novo Ano Chinês. Neste período, evidenciou-se a manutenção de um forte dinamismo da atividade económica dos EUA e do Japão e o PIB do Reino Unido reforçou o seu crescimento, tendo aumentado 3,1% em termos homólogos reais (2,7% no 4.º trimestre de 2013).
- * No primeiro trimestre de 2014, o indicador de sentimento económico aumentou tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE) devido sobretudo à melhoria dos indicadores de confiança dos serviços, do comércio a retalho e dos consumidores. Também, o indicador previsional de Banco de Itália, indica que o PIB em cadeia da AE melhorou em março, iniciando o prosseguimento desta tendência para o 1.º trimestre de 2014 (+0,2% no 4.º trimestre de 2013). Adicionalmente, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2014, os indicadores quantitativos para a área do euro (produção industrial, exportações e vendas a retalho) recuperaram, indicando uma melhoria da atividade económica. Em fevereiro de 2014, a taxa de desemprego estabilizou na AE para 11,9% e desceu na UE para 10,6%. Em março de 2014, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para 0,5% em termos homólogos (0,7%, em fevereiro) e para 1% em termos de variação dos últimos 12 meses (1,2% em fevereiro) resultando da desaceleração da generalidade das componentes, com exceção dos bens energéticos, os quais apresentaram uma quebra menos acentuada.
- * Em abril de 2014 e, até ao dia 25, o preço *spot* do petróleo *Brent* manteve-se relativamente estável para se situar, em média, em 108 USD/bbl (78 €/bbl).
- * No período mais recente, assistiu-se globalmente a uma evolução menos favorável dos índices bolsistas internacionais, influenciada pelas consequências do agravamento das tensões geopolíticas em torno da crise na Ucrânia e pela decisão do Comité Federal da Reserva Federal dos EUA em diminuir as aquisições de ativos de dívida pública, tornando a política monetária menos acomodatória.
- * Em abril de 2014 e, até ao dia 25, as taxas de juro de curto prazo subiram para a área do euro; enquanto evoluíram no sentido descendente para os EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,33% (0,31% em março) e a dos EUA desceu para 0,22%.
- * Ao longo do mês de abril, a taxa de câmbio do euro apreciou-se ligeiramente face ao dólar, tendo atingido no dia 25 (1,38), nível semelhante ao registado no final do ano de 2013.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE para o 1.º trimestre de 2014, o indicador de clima económico recuperou, mantendo a tendência iniciada no final de 2012;
- * O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 2,2%, o que representa uma aceleração de 2,7 p.p. face ao trimestre terminado em dezembro de 2013;

- * Até fevereiro de 2014, o défice acumulado da balança corrente foi de 465 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 88 milhões de euros em termos homólogos.
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho desacelerou o ritmo de crescimento enquanto o Índice de confiança dos consumidores tem mantido o ritmo de melhoria.
- * O número de desempregados registados nos centros de emprego, em março, diminuiu 6,1%, enquanto as colocações aumentaram 60%.
- * No quarto trimestre de 2013, os Custos de Trabalho por Unidade Produzida (CTUPs) subiram 0,2%, em termos homólogos.
- A variação homóloga do IPC, em março, fixou-se em -0,4%, 0,3 p.p. abaixo de valor de fevereiro. A variação homóloga do IPPI foi de -1,4%. O IHPC registou uma variação homóloga idêntica à do IPC.
- * No primeiro trimestre de 2014, o défice global provisório das administrações públicas (AP), na ótica da contabilidade pública, foi de 846,1M€, diminuindo 576M€ face ao período homólogo. O défice relevante para efeitos de aferição do cumprimento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro ascendeu a 825,5M€, que compara com 1350,7M€ observado no mesmo período do ano anterior, ficando aquém do limite definido em 874,5M€.
- * Para este comportamento contribuíram a diminuição do défice do Estado (em 351,6M€), a melhoria do excedente dos Fundos e Serviços Autónomos (em 235M€) e a passagem de défice a excedente do saldo da administração local (em 178,1M€). Em sentido contrário, a Segurança Social contribuíram para o agravamento do saldo das administrações públicas ao diminuir o seu excedente em 60,5M€ e a administração regional ao apresentar um défice de 124,5M€, que compara com um excedente de 3,7M€ no período homólogo.
- * A execução financeira consolidada¹ provisória do SNS até março revela um défice de 62,8M€, agravando-se 26,9M€ face ao período homólogo.
- * De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em fevereiro, a dívida pública das administrações públicas atingiu 220,6 mil M€, mais 6960M€ que no final de janeiro.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 3,5% nos primeiros dois meses de 2014. Neste mesmo período, as importações aumentaram 7,6%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 30,2%, correspondendo a 406 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 81,7%, menos 3,2 p.p. que em igual período de 2013.
- * Nos primeiros dois meses de 2014, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi superior ao crescimento das exportações totais (5,0%). As importações registaram uma variação homóloga positiva, superior ao crescimento das exportações (5,6%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 15,8%.
- * No último ano a terminar em fevereiro de 2014, as exportações de mercadorias cresceram 4,9% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+2,3 p.p.), dos “Produtos Acabados

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Resultados mensais preliminares de janeiro a fevereiro de 2014.

Diversos” e dos “Agroalimentares” (ambos com + 0,8 p.p.). Nos primeiros dois meses de 2014, destaca-se o contributo positivo do “Vestuário e Calçado” (+1,7 p.p.), seguido dos “Produtos Acabados Diversos” (+1,1 p.p.), dos “Agroalimentares” e do “Material de Transporte” (ambos com +0,6 p.p.).

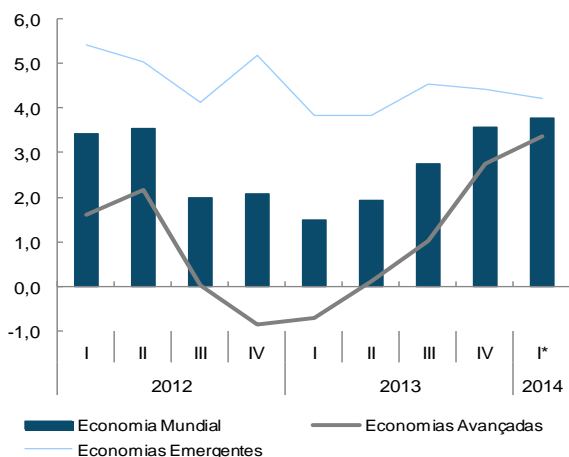
- * De janeiro a fevereiro de 2014, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 4,3% e contribuíram em 3,1 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 4% e as exportações para os países do Alargamento cresceram 11,2%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 2,8 p.p. e 0,4 p.p. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (24,2% do total de janeiro a fevereiro de 2014), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+1,8 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para França e o Reino Unido (+1,1 p.p. e +0,6 p.p. respetivamente).
- * Nos primeiros dois meses de 2014, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva inferior à das exportações para a UE (1,4%), passando a representar 27,1 % do total das exportações nacionais (-0,6 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+40,5%).
- * De janeiro a fevereiro de 2014, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 2,9%. As exportações de produtos de baixa intensidade tecnológica são as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+3,2 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de janeiro de 2014, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 3,9% no primeiro mês de 2014. A componente de Serviços registou uma melhor performance de crescimento relativamente à dos Bens (6,3% e 3,0%, respetivamente) no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (2,2 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2014, a produção industrial mundial acelerou para 3,8% em termos homólogos (3,6% no 4.º trimestre de 2013) devido ao reforço do crescimento das economias avançadas. Pelo contrário, a produção industrial dos países emergentes abrandou, causado sobretudo pela desaceleração dos países asiáticos.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



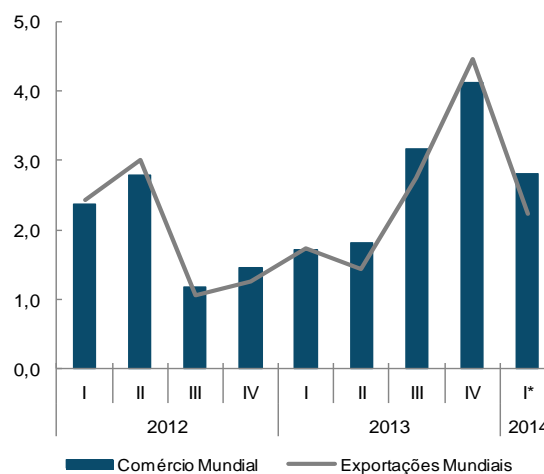
Fonte: CPB. * média dos meses de janeiro e fevereiro.

O comércio mundial de mercadorias abrandou, tendo atingido tanto as exportações como as importações mundiais; embora de forma mais acentuada para as exportações mundiais.

De facto, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2014 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial desacelerou para 2,8% (4,1% no 4.º trimestre de 2013);
- as importações e as exportações mundiais abrandaram para 3,3% e 2,2% (3,8% e 4,5%, respetivamente, no 4.º trimestre de 2013).

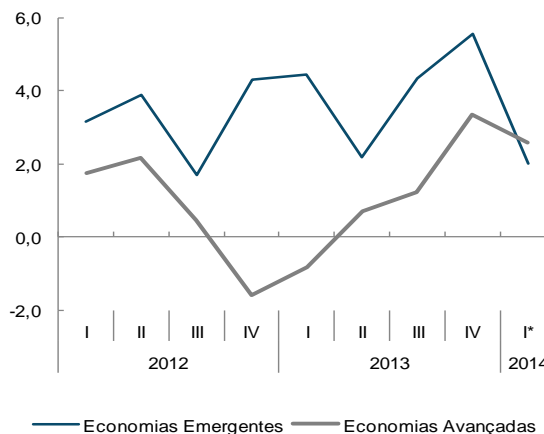
Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * média dos meses de janeiro e fevereiro.

As trocas comerciais tanto das economias avançadas como dos países emergentes e em desenvolvimento desaceleraram até fevereiro de 2014 com destaque para um movimento descendente particularmente acentuado para as exportações dos países emergentes.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * média dos meses de janeiro e fevereiro.

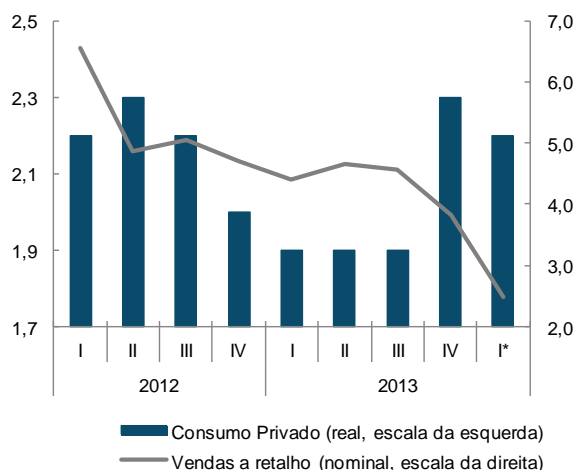
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013				2013		2014	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	2,4	2,1	1,5	1,9	2,7	3,6	3,7	3,6	3,7	3,9
Economias Avançadas	VH	CPB	0,8	-0,9	-0,7	0,1	1,0	2,7	3,2	2,6	3,4	3,3
Economias Emergentes	VH	CPB	4,2	5,2	3,8	3,8	4,5	4,4	4,2	4,6	4,0	4,5
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	2,7	1,4	1,7	1,8	3,2	4,1	3,8	4,5	2,7	2,9
Importações Mundiais	VH	CPB	2,8	1,6	1,7	2,2	3,6	3,8	2,8	5,0	3,2	3,4
Economias Avançadas	VH	CPB	-0,4	-1,5	-1,9	-1,2	-0,2	1,7	0,9	2,2	1,3	1,4
Economias Emergentes	VH	CPB	6,3	5,0	5,6	5,8	7,6	6,0	4,8	7,9	5,2	5,6
Exportações Mundiais	VH	CPB	2,6	1,3	1,7	1,4	2,8	4,5	4,7	4,0	2,2	2,4
Economias Avançadas	VH	CPB	1,1	-1,6	-0,8	0,7	1,2	3,4	3,1	3,1	1,9	3,2
Economias Emergentes	VH	CPB	4,1	4,3	4,4	2,2	4,3	5,5	6,3	4,8	2,4	1,6

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2014 indicam a continuação de um forte dinamismo da atividade económica dos EUA, do Japão e do Reino Unido; enquanto se assistiu a uma desaceleração do PIB da China. A taxa de inflação manteve-se baixa na generalidade das economias avançadas e na China.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



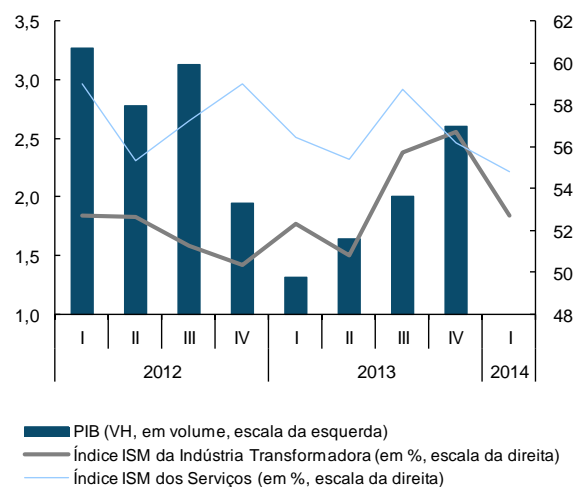
Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Census Bureau.* * p/ Consumo Privado, média dos meses de janeiro e fevereiro.

Nos **EUA**, os dados para o 1.º trimestre de 2014 indicam que, em termos homólogos:

- a produção industrial aumentou 3,4%, ligeiramente acima do 4.º trimestre de 2013; enquanto os indicadores de confiança dos empresários diminuíram, sobretudo para a indústria;
- as vendas a retalho abrandaram para 2,5% em termos nominais (3,8% no 4.º trimestre de 2013);
- a taxa de desemprego desceu para 6,7% (o valor mais baixo desde o 4.º trimestre de 2008) e a taxa de inflação homóloga subiu para 1,4%.

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2014 e em comparação homóloga, o consumo privado abrandou para 2,2% em termos reais e as exportações desaceleraram para 1,3% em termos nominais (3,9% no 4.º trimestre de 2013).

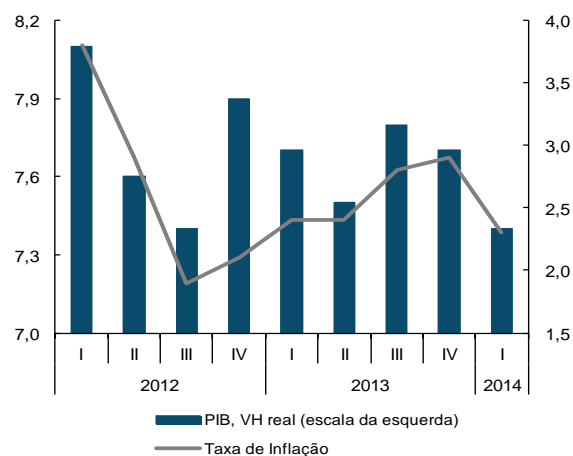
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA



Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management.* Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade.

No 1.º trimestre de 2014, o crescimento do PIB da **China** desacelerou para 7,4% (7,7% no 4.º trimestre de 2013) em resultado de algum enfraquecimento da procura interna e da diminuição das exportações, as quais apresentaram uma quebra de 4,7% em termos homólogos (+7,5% no último trimestre de 2013).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

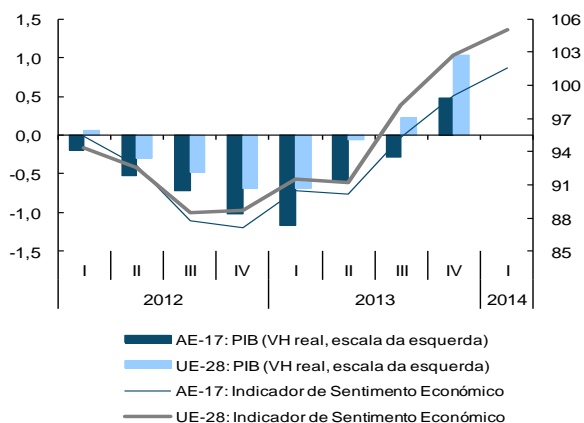
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2013	2014		
				1T	2T	3T	4T			1T	dez	jan
EUA – PIB real	VH	BEA	1,9	1,3	1,6	2,0	2,6	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	2,9	3,0	2,5	2,7	3,3	3,4	3,2	2,9	3,5	3,7
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	53,9	52,3	50,8	55,7	56,7	52,7	56,5	51,3	53,2	53,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	56,7	56,4	55,4	58,8	56,2	54,8	54,3	56,3	54,6	53,4
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	79,2	76,7	81,7	81,6	76,9	80,9	82,5	81,2	81,6	80,0
Taxa de Desemprego	%	BLS	7,4	7,7	7,5	7,2	7,0	6,7	6,7	6,6	6,7	6,7
China – PIB real	VH	NBSC	7,7	7,7	7,5	7,8	7,7	7,4	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	7,8	18,9	4,1	4,0	7,5	-4,7	4,2	10,6	-18,1	-6,6
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,6	-0,1	1,3	2,4	2,5	:	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 1.º trimestre de 2014, o indicador de sentimento económico aumentou tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE). Também, o indicador previsional do Banco de Itália indica que o PIB em cadeia da AE melhorou em março, indiciando o prosseguimento desta tendência para o 1.º trimestre de 2014 (+0,2% no 4.º trimestre de 2014).

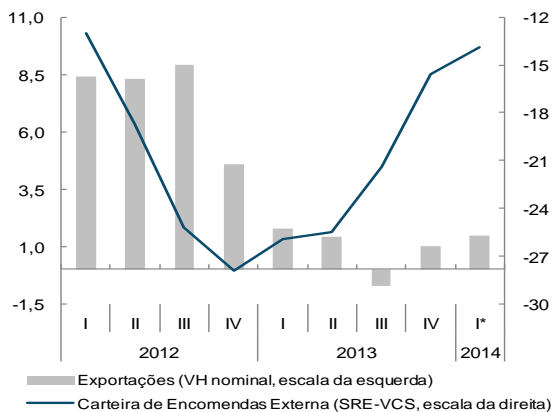
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2014, os indicadores quantitativos (produção industrial, exportações e vendas a retalho) para a área do euro recuperaram.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

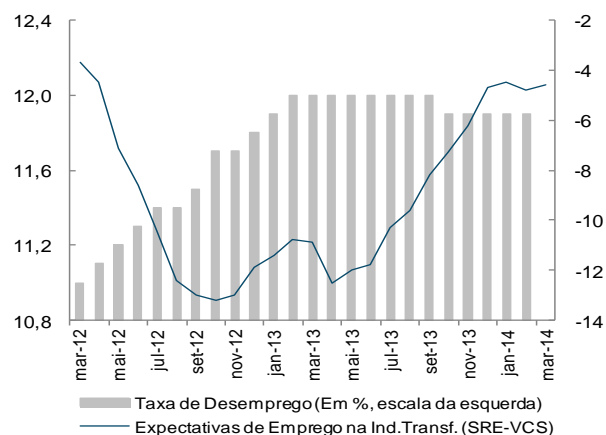


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/exportações, média dos meses de janeiro e fevereiro.

Em fevereiro de 2014, a taxa de desemprego estabilizou na AE para 11,9% e desceu na UE para 10,6%.

Em março de 2014, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora; comércio a retalho e construção; enquanto pioraram para os serviços.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em março de 2014, a taxa de inflação da área do euro desceu para 0,5% em termos homólogos (0,7% em fevereiro) e para 1% em termos de variação dos últimos 12 meses (1,2% em fevereiro).

Esta evolução refletiu a desaceleração da generalidade das componentes, com a exceção dos bens energéticos, os quais apresentaram uma quebra menos acentuada.

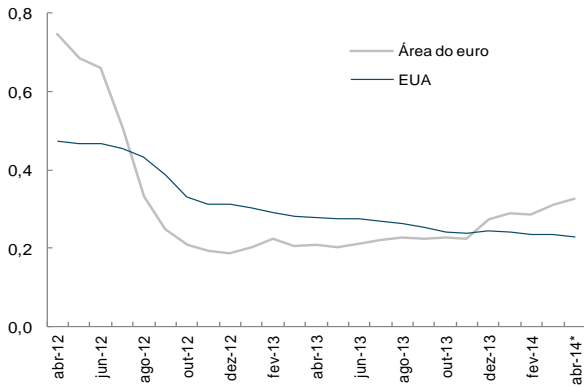
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2013	2014		
				1T	2T	3T	4T			1T	dez	jan
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	0,1	-0,7	-0,1	0,2	1,0	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	95,9	91,6	91,2	98,2	102,7	105,0	103,8	104,8	105,0	105,3
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	-0,5	-1,2	-0,6	-0,3	0,5	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	93,8	90,5	90,2	95,3	99,1	101,5	100,4	101,0	101,2	102,4
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-0,7	-2,3	-1,0	-1,1	1,5	:	1,5	1,8	1,8	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,9	-2,2	-1,0	-0,5	0,3	:	-0,1	0,6	1,2	:
Taxa de Desemprego	%	"	12,0	12,0	12,0	12,0	11,9	:	11,9	11,9	11,9	:
IHPC	VH	"	1,3	1,9	1,4	1,3	0,8	0,6	0,8	0,8	0,7	0,5

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em abril de 2014, as taxas de juro de curto prazo subiram para a da área do euro; enquanto evoluíram no sentido descendente para os EUA. Com efeito, até ao dia 25, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,33% (0,31% em março) e a dos EUA desceu para 0,22%.

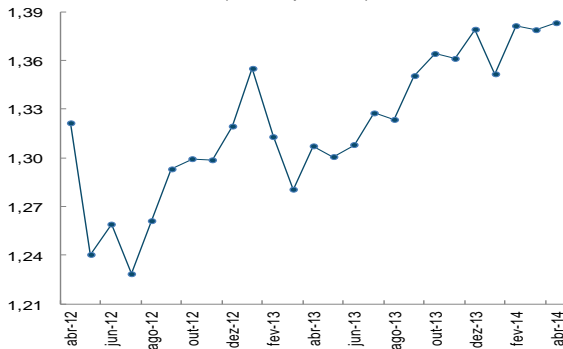
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 25.

Em março de 2014, as taxas de juro de longo prazo diminuíram para a área do euro; enquanto mantiveram relativamente estáveis nos EUA. A evolução registada na área do euro resultou, em parte, das preocupações crescentes relativas em torno da persistência da crise na Ucrânia.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

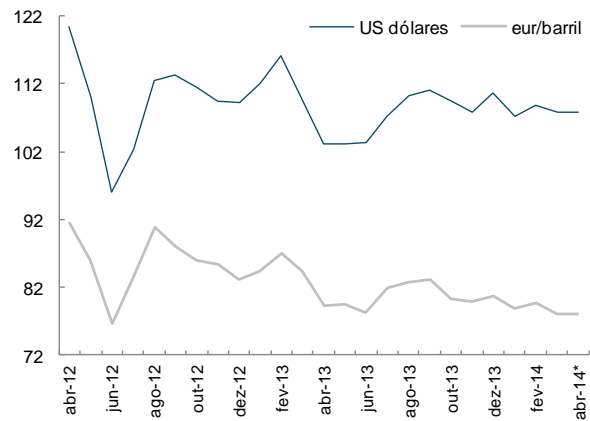


Fonte: Banco de Portugal. Para abril, o valor é do dia 25.

A taxa de câmbio do euro face às principais divisas internacionais apreciou-se ligeiramente ao longo do mês de abril de 2014, refletindo, em parte, a disponibilidade manifestada pelo Conselho do BCE, a 3 de abril, em prosseguir a sua política monetária expansionista, nomeadamente em tornar a recorrer ao instrumento de “quantitative easing”. Com efeito, em abril, o euro face ao dólar situou-se em 1,38 no dia 25 (nível semelhante ao registado no final de 2013).

Em março de 2014, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 76,4 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em abril de 2014 e, até ao dia 25, o preço do petróleo Brent manteve-se relativamente estável para se situar, em média, em 108 USD/bbl (78 €/bbl).

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 25.

No 1.º trimestre de 2014, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo diminuído 4,5% em termos homólogos (-2,9% no 4.º trimestre de 2013) em resultado sobretudo da quebra dos preços dos metais devido aos receios quanto à menor procura proveniente da China. Pelo contrário, os preços das matérias-primas alimentares aceleraram, tendo diminuído 1,4% em termos homólogos (-5,0%, no 4.º trimestre de 2013).

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2013	2014		
				1T	2T	3T	4T	1T		dez	jan	fev
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,29	0,21	0,23	0,23	0,29	0,31	0,29	0,30	0,29	0,31
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,35	1,95	2,00	2,71	2,75	2,76	2,90	2,86	2,71	2,72
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,00	3,06	2,82	3,15	2,97	2,66	2,97	2,84	2,65	2,49
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,379	1,281	1,31	1,351	1,379	1,379	1,379	1,352	1,381	1,379
Dow Jones*	VC	Yahoo	26,5	11,3	2,3	1,5	9,6	-0,7	3,0	-5,3	4,0	0,8
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	17,9	-0,5	-0,8	11,2	7,5	1,7	0,7	-3,1	4,5	0,4
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	108,63	112,56	103,17	109,50	109,28	107,95	110,59	107,23	108,84	107,77
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-2,6	-4,8	-5,2	0,2	-0,7	-4,1	1,3	-4,3	-6,3	-1,5
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-5,8	-5,4	-6,8	-5,4	-5,3	-7,5	-3,0	-6,6	-8,3	-7,7
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	80,0	83,4	77,7	80,4	78,0	78,4	77,2	81,3	77,5	76,4

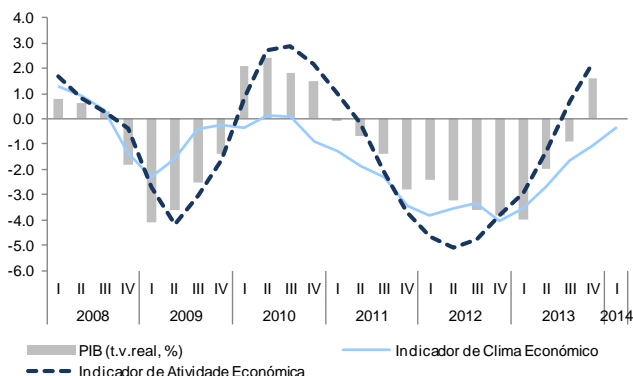
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2014 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE para o 1.º trimestre de 2014, o indicador de clima económico recuperou, mantendo a tendência iniciada no final de 2012.

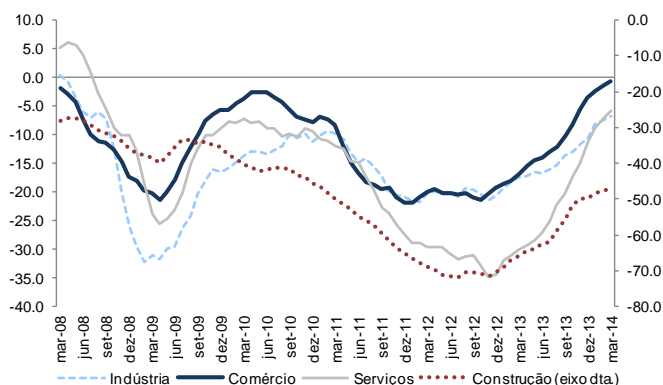
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

De facto, no primeiro trimestre, assistiu-se a uma melhoria generalizada dos indicadores de confiança em todos os setores de atividade, quando comparados com o trimestre anterior.

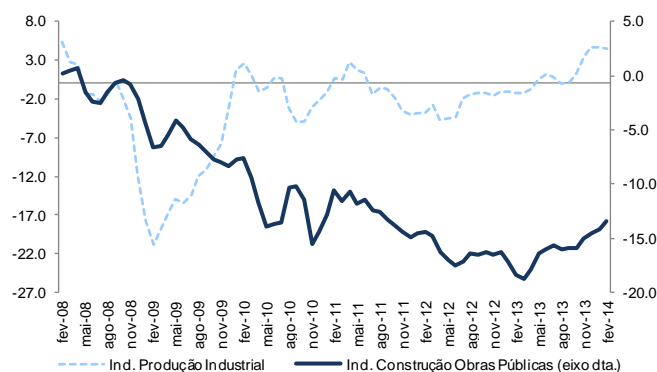
Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

O indicador de atividade económica do INE, no trimestre terminado em fevereiro, apresentou um crescimento homólogo de 2,8%, um valor superior em 0,3 p.p. ao observado no trimestre terminado em janeiro.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de janeiro e fevereiro, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou um crescimento de 3,8% e o índice de volume de negócios apresentou uma quebra de 6,9% (4,6% e 2,4% no último trimestre de 2013, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra menos acentuada (-12,8% quando no trimestre acabado em dezembro apresentava uma variação homóloga de -14,5%);
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma quebra face ao período homólogo de 1,4% (+1,1 p.p. face ao 4.º trimestre de 2013);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um aumento de 2,0% (superior em 0,5 p.p. face ao último trimestre de 2013).

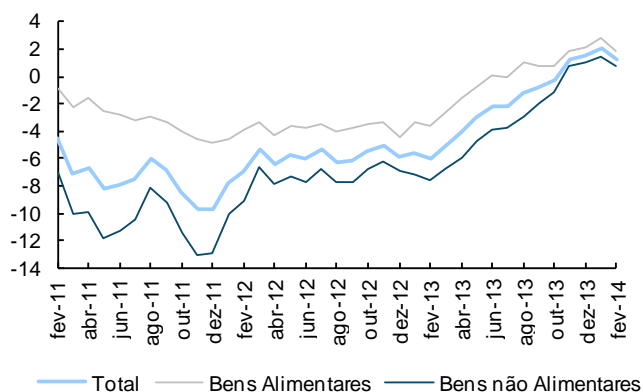
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2013		2014		
				1T	2T	3T	4T	1T	nov	dez	jan	fev	mar
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,4	-4,0	-2,0	-0,9	16	:	:	:	:	:	
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,2	-3,6	-2,7	-1,6	-1,1	-0,3	-1,2	-1,1	-0,8	-0,6	-0,3
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-14,7	-17,6	-16,8	-13,7	-10,6	-6,8	-10,1	-8,2	-6,2	-8,1	-6,0
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-11,1	-16,8	-14,1	-10,1	-3,5	-0,8	-2,5	-1,6	-3,0	0,6	0,0
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-22,2	-30,1	-27,1	-20,3	-11,4	-5,8	-12,5	-8,3	-5,9	-7,8	-3,6
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-58,4	-65,9	-62,4	-55,6	-49,7	-47,1	-48,1	-50,5	-46,7	-45,8	-48,7
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	1,1	-1,3	1,2	0,2	4,6	:	5,2	5,8	2,8	4,8	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	0,0	-5,0	1,4	1,2	2,4	:	6,1	1,9	-1,7	-12,1	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-4,4	-7,3	-4,8	-2,9	-2,5	:	-2,8	-1,2	-1,8	-1,0	:

Consumo Privado

No trimestre terminado em fevereiro de 2014, o Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou uma variação homóloga de 1,2%, um valor inferior aos 2,1% registados no trimestre terminado em janeiro. Os produtos Alimentares e Não Alimentares seguem o mesmo comportamento, sendo que foram os Alimentares que registaram a maior subida (1,8% nos Alimentares, 0,8% nos Não Alimentares).

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

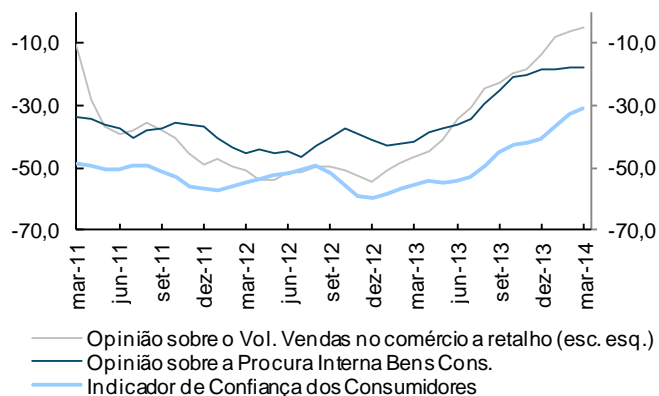


Fonte: INE.

No primeiro trimestre de 2014, a opinião dos empresários relativamente ao volume de vendas no comércio a retalho apresentou uma melhoria quando comparado com o valor registado no último trimestre de 2013.

Já o Indicador de Confiança dos Consumidores apresentou, também, uma melhoria, no mesmo período. Esta melhoria foi registada em quase todas as componentes do indicador.

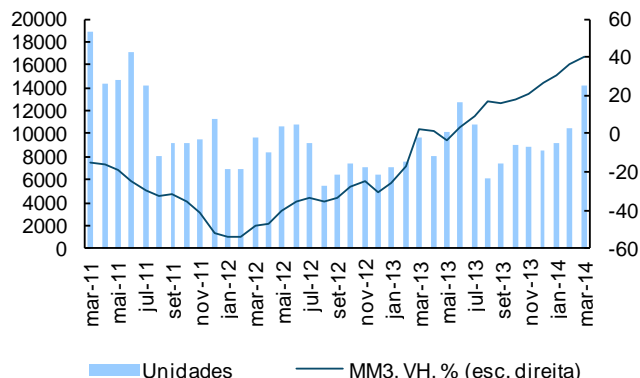
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em março de 2014 foram vendidos 14 149 automóveis, isto é, mais 3 608 que em fevereiro. Face ao mesmo mês de 2013, este valor representa um aumento de 47%.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2013		2014		
				I	II	III	IV	I	nov	dez	jan	fev	mar
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-1,7	-4,0	-2,3	-0,9	0,6	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-48,7	-55,3	-53,9	-45,3	-40,4	-30,7	-41,0	-36,8	-32,3	-28,7	-31,3
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	-29,1	-46,4	-34,3	-22,5	-13,2	-4,9	-15,3	-6,0	-3,0	-10,2	-1,5
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-1,7	-5,1	-2,2	-0,8	1,5	:	4,4	-0,4	2,2	1,8	:
Bens Alimentares	VH	"	0,0	-2,6	0,1	0,7	2,1	:	5,1	-0,1	3,6	2,0	:
Bens não alimentares	VH	"	-3,0	-6,8	-3,8	-2,0	1,0	:	3,9	-0,6	1,2	1,6	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	11,1	2,8	3,3	15,7	27,0	40,5	23,5	35,4	31,8	40,2	47,0
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	3,5	-2,0	2,8	6,9	5,9	:	1,4	12,4	5,0	5,1	:

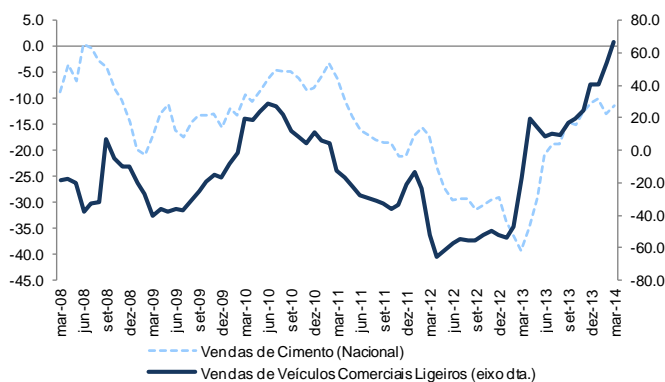
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 1.º trimestre de 2014, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros subiram 66,5% (+26,2 p.p. face ao trimestre terminado em dezembro de 2013) acompanhadas pela variação de 31,3% na venda de veículos comerciais pesados, uma redução de 56,5 p.p. face ao 4.º trimestre do ano anterior;
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso melhorou substancialmente quando comparadas com o trimestre terminado em dezembro, registando o primeiro valor positivo desde o 4.º trimestre de 2006;
- as vendas de cimento registaram uma queda de 11,3% (-10,9% no trimestre anterior);

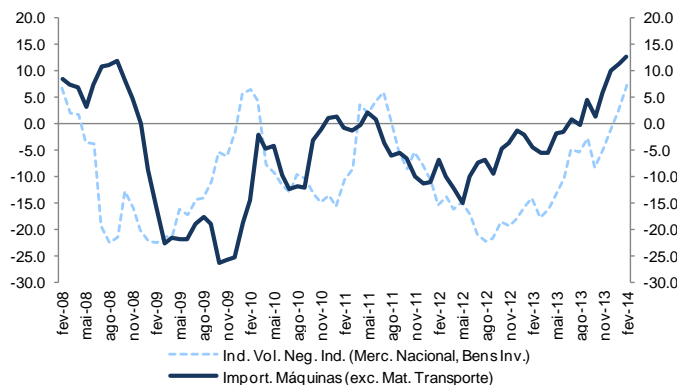
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

- O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 2,2%, o que representa uma aceleração de 2,7 p.p. face ao trimestre terminado em dezembro de 2013.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

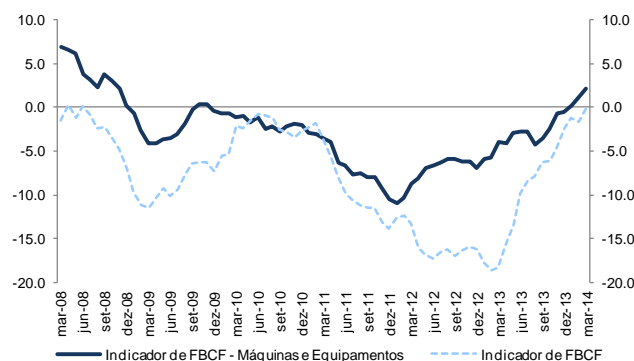


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de janeiro e fevereiro, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 10,9% (-1,4% no 4.º trimestre de 2014);
- a importação máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte cresceu 8,8% (-1,3 p.p. face ao trimestre terminado em dezembro).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

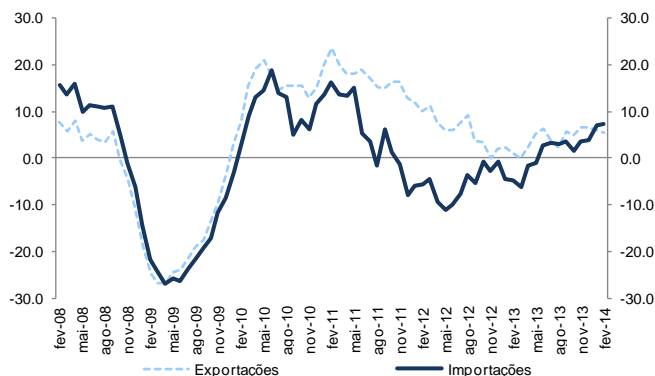
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2013		2014		
				1T	2T	3T	4T	1T	nov	dez	jan	fev	mar
FBC – CN Trimestrais da qual, FBCF	VH Real	INE	-7.3	-16.1	-6.2	-4.4	-18	:	:	:	:	:	
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-9.2	-18.3	-9.8	-6.2	-2.4	:	-4.6	-2.4	-12	-17	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-22.8	-39.2	-20.9	-14.7	-10.9	-11.3	-11.3	-15	-15.6	-20.3	2.9
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13.7	-16.9	8.5	16.7	40.4	66.5	27.4	54.6	29.2	76.2	87.2
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	17.2	-112	-111	-2.0	87.8	313	23.4	258.6	37.9	6.6	44.8
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-212	-30.3	-26.8	-18.3	-9.5	15	-12.9	-1.3	4.0	2.0	-14
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-32.2	-43.9	-30.5	-20.9	-30.0	:	-28.5	-8.1	-18.5	-22.1	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	2.0	-5.5	-16	4.5	10.1	:	9.4	20.2	3.6	13.9	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-8.1	-17.7	-10.3	-2.7	-13	:	0.4	2.5	5.4	16.5	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para janeiro e fevereiro, apontam para uma subida de 3,5% das exportações e um crescimento das importações em 8,2% (6,7% e 4,0% no 4.º trimestre de 2013, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



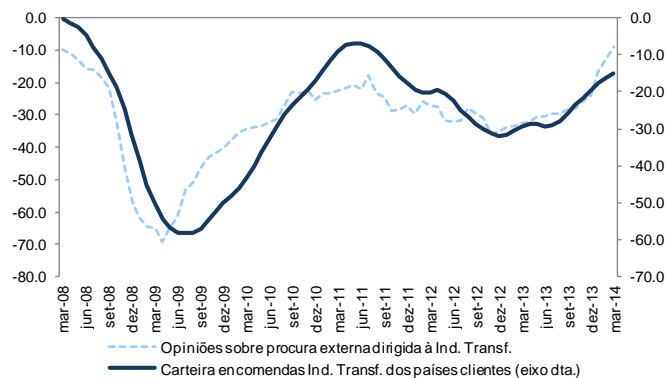
Fonte: INE.

Também nos meses de janeiro e fevereiro, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações aumentou 1,4%, um valor abaixo dos 6,7% registados no trimestre terminado em dezembro. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 4,3% (6,7% no 4.º trimestre);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário subiu 13,0%, enquanto que o mercado extracomunitário registou uma quebra de 3,3% em termos homólogos (6,5% e -3,1% no 4.º trimestre respetivamente). A taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 81,2% (84,9% em igual período de 2012).

No 1.º trimestre de 2014, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram menos negativas quando comparadas com o trimestre anterior e atingido o valor mais elevado desde o 4.º trimestre de 2007. Também a Carteira Encomendas Indústria Transformadora dos países clientes evoluiu de forma mais favorável.

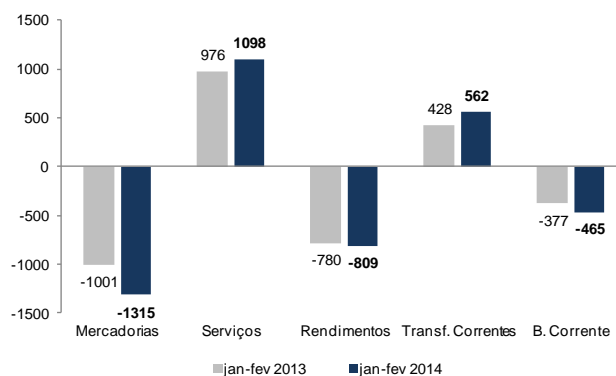
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até fevereiro de 2014, o défice acumulado da balança corrente foi de 465 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 88 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria do saldo da Balança de Serviços e de Transferências Correntes (+122 e 133 milhões de euros, respetivamente), bem como de saldos inferiores na Balança de Mercadorias e de Rendimentos (-314 e -29 milhões de euros).

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma necessidade de financiamento de 131 milhões de euros (uma deterioração de 104 milhões de euros face ao ano acabado em fevereiro de 2012).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013					2013			2014	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev	
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	5.4	0.2	0.7	7.4	7.2	9.4	:	:	:	:	:	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	0.9	-1.6	-4.4	5.2	5.5	5.2	:	:	:	:	:	
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	1.1	-0.6	1.1	1.6	0.6	1.2	:	:	:	:	:	
Capacidade de financiamento da economia	% PIB	"	2.0	3.5	0.5	3.0	0.3	4.3	:	:	:	:	:	
Saídas de mercadorias	VH nom	"	4.7	1.9	0.1	6.2	5.8	6.7	4.6	6.3	9.8	2.4	4.7	
Entradas de mercadorias	VH nom	"	1.0	-0.6	-6.2	2.8	3.6	4.0	3.9	2.6	5.7	12.5	3.8	

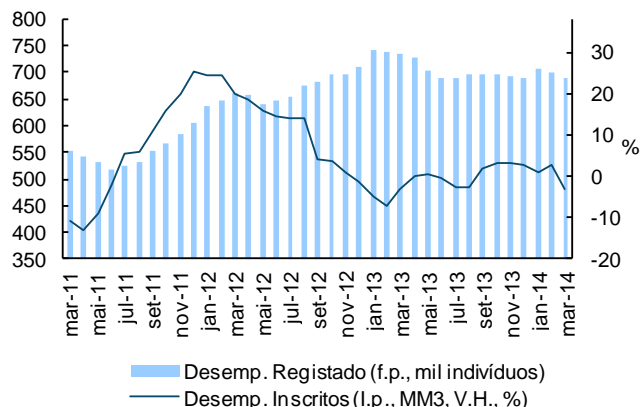
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013					2013	2014	Diferença
				4T	1T	2T	3T	4T	janeiro-fevereiro	janeiro-fevereiro		
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	4 293	141.1	561.8	1172.2	1864.9	694.5	-27.5	-131.4	-103.9	
Saldo Balança de Bens	"	"	-7 080	-2321.5	-1451.4	-1494.5	-2142.4	-1991.6	-1000.6	-1314.8	-314.3	
Saldo Balança de Serviços	"	"	9 925	1938.0	1591.5	2327.6	3626.6	2379.6	976.0	1098.2	122.2	
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-5 925	-1287.9	-117.0	-1874.1	-1482.6	-1451.3	-780.5	-809.5	-29.0	
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	3 961	884.5	823.4	1148.9	1018.5	969.9	428.3	561.6	133.2	

Mercado de Trabalho

Segundo dados do IEFP, havia em março de 2014 um total de 689,8 mil desempregados registados (menos 11,1 mil desempregados do que em fevereiro). A taxa de variação homóloga foi de -6,1%, 0,9 p.p. abaixo do valor registado em fevereiro.

No primeiro trimestre do ano, a variação homóloga do número de desempregados inscritos ao longo do período foi de -3,1%, contrastando com o aumento de 2,8% registado no último trimestre de 2013.

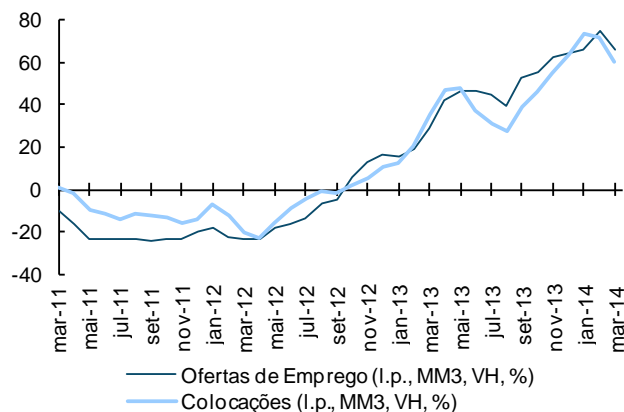
Figura 2.13. Desemprego Registado



Fonte: IEFP.

O primeiro trimestre do ano viu ainda um aumento de 66,3% nas ofertas de emprego, e um aumento de 60% nas colocações face ao período homólogo.

Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

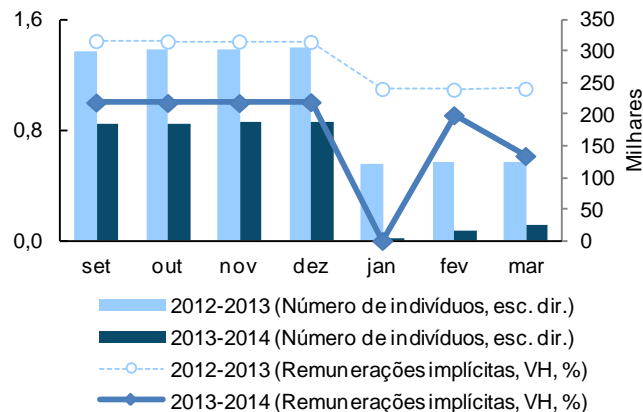
Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2013		2014		
				I	II	III	IV	I	nov	dez	jan	fev	mar
Taxa de Desemprego	%	INE	16,3	17,7	16,4	15,6	15,3	:	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,6	-4,9	-3,9	-2,2	0,7	:	-	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-2,8	11,0	6,8	2,0	-2,8	-6,1	-0,8	-2,8	-4,7	-5,2	-6,1
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	0,3	-3,2	-0,5	1,9	2,8	-3,1	-2,1	6,7	-0,4	2,9	-11,7
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	49,1	28,6	47,0	53,1	64,3	66,3	52,8	84,1	67,3	76,0	57,7
Contratação Coletiva	VHA	MSESS	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0	0,6	1,0	1,0	0,0	0,9	0,6
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-0,2	-2,4	1,6	0,3	-0,3	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	1,4	2,1	1,2	1,1	1,1	:	-	-	-	-	-

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCTS) situou-se em 24,5 mil, um valor abaixo dos 125,5 mil registados um ano antes. A variação média anual da remuneração implícita convencional desceu para 0,6%.

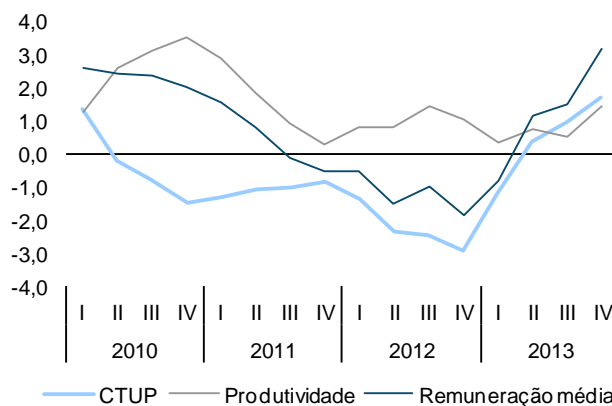
Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

A publicação das Contas Trimestrais por Setor Institucional do INE permitem, também, analisar a evolução dos Custos de Trabalho por Unidade Produzida para o 4.º trimestre de 2013. No 4.º trimestre de 2013, os CTUPs subiram 0,2%, uma subida 1,2 p.p. mais ligeira do que a registada no 3.º trimestre. Esta evolução deveu-se principalmente a um aumento das remunerações em 2,8%, enquanto a produtividade aumentou apenas 2,6%.

Figura 2.16. Contratação Coletiva
(MM4, VH)

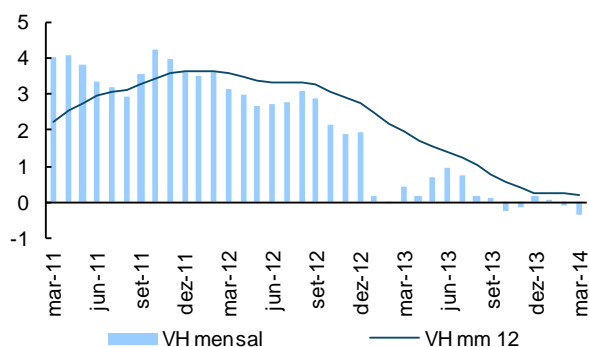


Fonte: INE e GPEARI.

Preços

Segundo os dados do INE, no mês de março, a taxa de variação homóloga do IPC foi de -0,4%, 0,3 p.p. inferior ao registado em fevereiro, sendo também o segundo mês consecutivo em que se regista um valor negativo. Esta evolução levou a que variação média dos últimos 12 meses do IPC se tenha fixado nos 0,2%, um valor 0,1 p.p. inferior ao registado no mês anterior.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (VH, %)



Fonte: INE.

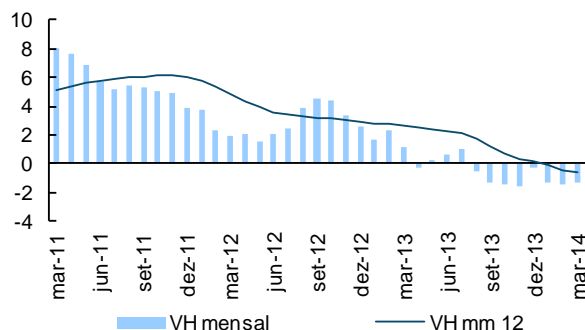
Os preços dos bens e dos serviços apresentaram, em março, variações homólogas de -0,8% e 0,2%, respetivamente (-0,8% e 0,9% em fevereiro).

A variação do IPC subjacente, isto é, do IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos, foi de -0,2% (0,3 p.p. abaixo do valor do mês anterior), uma variação 0,2 p.p. superior à do IPC total.

Olhando para as categorias do IPC, constata-se que as que registaram maiores quebras foram as classes dos Transportes e a do Lazer, Recreação e Cultura, com diminuições de 3,1% e 1,5%, respetivamente. Já as que tiveram maiores aumentos de preços foram as classes das Bebidas Alcoólicas e Tabaco (2,2%) e a da Habitação (2,1%).

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em março, uma variação homóloga de -1,4% (0,1 p.p. acima do mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI (VH, %)



Fonte: INE.

Para a variação do IPPI contribuiu a quebra de 2,3% registada nas Indústrias Transformadoras (única quebra ao nível das secções). Dos grandes agrupamentos industriais, apenas os Bens de Consumo Duradouros registaram uma variação homóloga positiva (0,3%).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal, no mês de janeiro de 2014, foi de -0,4%, um valor 0,3 p.p. abaixo do registado no mês anterior. Já a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 0,5%, pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro se fixou nos -0,9 p.p.. Ao nível da análise em médias móveis de 12 meses, a diferença permaneceu nos -0,8 p.p..

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

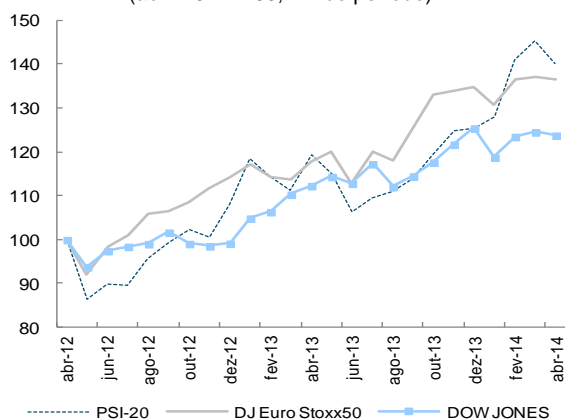
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013						2014		
				jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,2	-0,7	0,6	0,0	-0,2	0,4	-1,4	-0,3	1,4
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,3	0,8	0,2	0,1	-0,2	-0,2	0,2	0,1	-0,1	-0,4
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	1,3	1,0	0,8	0,6	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2
IPC - Bens	VH	"	0,0	0,6	-0,4	-0,1	-0,5	-0,2	0,0	-0,4	-0,8	-0,8
IPC - Serviços	"	"	0,7	0,9	0,8	0,4	0,2	-0,1	0,4	0,8	0,9	0,2
IPC Subjacente*	"	"	0,2	0,5	0,0	0,3	0,2	0,0	0,2	0,1	0,1	-0,2
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	0,1	1,0	-0,6	-1,3	-1,4	-1,5	-0,3	-1,3	-1,5	-1,4
IHPC	"	"	0,4	0,8	0,2	0,3	0,0	0,1	0,2	0,1	-0,1	-0,4
Diferencial IHPC PT vs. AE (MM12, VH)	p.p.	Eurostat	-0,9	-0,8	-1,2	-0,8	-0,7	-0,8	-0,7	-0,7	-0,8	-0,9

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No período mais recente, tem-se assistido a uma evolução menos favorável dos índices bolsistas internacionais, influenciada, em parte, pela manutenção de tensões geopolíticas em torno da crise na Ucrânia e também devido à decisão, em março, da Reserva Federal dos EUA em diminuir as aquisições de ativos de dívida pública. Assim, em abril e, no dia 25 face ao final do ano de 2013, o índice *Dow Jones* desvalorizou 1,3% e o *Euro Stoxx50* valorizou-se de 1,2% mas abaixo do 1.º trimestre.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(abril 2012=100, fim do período)

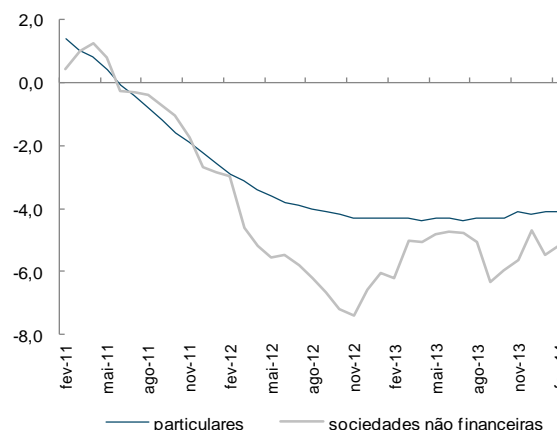


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para abril, o valor é do dia 25.

Para o mesmo período, o índice PSI-20 valorizou-se 12% e, apesar de ter continuado a apresentar uma tendência mais positiva do que para a média da área, também registou um enfraquecimento no decurso do mês de abril de 2014.

Em fevereiro de 2014, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro foi de -4,6% em termos anuais (-4,7% em janeiro) devido sobretudo à melhoria do crédito destinado a empresas não financeiras.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

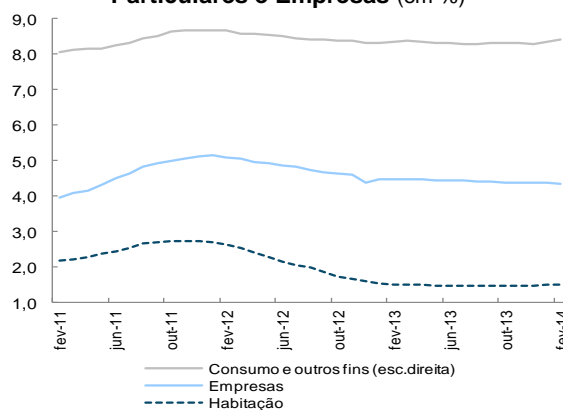


Fonte: Banco de Portugal.

O crédito destinado aos particulares manteve-se estável, tendo registado uma variação anual igual à do mês precedente (-4,1%) devido à estabilização do crédito para habitação e para outros fins. Pelo contrário, a variação do crédito para o consumo apresentou-se menos negativa.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram ligeiramente para as empresas, mas subiram para os particulares, tendência que se estendeu tanto para o crédito à habitação como para o consumo e outros fins.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

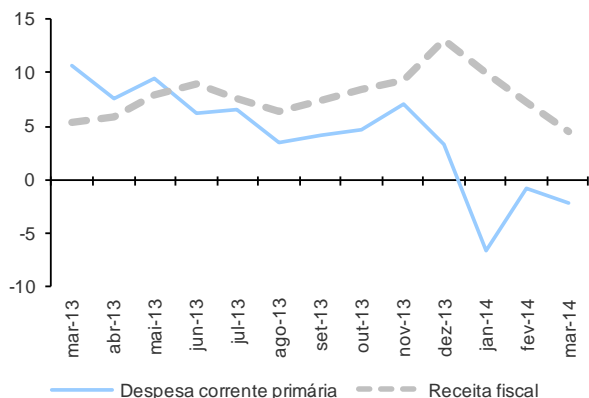
Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013						2014		
				jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	5,8	6,4	6,5	6,5	6,1	5,8	5,8	5,0	4,8	4,1
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	386	475	460	474	438	410	386	333	321	249
PSI 20*	VC	CMVM	16,0	3,0	1,5	2,5	4,9	4,7	0,3	2,1	10,2	3,1
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,8	-3,9	-3,8	-3,9	-3,9	-3,8	-3,8	-3,8	-3,8	:
- para consumo	va**	"	-7,2	-8,8	-8,0	-7,8	-7,9	-7,3	-7,2	-6,4	-6,2	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-4,7	-4,8	-5,1	-6,3	-5,9	-5,6	-4,7	-5,5	-5,2	:
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	1,47	1,47	1,47	1,47	1,47	1,47	1,47	1,49	1,50	:
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	4,37	4,42	4,39	4,39	4,39	4,37	4,37	4,38	4,34	:

Finanças Públicas – Estado

Até março, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 1489,3M€, o que representa uma melhoria de 351,6M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 494,3M€, menos 642,6M€ que no ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



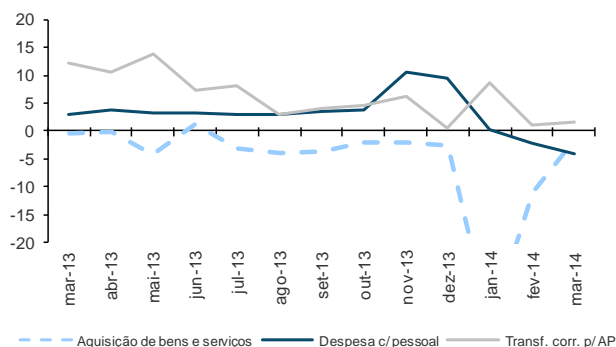
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2013, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita fiscal, em 4,5%, justificado pela evolução do IRS (9,8%), do IVA (2,4%) e do imposto sobre veículos (36,2%). Este comportamento é o reflexo da melhoria da situação económica e do aumento da eficácia em resultado da implementação das novas medidas de combate à fraude e evasão fiscal. Em sentido inverso, salienta-se a diminuição do IRC (-8,7%) justificada pelo impacto em 2013 da receita extraordinária que resultou da antecipação da distribuição de dividendos que se verificou em dezembro 2012. A receita não fiscal cresceu 2,4%, devido ao aumento das outras receitas correntes, da venda de bens de investimento e dos juros, parcialmente compensada pela diminuição das transferências de outros subsectores das administrações públicas; e,

- um aumento da despesa total em 0,3% e uma diminuição da despesa primária em 2,5%. Este comportamento resulta, essencialmente, da evolução positiva dos juros e outros encargos da dívida pública (41,3%) e das transferências correntes e de capital para outros subsectores das administrações públicas (5,9%). Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das transferências para os serviços e fundos autónomos (-3,3%), das transferências correntes para a União Europeia (-14%) e da despesa com pessoal (-4,2%), espelhando os efeitos originados pela redução remuneratória determinada pela Lei do OE para 2014.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A despesa acumulada do Estado com ativos financeiros em março atingiu 399,3M€, dos quais 392,2M€ dizem respeito a operações de dotação de capital (dos quais 387,9M€ de empresas públicas reclassificadas e 3,5M€ do Fundo de Recuperação de Empresas) e o remanescente a empréstimos de médio e longo prazo, a execução de garantias e a participações em organizações internacionais.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2013		2014		2014			
	jan a mar		jan a mar		dez	jan	fev	mar
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	8948	9335	22,3	22,9	3,3	8,7	6,7	4,3
Receita corrente	8821	9206	22,4	22,9	13,3	10,0	7,1	4,4
Impostos diretos	3367	3630	20,4	21,2	27,6	19,7	14,7	7,8
Impostos indiretos	4729	4833	25,7	25,9	2,4	3,0	2,9	2,2
Despesa Total	10789	10824	22,0	22,4	0,2	-7,4	2,0	0,3
Despesa corrente	10471	10554	22,2	22,5	2,8	-6,9	2,6	0,8
Despesa com pessoal	2148	2057	23,5	24,6	9,4	0,3	-2,2	-4,2
Aquisição bens e serviços	253	248	15,3	18,1	-2,6	-34,9	-11,2	-1,9
Subsídios	12	9	5,0	3,9	65,4	19572,6	261,5	-26,2
Juros	704	995	10,3	13,7	-0,5	-12,9	53,7	41,3
Transferências corr. p/ AP	6204	6311	24,0	24,6	0,4	8,6	1,2	1,7
Saldo Global	-1841	-1489	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-1137	-494	-	-	-	-	-	-

Nota: *Corresponde ao OE rectificativo corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional face à execução final do ano anterior.

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as empresas públicas reclassificadas

Até março, e na ótica da contabilidade pública, o excedente provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 619,5M€, mais 235M€ que em idêntico período do ano anterior¹.

Assim, a execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um acréscimo da receita em 5,7%, refletindo principalmente o aumento das outras receitas correntes (76,5%), das contribuições para a Segurança Social, CGA² e ADSE (15,2%), devido ao aumento da taxa da entidade empregadora, ao alargamento da base de incidência, à aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade e ao aumento da receita relativa a “Compensação por pagamento de pensões” devido ao aumento do número de pensionistas com pensões da responsabilidade de outras entidades, das transferências da União Europeia (25,2%) e das taxas, multas e outras penalidades (6,1%). Em sentido contrário, salienta-se o decréscimo das transferências do Estado (-3,5%); e,
- um aumento da despesa (2%), explicada, essencialmente, pelo crescimento da despesa com transferências para fora das administrações públicas (6,1%), explicada essencialmente pelos apoios concedidos pelo IFAP no âmbito do FEADER, e dos subsídios (4%), justificado pelas medidas de política de emprego e de formação profissional. Em sentido oposto, salienta-se a diminuição dos juros (-50,3%), principalmente os pagos pelo Metropolitan de Lisboa, E.P.E. e Metro do Porto, S.A., do investimento (11%), em consequência da redução dos encargos suportados com as concessionárias pela Estradas de Portugal, S.A., e das despesas com pessoal (-2,2%), reflexo da redução remuneratória determinada pela Lei do OE para 2014.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Até março, a execução financeira consolidada³ provisória do SNS revela um défice de 62,8M€, agravando-se 26,9M€ face ao período homólogo. A execução financeira, face ao mês homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 1,5%, justificado fundamentalmente pela redução das transferências do Orçamento do Estado (-22,8%); e
- uma diminuição da despesa em 0,1%, devido sobretudo à diminuição das responsabilidades com as entidades públicas empresariais (-2,5%) e a da despesa com meios complementares de diagnóstico e terapêutica (-1,9%), parcialmente compensada com o aumento da despesa dos produtos vendidos em farmácia (7,4%) e com os encargos das Parcerias Público-Privadas (12,4%). As despesas com pessoal diminuíram 1,3%, apesar pagamento das compensações no âmbito do programa de rescisões por mútuo acordo.

Quadro 2.9. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde				
	2013		2014		VHA (%)
	jan a mar		jan a mar		
	10 ⁹ euros	Exec. face OE corrig. (%)	10 ⁹ euros	Exec. face OE corrig. (%)	VHA (%)
Receita Total	1 924	1 896	23,1	23,6	-1,5
Receita fiscal	21	20	26,5	25,1	-5,2
Outra receita corrente	1 901	1 876	23,0	23,6	-1,3
Receita de capital	2	:	30,2	:	-100,0
Despesa Total	1 960	1 959	24	24,4	-0,1
Despesa com pessoal	246	243	26,5	27,1	-1,3
Aquisição de bens e serviços	1 704	1 700	23	24,1	-0,2
Despesa de capital	2	3	8,3	5,4	64,7
Saldo Global	- 36	- 63	-	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)					Empresas Públicas Reclassificadas				
	2013		2014		2014	2013		2014		2014
	jan a mar		jan a mar			jan a mar		jan a mar		
	10 ⁹ euros	Exec. face OE corrig. (%)	10 ⁹ euros	Exec. face OE corrig. (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	Exec. face OE corrig. (%)	10 ⁶ euros	Exec. face OE corrig. (%)	VHA (%)
Receita Total	6 145	6 497	22,6	24,1	5,7	548	629	18,1	20,9	14,7
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	974	1 122	21,3	22,9	15,2	-	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	3 683	3 537	24,0	23,2	-4,0	121	90	19,1	23,1	-25,3
Despesa Total	5 761	5 877	20,4	21,2	2,0	938	791	23,5	17,7	-15,7
Despesa com pessoal	793	775	22,3	23,1	-2,2	177	168	23,1	24,0	-5,2
Aquisição de bens e serviços	1 831	1 888	19,0	21,3	3,1	142	158	16,3	16,4	10,9
Transferências correntes	2 354	2 455	21,6	22,4	4,3	23	7	59,4	23,5	-68,0
Saldo Global	385	620	-	-	-	- 390	- 162	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ De referir que o não reporte de dados de algumas entidades e as alterações ao universo das entidades abrangidas não permite uma correta comparabilidade entre os dados, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas.

² Na ótica da contabilidade pública, a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) pertence aos Fundos e Serviços Autónomos.

³ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

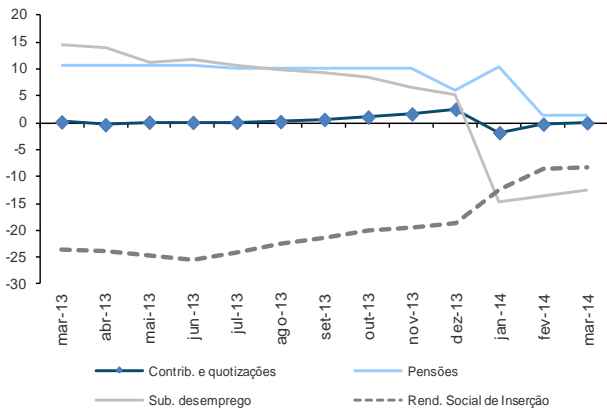
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

No primeiro trimestre, o excedente da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 74,2M€, menos 60,5M€ que no mesmo período de 2013.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao período homólogo, caracterizou-se por:

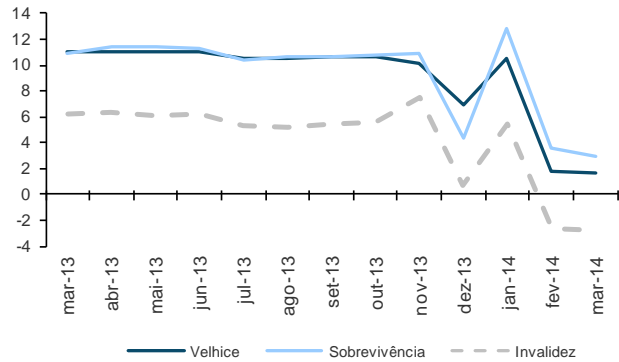
- uma diminuição da receita em 2,2%, em resultado do decréscimo das transferências do Fundo Social Europeu (-64%) e das outras receitas correntes (-21%). Em sentido contrário, registou-se um aumento das transferências do Orçamento do Estado (6,5%);
- uma diminuição da despesa em 1,2%, decorrente, sobretudo, da evolução da despesa com subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-12,6%), das despesas com ações de formação profissional (-20%) e das outras prestações (-15%). Em sentido inverso, constata-se um aumento das outras despesas correntes (55,2%) e das pensões (1,4%). Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um acréscimo de 0,9% nas pensões de velhice, de 0,7% nas pensões de sobrevivência e de 0,7% no subsídio de doença. Em sentido inverso, registou-se uma diminuição nos beneficiários da pensão de invalidez, em 4,2% e de 11,9% nos subsídios de desemprego e social de desemprego.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



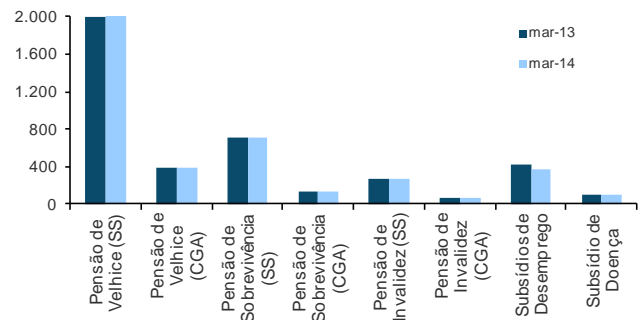
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em março, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 82,2M€, menos 38,3M€ que no período homólogo. A receita total aumentou 0,8%, refletindo, fundamentalmente, o acréscimo das contribuições para a CGA (15,2%), em consequência do aumento da taxa das entidades empregadoras, de 20% para 23,75% e pelo facto de a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) ter passado a incidir sobre a totalidade das pensões e prestações pecuniárias vitalícias. A comparticipação do Orçamento do Estado diminuiu 9,1% e as outras receitas apresentam um aumento de 161,1%. A despesa total aumentou 2,7%, justificada pelo acréscimo da despesa com pensões, em consequência do aumento do número de pensionistas. O número de beneficiários de pensões de velhice aumentou 2,1%, as de sobrevivência 1,5% e as pensões de invalidez permaneceram inalteradas.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2013		2014		2013		2014			
	jan a mar		jan a mar		jan a mar		jan a mar			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	6134	5999	-2,2	24,2	23,7	2252	2271	0,8	24,6	24,3
Contribuições e quotizações	3312	3312	0,0	24,8	24,8	973	1121	15,2	21,3	23,0
Transferências correntes da Adm. Central *	2002	2133	6,5	23,1	24,5	1211	1100	-9,1	27,7	25,5
Despesa Total	5999	5924	-1,2	23,7	23,6	2132	2189	2,7	22,9	23,0
Pensões	3528	3578	1,4	23,0	23,4	2120	2152	1,5	22,9	22,8
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	128	126	-1,9	25,2	25,0	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	733	641	-12,6	26,1	22,5	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	389	402	3,2	24,7	24,2	-	-	-	-	-
Saldo Global	135	74	-	-	-	121	82	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

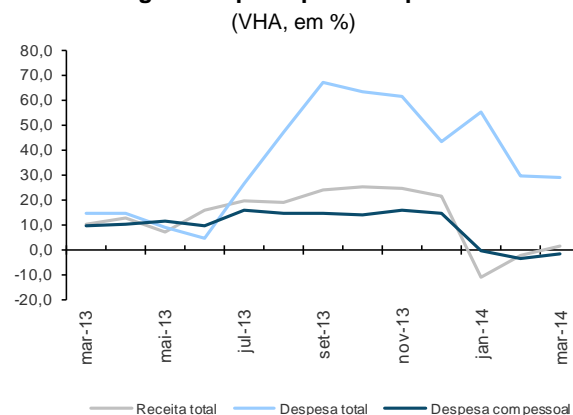
Administração Regional

Até março, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da administração regional situou-se nos 124,5M€, o que compara com um excedente de 3,7M€ no período homólogo. Este comportamento é explicado pelo agravamento do saldo da Região Autónoma da Madeira (RAM) em 132,5M€, dado que a Região Autónoma dos Açores (RAA) melhorou o excedente em 4,3M€. Este resultado é fortemente influenciado pelo pagamento de dívidas a fornecedores de anos anteriores. Retirando-se este efeito, o saldo na RAM apresenta um défice de 49,8M€ e o da administração regional em 45M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2013, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 1,3%, devido essencialmente ao aumento da receita fiscal, nomeadamente do IVA, e das transferências da União Europeia para a RAM. Em sentido oposto salienta-se a diminuição das transferências de capital do Estado, em consequência das alterações ao seu cálculo introduzidas pela nova Lei das Finanças Regionais; e,
- um acréscimo da despesa total em 29,8%, que resulta de comportamento diferenciados nas duas regiões (-1,4% na RAA e +58,7% na RAM). Na RAA, a diminuição da despesa deveu-se principalmente ao comportamento das transferências correntes e da despesa de capital, que mais que compensou o aumento dos juros. Na RAM o maior contributo para o aumento da despesa foi dado pelos juros, e, em menor grau pelas transferências correntes e aquisição de bens e serviços.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional				Administração Local			
	2013	2014	2014		2013	2014	2014	
	jan a mar		jan a mar		jan a mar		jan a mar	
	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)		10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	
Receita total	467	474	20,5	1,3	1 281	1 389	19,7	8,4
Impostos	263	297	21,7	12,7	210	327	13,3	55,7
Transferências correntes	11	15	33,9	28,9	568	605	24,2	6,6
Despesa total	464	598	23,7	29,0	1 385	1 315	21,3	-5,1
Pessoal	175	172	22,3	-1,7	517	507	25,6	-1,9
Aquisição de bens e serv	61	84	23,2	38,4	361	399	24,3	10,4
Transferências correntes	139	154	38,7	10,9	101	89	20,7	-11,5
Investimento	20	18	3,8	-11,2	295	219	14,9	-25,8
Saldo global	4	- 125	-	-	- 104	74	-	-

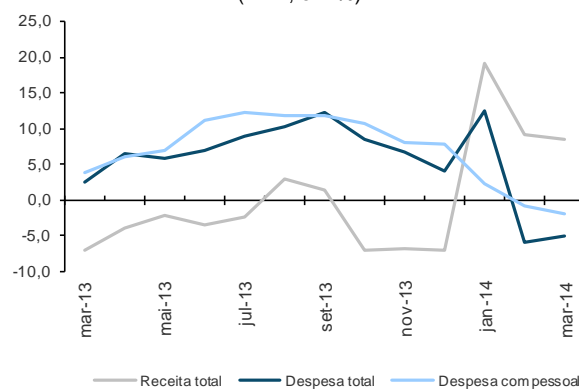
Fonte: DGO.

Administração Local

No primeiro trimestre, na ótica da contabilidade pública, o saldo acumulado provisório da execução orçamental da administração local apresentou de um excedente de 74M€, que compara com um défice de 104,1M€ no período homólogo. Este resultado é justificado pelo diferencial observado entre o crescimento da receita e a diminuição da despesa. A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- um acréscimo da receita total em 8,4%, em resultado do aumento da receita fiscal (55,7%), devido ao aumento da receita dos impostos diretos, nomeadamente do IMT e IMI, e das transferências correntes de outros subsectores das administrações públicas. Em sentido oposto, é de referir a diminuição das transferências no âmbito da Lei de Finanças Locais e das transferências de capital da União Europeia; e
- uma diminuição da despesa total em 5,1% que traduz, fundamentalmente, a variação negativa da despesa de capital (-24%), em particular a aquisição de bens de capital, das transferências correntes (-11,5%) e da despesa com o pessoal (-1,9%). Em sentido oposto, salienta-se o aumento da aquisição de bens e serviços (10,4%). No período foram efetuados pagamentos ao abrigo do PAEL no montante de 14 M€, menos 119,3M€ que no período homólogo. Excluindo este efeito, a despesa demonstra um acréscimo de 3,9%.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em fevereiro de 2014, a dívida pública das administrações públicas atingiu 220,6 mil M€, mais 6960M€ que no final de janeiro. Face ao mês anterior, a evolução deve-se ao aumento do *stock* da dívida da administração central em 6860M€ e da administração regional e local em 31M€. É de referir que os depósitos na administração central aumentaram 6342M€ em comparação com o mês anterior.

Quadro 2.13. Dívida Mensal das Administrações Públicas (milhões de euros)

	2012 dez	2013 dez	2014 fev
Administrações Públicas	204 860	213 631	220 591
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	204 193	213 973	220 833
Administração Regional e Local	9 662	9 827	9 858
Segurança Social	4	2	1
Consolidação entre subsectores	9 000	10 171	10 102
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	16 586	17 329	23 671

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP (milhões de euros)

	2012 dez	2014 fev	2014 mar
Administrações Públicas	5 413	3 970	3 973
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	328	431	429
Administração Regional	2 496	1 437	1 420
Administração Local	2 589	2 102	2 124
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira das administrações públicas, excluindo EPR, em março, aumentou 3M€ face ao mês anterior. Este comportamento deve-se ao aumento da dívida da administração local (22M€) que foi compensado parcialmente pela diminuição verificada na administração regional e central (em 17 e 2M€, respetivamente).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso (milhões de euros)

	2013 dez	2014 fev	2014 mar
Administrações Públicas	1 218	1 215	1 203
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	30	36	37
SNS	10	16	15
Empresas Públicas Reclassificadas	1	1	3
Administração Regional	661	652	657
Administração Local	517	509	492
Outras Entidades	714	806	803
Empresas públicas não reclassificadas	103	113	113
Hospitais EPE	611	693	689
Adm. Públicas e outras entidades	1 932	2 021	2 006

Fonte: DGO.

Em março, os pagamentos em atraso das AP, incluindo as empresas públicas não reclassificadas e os hospitais EPE, diminuíram 14,6M€ face ao mês anterior, explicada essencialmente pelo comportamento da administração local (-17,2M€).

Dívida Direta do Estado

No final de março, a dívida direta do Estado atingiu em 212,3 mil M€, mantendo-se praticamente inalterada face ao mês anterior (-33,4M€). Este comportamento resulta da diminuição do *stock* de OT, no valor nominal de 1810,1M€, que foi compensado pela emissão de um empréstimo, a 10 anos, do MEEF, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, com um valor nominal de 1800M€. Salienta-se ainda a diminuição do saldo de CEDIC e BT (em 190,4 e 161,6M€, respetivamente) e o aumento do saldo de CT e CA (em 151,3 e 94,3M€, respetivamente) e, ainda dos outros instrumentos da outra dívida não transacionável (10M€). As variações cambiais contribuíram para o aumento do saldo da dívida em 18,1M€.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado (milhões de euros)

	28-fev-14		mar-14		
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	120 425	1 431	3 403	56	118 509
Bilhetes do Tesouro	19 322	1 431	1 593	0	19 160
Obrigações do Tesouro	98 290		1 810	54	96 535
Não Transacionável	18 905	3 061	2 995	0	18 971
Cert. de Aforro e do Tesouro	12 755	306	61	0	13 001
CEDIC e CEDIM	5 618	2 639	2 829	0	5 427
Prog. de Ajustamento Económico	73 027	1 793	0	24	74 844
Total	212 357	6 285	6 398	80	212 323

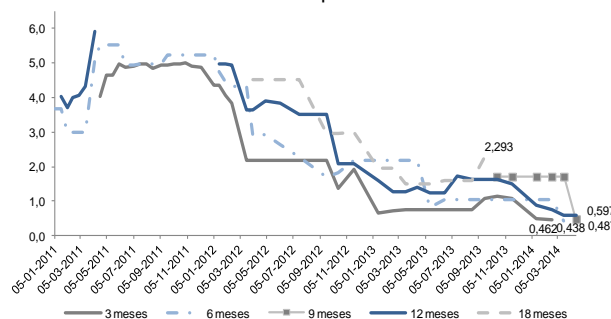
Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

A 16 de abril, foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados na fase competitiva 325€, a 9 meses, e 925M€, a 1 ano. A taxa média ponderada da emissão a nove meses foi de 0,487% (que compara com 1,714% da emissão de outubro do ano) e a 1 ano foi de 0,597% (0,602% na emissão do mês passado).

A descida das taxas de colocação dos BT resulta quer da evolução evidenciada nos mercados quer dos risco associado à dívida pública portuguesa desde o início de setembro de 2013.

Figura 2.29. Emissões de BT
Taxa média ponderada



Fonte: IGCP.

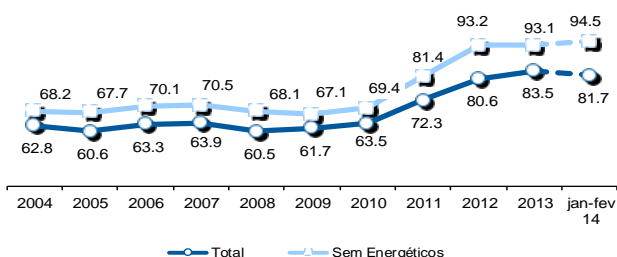
Em 23 de abril foi realizado um leilão da OT 5,65% Fev2024, tendo sido colocados 750M€ na fase competitiva à taxa média de 3,5752% e com um *bid-to-cover* de 3,5. Saliente-se que a última emissão realizada com idênticas características foi a da OT 4,8% Jun2020, em janeiro de 2011, à taxa média de 6,716% e com um *bid-to-cover* de 3,2.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros dois meses de 2014, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 3,5% enquanto as importações aumentaram 7,6% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) aumentou 30,2%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 5% enquanto as importações registaram uma variação homóloga positiva de 5,6% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a fevereiro			VH	
	2013	2014	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	7 540	7 806	3,5	5,4	4,9
Importações (cif)	8 884	9 556	7,6	7,0	3,0
Saldo (fob-cif)	-1 344	-1 750	30,2	14,0	-5,3
Cobertura (fob/cif)	84,9	81,7	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	6 821	7 164	5,0	6,0	2,9
Importações (cif)	7 178	7 577	5,6	8,1	3,6
Saldo (fob-cif)	-357	-413	15,8	32,3	13,3
Cobertura (fob/cif)	95,0	94,5	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	2 088	2 116	1,4	4,2	7,0
Importações (cif)	2 604	2 518	-3,3	-8,4	-1,0
Saldo (fob-cif)	-516	-402	-22,1	-68,9	-41,2
Cobertura (fob/cif)	80,2	84,0	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º4/2014").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de fevereiro de 2014 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do controlo regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dois meses de 2014, as exportações representaram 81,7% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 3,2 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 94,5% das importações (-0,5 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de fevereiro

Valores em milhões de Euros

janeiro a fevereiro	2013	2014	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	7 540	7 806	3,5
Importações (cif)	8 884	9 556	7,6
Saldo (fob-cif)	- 1 344	- 1 750	30,2
Cobertura (fob/cif)	84,9	81,7	-
Intra UE			
Exportações (fob)	5 452	5 689	4,3
Importações (cif)	6 281	7 038	12,1
Saldo (fob-cif)	- 828	- 1 348	62,8
Cobertura (fob/cif)	86,8	80,8	-
Extra UE			
Exportações (fob)	2 088	2 116	1,4
Importações (cif)	2 604	2 518	-3,3
Saldo (fob-cif)	- 516	- 402	-22,1
Cobertura (fob/cif)	80,2	84,0	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dois meses de 2014, o défice da balança comercial Intra UE acentuou-se em 62,8% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 4,3% e as importações a aumentarem 12,1%. O défice da balança comercial Extra UE agravou-se em 22,1% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2013	2014	TVH	2013	2014	TVH
jan	4 463	4 911	10,1	3 863	3 955	2,4
fev	4 422	4 645	5,0	3 677	3 850	4,7
mar	4 635			4 002		
abr	4 833			4 085		
mai	4 888			4 246		
jun	4 593			3 931		
jul	5 196			4 373		
ago	4 225			3 317		
set	4 857			3 925		
out	5 326			4 236		
nov	4 765			4 163		
dez	4 519			3 558		
1º Trim	13 520			11 542		
2º Trim	14 314			12 262		
3º Trim	14 278			11 615		
4º Trim	14 610			11 957		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros dois meses de 2014, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 3,5%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 5%.

Entre janeiro e fevereiro de 2014, destaca-se o contributo positivo do “Vestuário e Calçado” (+1,7 p.p.), dos “Produtos Acabados Diversos” (+1,1 p.p.), dos “Agroalimentares” e do “Material de Transporte” (ambos com +0,6 p.p.). As “Máquinas” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,5%). Seguem-se os “Químicos” (12,5%).

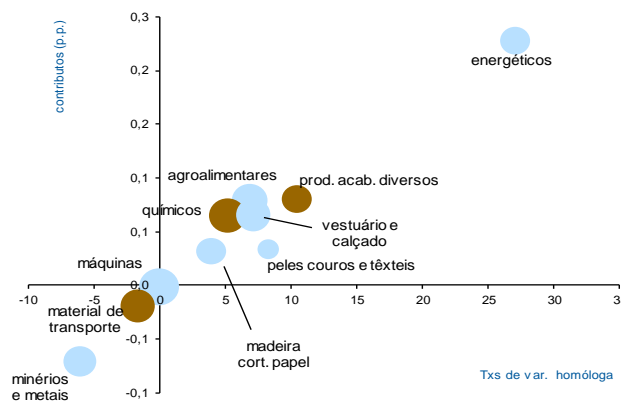
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em fevereiro de 2014.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+4,9%). Os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+2,3 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Produtos Acabados Diversos” e dos “Agroalimentares” (ambos com +0,8 p.p.).

De referir, ainda, os contributos do “Vestuário e Calçado” e dos “Químicos”, para o crescimento das exportações de mercadorias (+0,7 p.p. e +0,6 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2014 (Total: 4,9%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-fev		últimos 12 meses ^[1]		jan-fev	
	2013	2014	2008	2013	2013	2014	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	7 540	7 806	100,0	100,0	100,0	100,0	4,9	4,9	3,5	3,5
000 Agro-Alimentares	844	893	10,8	11,8	11,2	11,4	6,8	0,8	5,8	0,6
100 Energéticos	719	641	5,6	10,4	9,5	8,2	27,1	2,3	-10,8	-1,0
200 Químicos	940	977	10,7	12,6	12,5	12,5	5,2	0,6	3,9	0,5
300 Madeira, Cortiça e Papel	619	627	7,8	8,1	8,2	8,0	3,9	0,3	1,3	0,1
400 Peles, Couros e Têxteis	305	340	4,4	4,2	4,0	4,4	8,2	0,3	11,2	0,5
500 Vestuário e Calçado	755	884	10,1	9,2	10,0	11,3	7,1	0,7	17,0	1,7
600 Minérios e Metais	821	780	10,6	10,5	10,9	10,0	-6,1	-0,7	-5,0	-0,5
700 Máquinas	1 132	1 131	19,3	14,8	15,0	14,5	-0,1	0,0	-0,1	0,0
800 Material de Transporte	830	874	12,2	10,5	11,0	11,2	-1,7	-0,2	5,3	0,6
900 Produtos Acabados Diversos	574	659	8,6	8,0	7,6	8,4	10,4	0,8	14,9	1,1
Por memória:										
Total sem energéticos	6 821	7 164	94,4	89,6	90,5	91,8	2,9	2,6	5,0	4,6

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2014.

[2] (mar 13-fev 14)/(mar 12-fev 13) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

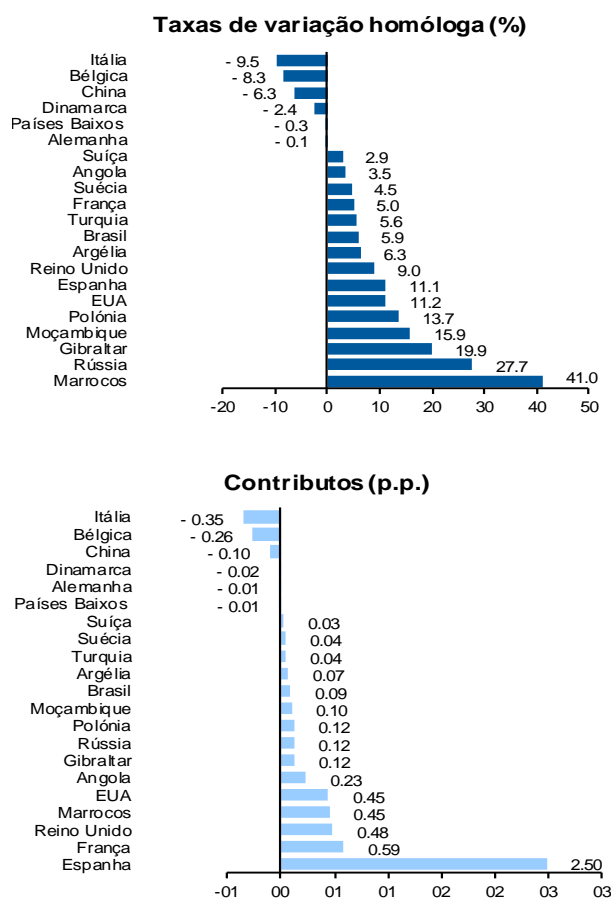
Nos primeiros dois meses de 2014, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 4,3%. As exportações com destino aos países da UE-15 aumentaram 4% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 11,2%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo inferior (1,4%) (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha (+1,8 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para França e Reino Unido (+1,1 p.p. e +0,6 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em fevereiro de 2014, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 4,1% e as exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 4%. As exportações para Espanha (+2,5 p.p.) e França (+0,6 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os principais países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para Marrocos (+41,0%), Moçambique (+15,9%) e os EUA (+11,2%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Venezuela (-36%) e China (-6,3%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2014



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-fev		anual		jan-fev		12 meses [1]		jan-fev	
	2013	2014	2008	2013	2013	2014	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
TOTAL	7 540	7 806	100,0	100,0	100,0	100,0	4,9	4,9	3,5	3,5
Intra UE	5 452	5 689	74,5	70,3	72,3	72,9	4,1	2,9	4,3	3,1
dos quais:										
UE-15	5 211	5 421	71,6	67,1	69,1	69,5	4,0	2,7	4,0	2,8
Espanha	1756	1889	27,9	23,6	23,3	24,2	11,1	2,5	7,5	1,8
Alemanha	940	975	12,8	11,7	12,5	12,5	-0,1	0,0	3,7	0,5
França	902	988	11,8	11,6	12,0	12,7	5,0	0,6	9,6	1,1
R.Unido	417	465	5,5	5,5	5,5	6,0	9,0	0,5	11,3	0,6
P.Baixos	329	335	3,3	4,0	4,4	4,3	-0,3	0,0	1,7	0,1
Itália	281	247	3,7	3,3	3,7	3,2	-9,5	-0,4	-12,1	-0,4
Bélgica	246	204	2,5	2,8	3,3	2,6	-8,3	-0,3	-17,2	-0,6
Suécia	60	69	1,2	1,0	0,8	0,9	4,5	0,0	15,7	0,1
Dinamarca	58	54	0,7	0,7	0,8	0,7	-2,4	0,0	-8,2	-0,1
Alargamento	241	268	2,8	3,2	3,2	3,4	6,0	0,2	11,2	0,4
Polónia	68	81	0,8	0,9	0,9	1,0	13,7	0,1	20,1	0,2
Extra UE	2 088	2 116	25,5	29,7	27,7	27,1	7,0	2,0	1,4	0,4
dos quais:										
Angola	445	483	5,8	6,6	5,9	6,2	3,5	0,2	8,6	0,5
EUA	324	324	3,4	4,2	4,3	4,2	11,2	0,4	0,2	0,0
China	84	118	0,5	1,4	1,1	1,5	-6,3	-0,1	40,5	0,5
Brasil	113	102	0,8	1,6	1,5	1,3	5,9	0,1	-9,5	-0,1
Marrocos	118	85	0,7	1,5	1,6	1,1	41,0	0,4	-28,4	-0,4
Argélia	110	100	0,5	1,1	1,5	1,3	6,3	0,1	-8,8	-0,1
Suíça	69	68	0,8	0,9	0,9	0,9	2,9	0,0	-0,9	0,0
Turquia	61	64	0,6	0,8	0,8	0,8	5,6	0,0	4,9	0,0
Venezuela	30	33	0,1	0,4	0,4	0,4	-36,0	-0,2	9,1	0,0
Moçambique	46	44	0,2	0,7	0,6	0,6	15,9	0,1	-5,2	0,0
Por memória:										
Gibraltar	26	23	0,1	0,7	0,3	0,3	19,9	0,1	-12,3	0,0
PALOP	541	578	6,9	7,9	7,2	7,4	4,1	0,3	6,9	0,5
EFTA	90	87	1,1	1,1	1,2	1,1	2,9	0,0	-3,7	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2013.

[1] Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2014.

[2] (mar 13-fev 14)/(mar 12-fev 13) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Importações de Mercadorias

De janeiro a fevereiro de 2014, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 7,6% (Quadro 3.6).

As importações de produtos “Energéticos” e “Material de Transporte” foram o principal motor de crescimento das importações totais (+3,1 p.p. e +2,3 p.p., respetivamente).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (73,6%).

Nos primeiros dois meses de 2014, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 12,1%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 aumentaram 11,6%. As importações provenientes dos países do Alargamento cresceram 24,1%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros decresceram 3,3%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (4,7% do total). Seguem-se a China (2,7%), o Azerbaijão e os EUA (ambos com 1,8%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-fev		Anual		jan-fev		12 meses ^[1]		jan-fev	
	2013	2014	2008	2013	2013	2014	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	8 884	9 556	100,0	100,0	100,0	100,0	3,0	3,0	7,6	7,6
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	1418	1365	12,9	16,1	16,0	14,3	2,1	0,3	-3,7	-0,6
100-Energéticos	1706	1979	16,1	19,6	19,2	20,7	1,0	0,2	15,9	3,1
200-Químicos	1527	1559	13,2	16,2	17,2	16,3	-0,2	0,0	2,1	0,4
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	409	428	4,3	4,6	4,6	4,5	9,1	0,4	4,5	0,2
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	622	680	6,1	6,8	7,0	7,1	8,7	0,6	9,2	0,6
500-Minérios e Metais	759	777	9,9	8,3	8,5	8,1	2,4	0,2	2,4	0,2
600-Máquinas [4]	1286	1374	19,8	14,6	14,5	14,4	1,9	0,3	6,9	1,0
700-Material de Transporte [5]	712	918	12,2	8,7	8,0	9,6	10,8	0,9	28,9	2,3
800-Prod. Acabados Diversos	444	476	5,5	5,2	5,0	5,0	3,7	0,2	7,1	0,4
Total sem energéticos	7 178	7 577	83,9	80,4	80,8	79,3	3,6	2,8	5,6	4,5
Mercados de origem										
Intra UE	6 281	7 038	74,8	72,3	70,7	73,6	4,6	3,3	12,1	8,5
dos quais:										
UE-15	6 063	6 767	72,8	69,6	68,2	70,8	4,6	3,2	11,6	7,9
Espanha	2 794	2 991	30,8	32,4	31,4	31,3	4,5	1,4	7,1	2,2
Alemanha	1034	1232	13,4	11,4	11,6	12,9	5,1	0,6	19,1	2,2
França	592	734	8,1	6,8	6,7	7,7	8,5	0,6	23,9	1,6
Itália	439	460	5,4	5,2	4,9	4,8	5,0	0,0	4,7	0,2
Países Baixos	431	455	4,7	5,0	4,8	4,8	0,7	0,2	5,7	0,3
Reino Unido	255	268	3,3	2,9	2,9	2,8	0,5	0,0	4,8	0,1
Bélgica	217	276	2,9	2,5	2,4	2,9	6,5	0,2	27,0	0,7
Suécia	87	107	1,1	1,0	1,0	1,1	5,7	0,1	22,9	0,2
Irlanda	81	92	0,9	1,0	0,9	1,0	1,0	0,0	13,6	0,1
Alargamento	218	271	2,0	2,7	2,5	2,8	4,4	0,1	24,1	0,6
Extra UE	2 604	2 518	25,2	27,7	29,3	26,4	-1,0	-0,3	-3,3	-1,0
dos quais:										
Angola	472	449	0,6	4,6	5,3	4,7	41,1	1,4	-4,8	-0,3
China	238	261	2,1	2,4	2,7	2,7	1,6	0,0	9,6	0,3
Brasil	133	54	2,1	1,5	1,5	0,6	-39,7	-0,9	-59,5	-0,9
EUA	158	169	1,6	1,5	1,8	1,8	-14,3	-0,3	6,8	0,1
Nigéria	135	1	2,7	1,3	1,5	0,0	-32,8	-0,5	-98,9	-1,5
Arábia Saudita	119	88	1,0	1,2	1,3	0,9	-21,6	-0,3	-26,4	-0,4
Argélia	7	114	1,1	0,7	0,1	1,2	-28,6	-0,4	1522,6	1,2
Cazaquistão	106	151	0,6	1,0	1,2	1,6	-23,1	-0,3	42,6	0,5
Azerbaijão	0	174	0,1	0,8	0,0	1,8	51,8	0,4	0,0	0,0
Guiné Equatorial	0	0	0,4	0,3	0,0	0,0	-47,0	-0,3	175,9	0,0
Rússia	91	101	0,6	1,8	1,0	1,1	95,0	0,9	10,8	0,1
Líbia	0	0	1,5	0,2	0,0	0,0	-69,3	-0,4	0,0	0,0
Camarões	169	83	0,0	1,4	1,9	0,9	54,2	0,5	-50,7	-1,0
OPEP ^[6]	825	673	8,5	8,9	9,3	7,0	-5,0	-0,5	-18,4	-1,7
EFTA	72	54	1,7	0,7	0,8	0,6	-17,8	-0,2	-25,0	-0,2
PALOP	487	454	0,7	4,8	5,5	4,7	41,7	1,4	-6,8	-0,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2013.

[1] Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2014.

[2] (mar 13-fev 14)/(mar 12-fev 13) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Não inclui tractores.

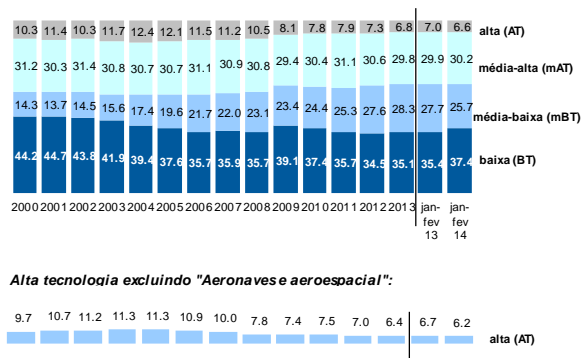
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros dois meses de 2014, as **exportações** de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 2,9%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica representam mais de metade do total das exportações destes produtos (55,9%), mas são os produtos de baixa tecnologia aqueles cujas exportações apresentam melhor performance de crescimento homólogo (+8,9%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

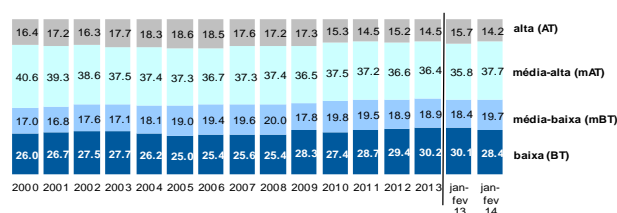
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+3,2 p.p.).

As exportações dos produtos de média-alta intensidade tecnológica também contribuíram positivamente (1,2 p.p.) para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As **importações** de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 9,9%, sendo os produtos de média alta os que mais contribuíram para este aumento (+5,6 p.p.).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em milhões de Euros

Intensidade Tecnológica	2013	janeiro a fevereiro		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2013	2014	média 2008-13	2013-12	jan-fev 2014-13	2012	2013	jan-fev		2013	jan-fev 2014		
									2013	2014				
EXPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	44 755	7 147	7 354	4,1	4,6	2,9	100,0	100,0	100,0	100,0	4,6	2,9		
Alta tecnologia	3 059	500	489	-4,5	-2,0	-2,2	7,3	6,8	7,0	6,6	-0,1	-0,2		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 871	480	456	-4,6	-3,6	-4,9	7,0	6,4	6,7	6,2	-0,2	-0,3		
Média-alta tecnologia	13 330	2 138	2 224	3,4	1,9	4,0	30,6	29,8	29,9	30,2	0,6	1,2		
Média-baixa tecnologia	12 660	1 983	1 889	8,4	7,2	-4,7	27,6	28,3	27,7	25,7	2,0	-1,3		
Baixa tecnologia	15 707	2 527	2 753	3,7	6,4	8,9	34,5	35,1	35,4	37,4	2,2	3,2		
<i>Por memória:</i>														
Total das Exportações	47 375	7 540	7 806	4,0	4,7	3,5	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	3,5		
Residual ^[3]	2 620	393	451	3,7	5,3	14,8	5,5	5,5	5,2	5,8	0,3	0,8		
IMPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	43 602	6 736	7 406	-3,5	2,0	9,9	100,0	100,0	100,0	100,0	2,0	9,9		
Alta tecnologia	6 334	1 059	1 053	-6,7	-2,5	-0,6	15,2	14,5	15,7	14,2	-0,4	-0,1		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	5 935	992	994	-6,3	-3,6	0,2	14,5	13,7	14,9	13,5	-0,5	0,0		
Média-alta tecnologia	15 883	2 413	2 792	-4,0	1,7	15,7	36,6	36,4	35,8	37,7	0,6	5,6		
Média-baixa tecnologia	8 228	1 239	1 460	-4,6	2,1	17,9	18,9	18,9	18,4	19,7	0,4	3,3		
Baixa tecnologia	13 156	2 025	2 100	-0,1	4,8	3,7	29,4	30,2	30,1	28,4	1,4	1,1		
<i>Por memória:</i>														
Total das Importações	56 721	8 884	9 556	-2,4	1,0	7,6	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0	7,6		
Residual ^[3]	13 119	2 148	2 150	1,7	-2,3	0,1	23,9	23,1	24,2	22,5	-0,5	0,0		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

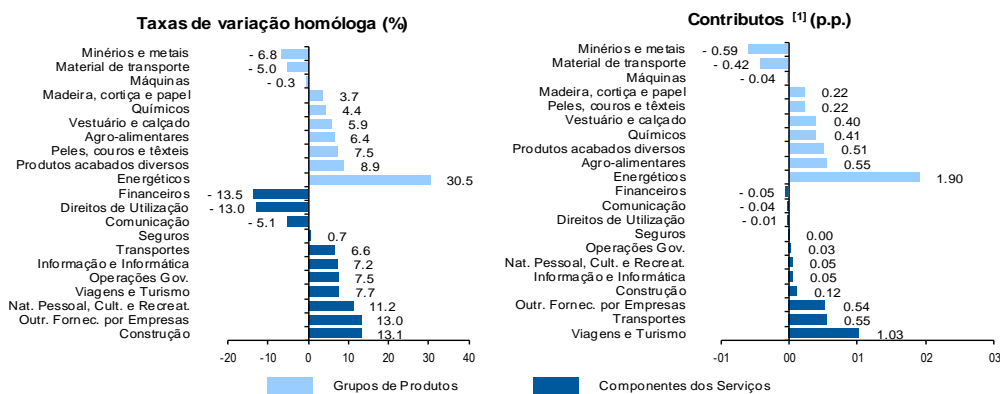
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de janeiro de 2014, no primeiro mês de 2014, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 3,9%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (2,2 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

No primeiro mês de 2014, a componente dos Serviços representou 26,6% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (1,6 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 16,0% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (8,6%) em 1,0 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em janeiro de 2014, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,90 p.p.) e dos “Agroalimentares” (+0,55 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+1,03 p.p.), Transportes (+0,55 p.p.) e “Outros fornecimentos por Empresas” (+0,54 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em janeiro de 2014



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (5,4%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2013	2014	Anual		janeiro		média anual 08-13	12 meses [1]		janeiro	
			2008	2013	2013	2014		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	5 237	5 440	100,0	100,0	100,0	100,0	3,6	5,4	5,4	3,9	3,9
Bens	3 878	3 995	68,7	69,9	74,0	73,4	4,0	4,5	3,2	3,0	2,2
Serviços	1 360	1 446	31,3	30,1	26,0	26,6	2,9	7,7	2,3	6,3	1,6
Transportes	427	475	8,3	8,4	8,1	8,7	3,8	6,6	0,5	11,2	0,9
Viagens e Turismo	466	516	13,0	13,6	8,9	9,5	4,5	7,7	1,0	10,6	0,9
Comunicação	42	37	1,0	0,7	0,8	0,7	-2,8	-5,1	0,0	-11,0	-0,1
Construção	41	46	1,1	0,9	0,8	0,9	-0,5	13,1	0,1	13,4	0,1
Seguros	7	12	0,2	0,1	0,1	0,2	-1,5	0,7	0,0	61,1	0,1
Financeiros	16	18	0,4	0,3	0,4	0,3	-2,0	-13,5	0,0	0,0	0,0
Informação e Informática	50	49	0,5	0,8	1,0	0,9	13,9	7,2	0,1	-1,8	0,0
Direitos de Utilização	3	2	0,1	0,0	0,1	0,0	-7,6	-13,0	0,0	-45,3	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	260	243	6,0	4,5	5,0	4,5	-2,4	13,0	0,5	-6,4	-0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	23	28	0,4	0,4	0,4	0,5	8,1	11,2	0,0	21,1	0,1
Operações Governamentais	22	19	0,3	0,4	0,4	0,4	10,4	7,5	0,0	-11,3	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	5 160	5 605	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,3	2,2	2,2	8,6	8,6
Bens	4 314	4 707	84,7	83,7	83,6	84,0	-2,5	2,0	1,7	9,1	7,6
Serviços	846	898	15,3	16,3	16,4	16,0	-1,1	3,0	0,5	6,2	1,0
Transportes	257	272	4,8	5,2	5,0	4,9	-0,8	4,7	0,2	6,0	0,3
Viagens e Turismo	228	239	4,0	4,8	4,4	4,3	1,2	5,9	0,3	4,9	0,2
Comunicação	39	35	0,7	0,6	0,7	0,6	-3,9	1,2	0,0	-9,3	-0,1
Construção	8	10	0,2	0,2	0,2	0,2	-4,8	23,9	0,0	16,2	0,0
Seguros	27	27	0,3	0,4	0,5	0,5	3,4	-5,2	0,0	-1,9	0,0
Financeiros	24	30	0,4	0,4	0,5	0,5	2,0	-29,3	-0,2	23,2	0,1
Informação e Informática	38	30	0,5	0,7	0,7	0,5	4,5	10,7	0,1	-20,1	-0,1
Direitos de Utilização	35	57	0,5	0,5	0,7	1,0	-0,3	3,2	0,0	63,4	0,4
Outr. Fornec. por Empresas	137	154	3,3	2,7	2,7	2,7	-6,1	5,4	0,1	12,3	0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	42	37	0,6	0,7	0,8	0,7	1,9	-7,3	-0,1	-13,4	-0,1
Operações Governamentais	10	8	0,2	0,1	0,2	0,1	-11,3	-15,2	0,0	-20,6	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até janeiro de 2014.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Comércio Internacional de Mercadorias Moçambique face ao Mundo (2008-2012) e entre Portugal e Moçambique (2009-2013)

Walter Anatole Marques ¹

1 – Nota Prévia

Não foi possível encontrar em portais oficiais de Moçambique uma balança comercial de mercadorias atualizada, assim como informação desagregada correspondente às importações e exportações moçambicanas. Mesmo a escassa informação pontual que é possível reunir, quando comparada com a proveniente de outras fontes, como a base de dados Comtrade da ONU, ou a do ITC (International Trade Centre), entre outras, apresenta consideráveis divergências.

No presente trabalho optou-se por utilizar dados do comércio externo de Moçambique entre 2008 e 2012 (os últimos disponíveis) de fonte ITC, resultantes de cálculos elaborados a partir de dados oficiais fornecidos às Nações Unidas pelos diversos países intervenientes, incluindo as chamadas “mirror statistics” quando na falta de informação de uma das partes. Também os dados relativos a Portugal, quando vistos do lado de Moçambique são, por razão de coerência, de fonte ITC.

2 – Balança Comercial de Mercadorias de Moçambique

Como se lê no Relatório Anual de 2012 do Banco de Moçambique, com base em estimativas do PIB obtidas a partir da média acumulada dos quatro trimestres de 2012, a economia nacional cresceu 7,4% em termos reais nesse ano. A dinâmica do crescimento foi determinada, como nos diz o relatório, pela contribuição positiva dos sectores da indústria extrativa, indústria manufatureira, serviços financeiros, agricultura e transportes e comunicações.

A Balança Comercial de Moçambique, de acordo com dados de fonte ITC, foi deficitária entre 2008 e 2012, com saldos da ordem dos -2 mil milhões de Euros em 2011 e 2012. Em 2011 as importações e as exportações terão registado elevadas taxas de crescimento face ao ano anterior, respetivamente +68,7% e +53,2%, a que se seguiram aumentos mais moderados em 2012 (+6,1% e +4,3%), com grau de cobertura das importações pelas exportações de 57,2% e 56,2%, respetivamente (Figura 1).

Figura 1 - Balança comercial de Moçambique face ao Mundo
(2008 a 2012)

	<i>milhões de Euros</i>				
	2008	2009	2010	2011	2012
Importação (Cif)	2 724	2 699	2 684	4 527	4 803
<i>TVH</i>	-	-0.9	-0.6	68.7	6.1
Exportação (Fob)	1 803	1 540	1 689	2 588	2 698
<i>TVH</i>	-	-14.6	9.7	53.2	4.3
Saldo (Fob-Cif)	-921	-1 159	-995	-1 940	-2 105
<i>TVH</i>	-	25.9	-14.2	94.9	8.5
Cobertura (Fob/Cif)	66.2	57.0	62.9	57.2	56.2

Fonte: A partir de dados de base ITC (International Trade Centre).

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

3 – Importações Moçambicanas por Agrupamentos de Produtos

Numa análise por agrupamentos de produtos², verifica-se que em 2012 (últimos dados disponíveis), os principais agrupamentos nas importações moçambicanas foram os “Energéticos” (23,8%), seguidos dos “Minérios e metais” (18,9%), das “Máquinas” (18,8%) e dos “Agroalimentares” (13,2%) (Figura 2).

No primeiro destes agrupamentos destacaram-se, em 2012, as importações de refinados de petróleo e de energia elétrica. Entre os minérios e metais sobressaem as de alumínio em formas brutas³, as barras e perfis de alumínio e as correntes e cadeias em ferro ou aço. Nas máquinas, muito diversificadas, destacaram-se as máquinas para trabalhar terras, pedra, minérios, etc., as partes de guindastes, empilhadores, “bulldozers” e de outras máquinas, os “bulldozers”, niveladoras, pás mecânicas e semelhantes, os fornos elétricos e de laboratório, os telefones e outros aparelhos de telecomunicação, os fios e cabos elétricos, as bombas para líquidos, as máquinas automáticas para processamento de dados, e todo um conjunto alargado de outras máquinas e aparelhos. Entre os produtos agroalimentares sobressaíram no mesmo ano as importações de farinhas e preparados para a alimentação animal, o trigo, o arroz, o peixe congelado, o leite e os óleos alimentares.

Figura 2 - Importações moçambicanas por agrupamentos de produtos
(2008 a 2012)

Agrupamento de Produtos	milhões de Euros					TVH (%)				Estrutura (%)		
	2008	2009	2010	2011	2012	09/08	10/09	11/10	12/11	08	10	12
TOTAL	2 724	2 699	2 684	4 527	4 803	-0.9	-0.6	68.7	6.1	100.0	100.0	100.0
0-Agro-alimentares	393	423	316	568	632	7.5	-25.2	79.5	11.4	14.4	11.8	13.2
1-Energéticos	552	418	535	1 068	1 145	-24.2	28.1	99.5	7.2	20.2	19.9	23.8
2-Químicos	260	242	230	416	388	-6.9	-4.8	80.6	-6.8	9.5	8.6	8.1
3-Madeira, cortiça e Papel	70	80	63	84	91	13.7	-21.1	34.3	7.5	2.6	2.3	1.9
4-Peles, couros e têxteis	44	60	41	67	131	36.0	-31.4	63.0	96.2	1.6	1.5	2.7
5-Vestuário e calçado	18	22	21	31	37	21.1	-8.0	52.2	18.8	0.7	0.8	0.8
6-Minérios e metais	179	240	230	841	909	33.7	-4.2	266.2	8.1	6.6	8.6	18.9
7-Máquinas	362	423	387	799	905	16.9	-8.5	106.6	13.2	13.3	14.4	18.8
8-Material de transporte	300	351	301	520	399	16.8	-14.1	72.8	-23.3	11.0	11.2	8.3
9-Prod. acabados diversos	546	442	560	132	165	-19.1	26.8	-76.4	24.9	20.0	20.9	3.4

Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

Com pesos superiores a 8% seguiram-se os agrupamentos “Material de transporte” (8,3% do total), principalmente veículos para o transporte de mercadorias, veículos de passageiros, respetivas partes e peças, tratores e reboques, e “Químicos” (8,1% do total), com destaque para os medicamentos, substâncias odoríferas, adubos e fertilizantes, pneus, produtos para lavagem e limpeza, reagentes de diagnóstico ou de laboratório, e plásticos, entre outros.

4 – Exportações Moçambicanas por Agrupamentos de Produtos

Em 2012 o agrupamento “Minérios e metais” representou 39,4% das exportações totais, após ter pesado mais de 50% em anos anteriores. Destacaram-se aqui, em 2011 e 2012, os fornecimentos de barras e perfis de alumínio e de minério de titânio. As exportações de alumínio em formas brutas, que em 2008 e 2010 haviam atingido importantes montantes, não se efetuaram em 2012 (Figura 3).

Seguiram-se os agrupamentos “Energéticos” (27,8%), com as hulhas em destaque em 2012, na sequência do início da produção de carvão em Moatize e Benga, seguidas do gás de petróleo, e “Agroalimentares” (16,5%), em que sobressaíram as exportações de tabaco e de açúcar.

² Ver composição dos agrupamentos de produtos com base nos capítulos da NC (SH), em Anexo.

³ A exportação de alumínio assumiu uma posição de relevo nas exportações moçambicanas nos últimos anos, tendo registado uma quebra significativa em 2012 (principalmente no alumínio em formas brutas), quebra que se terá ficado a dever à redução das cotações internacionais, como se lê no relatório do Banco de Moçambique já atrás citado.

Figura 3 - Exportações moçambicanas por agrupamentos de produtos
(2008 a 2012)

Agrupamento de Produtos	milhões de Euros					TVH (%)				Estrutura (%)		
	2008	2009	2010	2011	2012	09/08	10/09	11/10	12/11	08	10	12
TOTAL	1 803	1 540	1 689	2 588	2 698	-14.6	9.7	53.2	4.3	100.0	100.0	100.0
0-Agro-alimentares	265	358	262	531	445	34.9	-26.9	102.6	-16.1	14.7	15.5	16.5
1-Energéticos	196	268	337	421	750	37.2	25.6	25.0	78.1	10.8	19.9	27.8
2-Químicos	6	6	2	10	97	3.2	-67.8	405.0	880.9	0.3	0.1	3.6
3-Madeira, cortiça e Papel	34	51	53	111	91	49.1	4.9	107.9	-18.2	1.9	3.2	3.4
4-Peles, couros e têxteis	39	24	31	31	39	-39.5	31.9	-1.6	28.2	2.2	1.8	1.5
5-Vestuário e calçado	2	3	4	8	5	45.1	19.0	118.7	-41.3	0.1	0.2	0.2
6-Minérios e metais	1 051	73	905	1 319	1 063	-93.0	1132.2	45.6	-19.4	58.3	53.6	39.4
7-Máquinas	41	63	20	45	47	53.5	-68.0	121.8	5.7	2.3	1.2	1.8
8-Material de transporte	27	61	9	103	78	129.1	-85.7	1076.1	-24.3	1.5	0.5	2.9
9-Prod. acabados diversos	142	632	65	10	83	343.7	-89.6	-85.5	770.8	7.9	3.9	3.1

Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

5 – Mercados de Origem e de Destino das Trocas Moçambicanas

A República da África do Sul é o principal mercado de origem das importações de Moçambique, com 31,4% do total em 2012. Neste ano Portugal foi o terceiro fornecedor comunitário (4,9%), precedido dos Países Baixos (9,3%) e do Reino Unido (6,0%) (Figura 4).

Figura 4 – Mercados de origem das importações em Moçambique
(2008 a 2013)

Origem	milhões de Euros					Tx Méd anual	Estr.(%) 2012
	2008	2009	2010	2011	2012		
Mundo	2 724	2 699	2 684	4 527	4 803	15.2	100.0
UE-28	746	654	822	977	1 100	10.2	22.9
<i>dos quais:</i>							
P.Baixos	474	350	484	485	445	-1.6	9.3
R.Unido	35	20	43	160	290	69.3	6.0
Portugal	79	102	116	162	236	31.6	4.9
Alemanha	44	48	60	25	31	-8.2	0.7
Terceiros	1 978	2 045	1 862	3 550	3 703	17.0	77.1
<i>dos quais:</i>							
África do Sul	792	956	924	1 523	1 509	17.5	31.4
Emiratos	70	54	36	288	353	49.7	7.4
Bahrain	183	11	71	78	303	13.4	6.3
China	106	124	98	268	272	26.6	5.7
Brasil	18	24	17	32	220	85.7	4.6
EUA	109	97	56	210	197	16.0	4.1
Índia	98	175	152	216	156	12.3	3.3
Japão	87	102	95	133	114	7.1	2.4
Tailândia	59	92	39	86	62	1.3	1.3
Vietnam	16	23	8	41	44	28.0	0.9
Singapura	7	48	6	27	34	48.6	0.7

Fonte: A partir de dados de base ITC (International Trade Centre).

A estrutura das importações em 2012 apresentada neste quadro revela diferenças, algumas delas sensíveis, face a percentagens referidas no relatório do Banco de Moçambique para alguns destes países: África do Sul (32%, em vez de 31,4%), Países Baixos (10%, em lugar de 9,3%), China (7%, em vez de 5,7%), Índia e Emiratos (6% para cada, em lugar de respetivamente, 3,3% e 7,4%).

Na vertente das exportações, o principal mercado de destino ao longo dos cinco anos em análise foram os Países Baixos (26,6% em 2012), sendo de admitir que se encontrarão aqui incluídas mercadorias que entraram em livre prática no espaço europeu pelo porto de Roterdão, destinadas a outros países, comunitários ou não (Figura 5).

Figura 5 – Mercados de destino das exportações de Moçambique
(2008 a 2013)

milhões de Euros

Origem	2008	2009	2010	2011	2012	Tx Méd anual	Estr.(%) 2012
Mundo	1 803	1 540	1 689	2 588	2 698	10.6	100.0
UE-28	1 130	786	1 037	1 368	1 093	-0.8	40.5
<i>dos quais:</i>							
P.Baixos	1 003	641	890	1 007	716	-8.1	26.6
R.Unido	7	21	1	143	138	110.9	5.1
Itália	5	11	0	37	84	105.7	3.1
Espanha	35	23	23	60	40	3.4	1.5
Polónia	12	17	6	6	39	34.0	1.4
Bélgica	17	11	6	13	27	12.3	1.0
Portugal	18	23	82	31	13	-8.5	0.5
Alemanha	17	18	15	54	12	-7.7	0.5
Terceiros	673	753	652	1 219	1 605	24.3	59.5
<i>dos quais:</i>							
África do Sul	180	330	352	419	518	30.2	19.2
China	35	53	60	120	496	93.9	18.4
Índia	19	41	23	63	121	58.1	4.5
Suíça	10	7	6	72	68	62.4	2.5
Zimbabwe	55	53	54	91	64	3.9	2.4
EUA	12	30	12	18	48	40.5	1.8
Georgia	0	0	0	0	37	-	1.4
Noruega	4	1	0	0	30	65.0	1.1
Singapura	1	20	8	7	22	103.5	0.8
Malawi	32	33	20	33	20	-10.6	0.8
Angola	6	6	2	5	19	31.1	0.7
Rússia	16	21	10	18	14	-3.8	0.5
Turquia	3	9	6	5	13	40.1	0.5

Fonte: A partir de dados de base ITC (International Trade Centre).

No mesmo ano o segundo principal destino foi a República da África do Sul (19,2%), seguida da China (18,4%). Portugal terá absorvido apenas 0,5% das exportações totais moçambicanas.

6 – Moçambique e a SADC

Moçambique é membro fundador da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), que tem como um dos seus objetivos aprofundar a cooperação económica entre quinze países da África Austral, atualmente, com base no equilíbrio, igualdade e benefícios mútuos, proporcionando um livre movimento dos fatores de produção através das fronteiras nacionais (Figura 6).

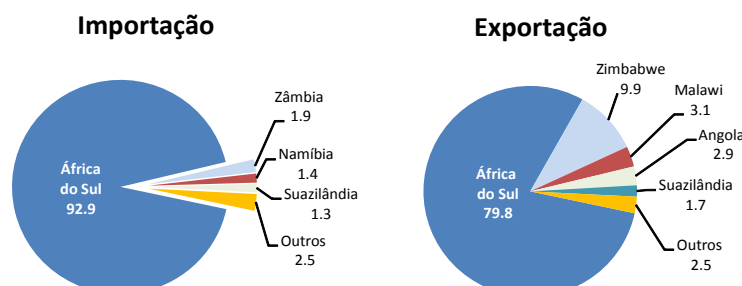
Figura 6 – Países da SADC



Em 2012 mais de 1/3 das importações moçambicanas tiveram origem em países da SADC e cerca de 1/4 das exportações destinaram-se aos parceiros desta comunidade.

No contexto da SADC a África do Sul é o principal fornecedor de Moçambique (92,9% do total em 2012) e também o principal destinatário das suas exportações (79,8%) (Figura 7).

Figura 7 - Principais fornecedores e clientes de Moçambique
no contexto da SADC em 2012 (%)



Fonte: A partir de dados de base ITC (International Trade Centre).

7 – Moçambique e a CPLP

Moçambique é também membro da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), espaço que foi origem de 9,6% das suas importações em 2012 e o destino de 1,3% das exportações (Figura 8).

Os principais mercados de origem das importações em 2012 foram Portugal e o Brasil, seguidos a grande distância por Angola. Por sua vez as exportações tiveram por principais destinos Angola e Portugal, seguidos do Brasil.

As trocas comerciais de Moçambique com a Guiné-Bissau e com São Tomé e Príncipe foram inexistentes, ou praticamente inexistentes, no período em análise.

Figura 8 – Comércio externo de Moçambique com a CPLP

1000 Euros						
Importações						
Origem	2008	2009	2010	2011	2012	Tx Méd anual
Mundo	2 723 892	2 699 072	2 684 136	4 527 202	4 803 114	15.2
CPLP	99 315	125 849	133 823	203 337	459 227	46.6
%	3.6	4.7	5.0	4.5	9.6	-
Portugal	78 721	101 785	116 097	161 942	236 420	31.6
Brasil	18 489	23 983	17 460	31 712	220 065	85.7
Angola	2 031	66	174	9 045	2 713	7.5
Timor-Leste	41	4	35	6	16	-21.4
Cabo Verde	33	7	56	631	13	-20.6
S. Tomé e Pr.	1	4	0	0	0	-
Guiné-Bissau	-	-	-	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base ITC (International Trade Centre).

1000 Euros						
Exportações						
Origem	2008	2009	2010	2011	2012	Tx Méd anual
Mundo	1 803 299	1 539 597	1 689 201	2 587 613	2 697 997	10.6
CPLP	25 213	29 536	84 106	85 693	36 236	9.5
%	1.4	1.9	5.0	3.3	1.3	-
Angola	6 330	6 425	1 899	4 909	18 711	31.1
Portugal	17 952	23 081	81 591	30 642	12 567	-8.5
Brasil	920	22	613	50 083	4 836	51.4
Cabo Verde	8	7	2	59	74	73.5
Timor-Leste	3	1	0	0	48	105.2
Guiné-Bissau	-	-	-	-	-	-
S. Tomé e Pr.	-	-	-	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base ITC (International Trade Centre).

8 – Trocas Comerciais de Portugal com Moçambique

Após ter ocupado a 59.^a posição no “ranking” das importações portuguesas provenientes dos Países Terceiros em 2012 (81.^a face ao Mundo), Moçambique subiu para o 39.^o lugar em 2013 (58.^o no Mundo), acima das posições ocupadas em anos anteriores. Por sua vez, na vertente das exportações, Moçambique subiu do 15.^o lugar em 2010 (30.^o no Mundo), para 11.^o em 2013 (21.^o face ao Mundo) (Figura 9).

Figura 9 - “Ranking” de Moçambique nas importações e nas exportações portuguesas (2009 a 2013)

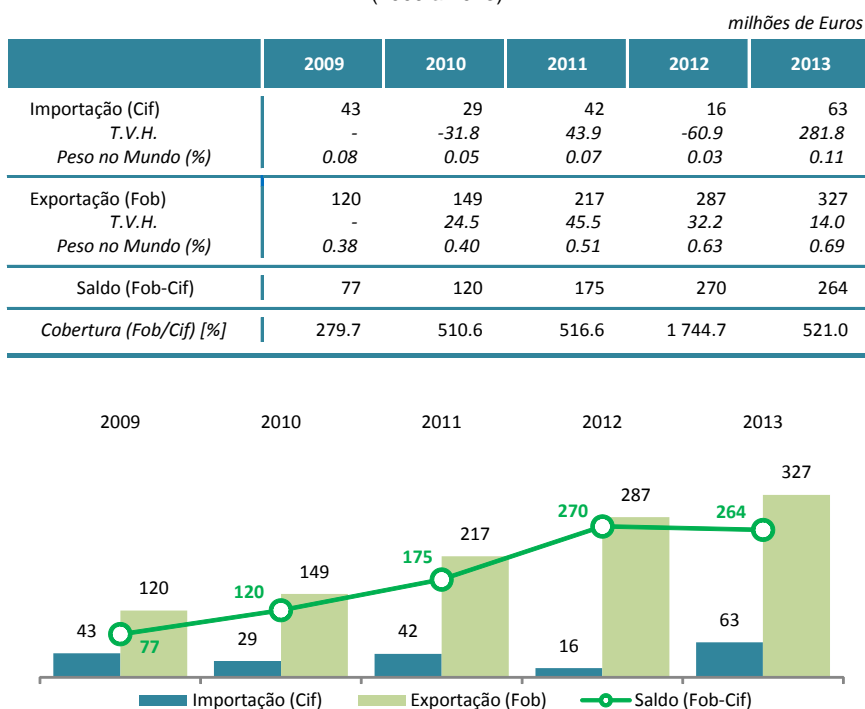
	2009	2010	2011	2012	2013
Importação					
- Mundo	59	68	62	81	58
- P.Terceiros	40	47	41	59	39
Exportação					
- Mundo	29	30	28	24	21
- P.Terceiros	14	15	13	12	11

Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

8.1 – Balança comercial de mercadorias de Portugal com Moçambique

A Balança Comercial de Portugal com Moçambique é altamente favorável ao nosso país, tendo o grau de cobertura (Fob/Cif) das importações pelas exportações ultrapassado os 500% em 2013. As importações, irregulares ao longo dos últimos cinco anos, acusaram uma quebra acentuada em 2012. Por sua vez, as exportações têm aumentado sustentadamente, com a sua quota-parte a subir de 0,4%, em 2009, para 0,7% do total, em 2013 (Figura 10).

Figura 10 – Balança comercial de Portugal com Moçambique (2009 a 2013)



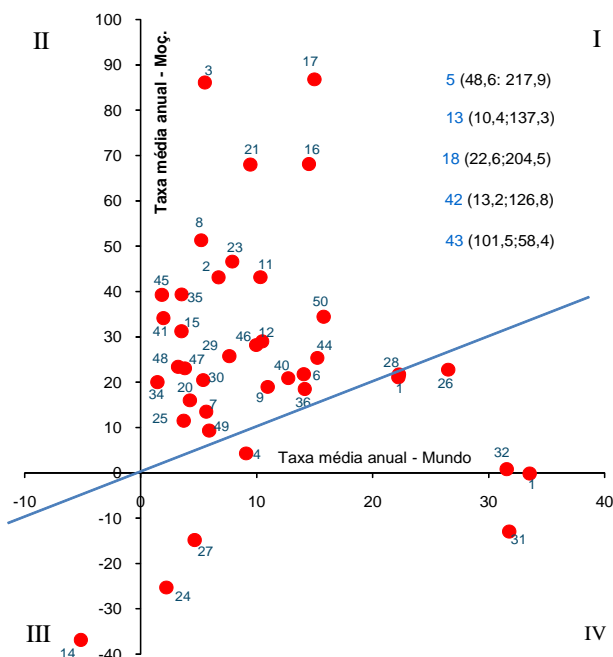
Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

8.2 – Taxas de crescimento médio anual dos 50 principais produtos (NC-4) de exportação em 2013, para o Mundo e para Moçambique, entre 2009 e 2013

No diagrama da Figura 11 encontram-se representadas as taxas de crescimento médio anual dos principais 50 produtos da exportação portuguesa em 2013 (57,7% do total do Mundo e 31,9% do de Moçambique), definidos a 4 dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-4 \equiv SH-4), para o Mundo (eixo das abcissas) e para Moçambique (eixo das ordenadas). A linha de referência que atravessa o 1.º e o 3.º quadrantes corresponde aos pontos que apresentam a mesma taxa média de crescimento no Mundo e em Moçambique.

Da figura ressalta que 35 dos 50 produtos se encontram no 1.º quadrante acima da linha de referência, o que significa que foi maior a taxa de crescimento positiva em Moçambique do que no mundo. É o caso do “Papel e cartão para escrita ou fins gráficos”(5), das “Caixas de fundição e moldes”(13), das “Barras de ferro ou aço”(18), do “Benzeno, tolueno, xileno, etc.”(42), das “Partes de motores e geradores elétricos”(43), das “Partes e acessórios de tratores e automóveis”(3), das “Construções em ferro ou aço”(17), da “Cortiça aglomerada”(21), das “Chapas, folhas, etc., de plástico”(16), das “T-shirts de malha”(8), dos “Fatos, conjuntos, casacos, vestidos, saias e calças, de tecido, para senhora”(37), dos “Automóveis de passageiros”(2), dos “Medicamentos”(11), dos conversores e bobinas elétricas”(45), das “Torneiras e válvulas”(35), das “Camisolas, ‘pulloveres’ e ‘cardigans’ de malha”(41), dos “Assentos”(15), das “Obras de ferro e aço n.e.”(50), do “Mobiliário”(12), da “Cerveja”(46), das “Obras de etileno, propileno, PVC e semelhantes”(29), das “Conservas de peixe”(44), da “Pedra de cantaria ou construção trabalhada”(48), dos “Fatos, casacos, vestidos, saias e calças, de malha, para senhora”(47), dos “Interruptores, seccionadores e aparelhos de proteção, elétricos”(30), dos “Pneumáticos”(6), das “Partes de motores de explosão ou diesel”(40), dos “Fatos, casacos e calças de tecido para homem”(34), dos “Fios e cabos elétricos”(9), dos “Polímeros de etileno”(36), das “Roupas de cama, mesa, toucador ou cozinha”(20), dos “Vinhos”(7), dos “Cigarros e outros produtos do tabaco”(25) e do “Tomate conservado”(49).

Figura 11 - Taxas de crescimento médio anual dos 50 principais produtos (NC-4) da exportação portuguesa em 2013, para o Mundo e para Moçambique (2009 a 2013)



Nota: Os produtos 4703 (19), 7108 (22), 2603 (23), 2711 (33), 7213 (38) e 2917 (39) não foram exportados para Moçambique em 2009 ou 2013.

Fonte: A partir de dados de base ITC (International Trade Centre).

NC-4	NC-4				
1	2710	Refinados de petróleo	26	1509	Azeite de oliveira, mesmo refinado
2	8703	Automóveis de passageiros e mistos	27	7010	Garrafas/frascos/ampolas/tampas etc, de vidro
3	8708	Partes e acessórios de tratores e automóveis	28	8537	Quadros/armários distribuição energia eléctrica
4	6403	Calçado com parte superior couro natural	29	3926	Obras etileno/propileno/PVC/resinas/etc)
5	4802	Papel/cartão p/escrita/fins gráf, em rolos/folhas	30	8536	Interrupt/seccionad./apar. protecção eléct, até 1 KV
6	4011	Pneumáticos novos, de borracha	31	2901	Etileno/propileno/butileno/etc)
7	2204	Vinhos de uvas frescas	32	3909	Resinas e poliuretanos em formas primárias
8	6109	T-shirts e camisolas interiores, de malha	33	2711	Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos
9	8544	Fios/cabos/fibra óptica/conduz eléct, isolados	34	6203	Fatos/conj/casacos/calças, de tecido, p/H
10	8704	Veículos automóveis para transporte de mercadorias	35	8481	Torneiras e válvulas
11	3004	Medicamentos acondicionados p/venda retalho	36	3901	Polímeros de etileno em formas primárias
12	9403	Mobiliário não médico e suas partes	37	6204	Fatos/conj/casac/vestid/saias/calças, de tecido, p/S
13	8480	Caixas de fundição e moldes	38	7213	Fio-máquina de ferro ou aço não ligado
14	8527	Recept. rádio/telefonía c/s/gravad/relógio	39	2917	Ácidos policarboxílicos e seus derivados
15	9401	Assentos e suas partes	40	8409	Partes de motores de explosão ou diesel
16	3920	Chapas/folhas/pelíc/tiras/lâminas, de plástico	41	6110	Camisolas/pull-overs, cardigans, de malha
17	7308	Construções em ferro ou aço e suas partes	42	2902	Benzeno/tolueno/xileno/estireno/etc)
18	7214	Barras ferro/aço forjad/laminad/extrudadas a quente	43	8503	Partes de motores/geradores eléctricos
19	4703	Pastas químicas de madeira, à soda/sulfato	44	1604	Conservas de peixe
20	6302	Roupas de cama, mesa, tocadour ou cozinha	45	8504	Transformadores/conversores eléct, bobinas
21	4504	Cortiça aglomerada e suas obras	46	2203	Cerveja de malte
22	7108	Ouro em formas brutas, semimanufact. ou em pó	47	6104	Fatos/conj/casac/vestid/saias/calças, de malha, p/S
23	2603	Minérios de cobre e seus concentrados	48	6802	Pedra cantaria/construção, excl. ardósia, trabalhada
24	4503	Obras de cortiça natural	49	2002	Tomates preparados/conservados
25	2402	Charutos, cigarrilhas e cigarros, de tabaco	50	7326	Obras de ferro ou aço n.e.

Ainda no 1.º quadrante mas abaixo da linha de referência, logo com taxas de crescimento médio anual positivas no Mundo superiores às que se verificaram em Moçambique, também positivas, localizam-se 5 produtos: os “Quadros e armários de distribuição de energia eléctrica”(28), os “Veículos para o transporte de mercadorias”(10), o “Azeite de oliveira”(26), o “Calçado de couro”(4) e as “Resinas e poliuretanos em formas primárias”(32).

No 3.º quadrante e abaixo da linha de referência, a que correspondem taxas de crescimento negativas em Moçambique, mais negativas do que a média mundial, situa-se apenas um produto, os “Recetores-rádio”(14).

Por fim no 4.º quadrante, a que correspondem taxas de crescimento positivas no Mundo e negativas em Moçambique, 4 produtos: Os “Refinados de petróleo”(1), “Etileno, propileno, butileno, etc.”(31), as “Garrafas, frascos, ampolas, tampas, etc., de vidro”(27), e as “Obras de cortiça natural”(24).

Os produtos “Pastas químicas de madeira, à soda ou sulfato”(19), o “Ouro em formas brutas ou semimanufaturado”(22), os “Minérios de cobre”(23), o “Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos”(33), o “Fio-máquina de ferro ou aço”(38) e os “Ácidos policarboxílicos”(39) não foram exportados para Moçambique em 2009 ou 2013.

8.3 – Variação das quotas de mercado dos 50 principais produtos (NC-2) de exportação em 2012 para o Mundo e para Moçambique, entre 2009 e 2012

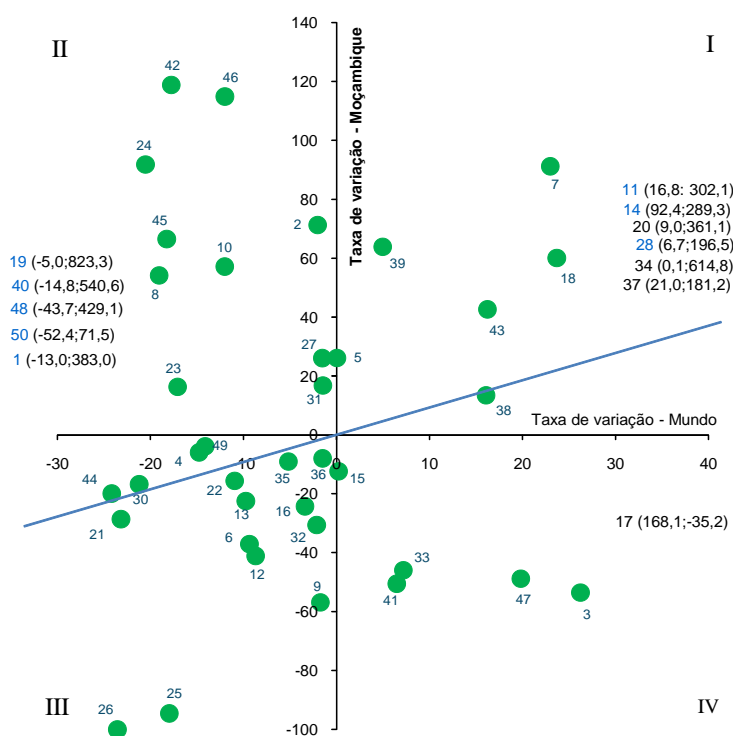
No diagrama da **Figura 12** encontram-se representadas, numa perspetiva dinâmica, as variações das quotas de mercado dos 50 principais produtos de exportação portugueses em 2012, para o Mundo e para Moçambique (cerca de 95% do total do Mundo e 92% em Moçambique), agora definidos a 2 dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-2 ≡ SH-2), calculadas a partir de dados estatísticos de fonte ITC. À semelhança do diagrama anterior, a linha de referência que atravessa o 1.º e o 3.º quadrantes corresponde aos pontos que apresentam variações das quotas de mercado iguais no Mundo e em Moçambique, entre 2009 e 2012.

No 1.º quadrante, acima da linha de referência, situam-se 11 produtos, cuja quota de mercado aumentou mais em Moçambique do que aumentou no Mundo: o “Ferro fundido, ferro e aço”(11), os “Produtos químicos orgânicos”(14), o “Peixe, crustáceos e moluscos”(20), as “Gorduras e óleos”(28), o “Sal, terras, pedras, gesso, cal e cimento”(25), o “Cobre e suas obras”(37), o “Papel e cartão”(7), as “Preparações à base de cereais e leite e produtos de pastelaria”(39), os “Produtos farmacêuticos”(18), os “Tecidos revestidos para uso técnico”(43) e o “Plástico e suas obras”(5).

Ainda no 1.º quadrante, mas abaixo da linha de referência, com uma taxa de crescimento positiva no Mundo superior à de Moçambique, o conjunto dos “Produtos diversos das indústrias químicas”(38).

Rodando no sentido direto (contrário ao dos ponteiros do relógio), no 2.º quadrante, onde se enquadram os produtos cuja quota aumentou em Moçambique mas diminuiu no Mundo, 15 produtos: a “Madeira e suas obras”(19), as “Fibras sintéticas e artificiais descontínuas”(40), o “Algodão”(48), o “Açúcar e produtos de confeitaria”(50), os “Automóveis, tratores e ciclos”(1), os “Produtos hortícolas, raízes e tubérculos”(42), os “Sabões, lubrificantes, ceras, velas e preparações de dentistas”(46), o “Vidro e suas obras”(24), as “Ferramentas, talheres e cutelaria em metais comuns”(45), as “Máquinas, aparelhos elétricos e gravadores de som e imagem”(2), o “Mobiliário, colchões, almofadas e candeeiros”(10), o “Vestuário de malha”(8), os “Aparelhos de ótica, fotografia, medida, precisão e médicos”(27), os “Artefactos têxteis, calçado e chapéus, usados, e trapos”(23) e as “Preparações de produtos hortícolas e de frutas”(31).

Figura 12 - Variação das quotas de mercado dos 50 principais produtos de exportação (NC-2) em 2012, no Mundo e em Moçambique, entre 2009 e 2012



Nota: O produto NC-24 (29) não foi exportado para Moçambique em 2009.
Fonte: A parir de dados de base ITC (International Trade Centre).

NC-2	NC-2
1 Automóv/tractores/ciclos/outr terrest	26 Minérios, escórias e cinzas
2 87 Máq/aparelh eléctric; gravad. som/imagem	27 90 Aparelh óptic/fotog/medida/precisão/médicos
3 27 Combust. e óleos minerais; betumes e ceras	28 15 Gorduras e óleos animais e vegetais
4 84 Máq/aparelh mecânic; react nucl; caldeiras	29 24 Tabaco e seus sucedâneos manufacturados
5 39 Plástico e suas obras	30 68 Obras de pedra/gesso/cimento/amianto/mica
6 64 Calçado e suas partes	31 20 Prep de produtos hortícolas, frutas ou plantas
7 48 Papel, cartão e suas obras	32 04 Leite e lacticínios, ovos, mel
8 61 Vestuário de malha e seus acessórios	33 08 Frutas, cascas de citrinos e melões
9 73 Obras de ferro fundido, ferro ou aço	34 25 Sal, enxofre, terras, pedras; gesso, cal e cimento
10 94 Mobiliário/colchões/almofadas/candeeiros	35 16 Prep. carnes/peixes/crustáceos/moluscos
11 72 Ferro fundido, ferro e aço	36 83 Obras diversas de metais comuns
12 22 Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	37 74 Cobre e suas obras
13 40 Borracha e suas obras	38 38 Produtos diversos das indústrias químicas
14 29 Produtos químicos orgânicos	39 19 Prep base cereais ou leite; pastelaria
15 62 Vestuário excepto de malha e seus acessórios	40 55 Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas
16 45 Cortiça e suas obras	41 56 Pastas, feltros e falsos tecidos, cordoaria
17 71 Pérolas; pedras e metais prec e semi; bijuteria	42 07 Prod hortícolas, raízes e tubérculos
18 30 Produtos farmacêuticos	43 59 Tecid impregnad/revest; art têxteis uso técnico
19 44 Madeira e suas obras; carvão vegetal	44 32 Extratos tanantes; pigmentos; tintas e vernizes
20 03 Peixes, crustáceos e moluscos	45 82 Ferramentas/cutelari/talheres met comum
21 69 Produtos cerâmicos	46 34 Sabões; lubrific.; ceras artif; velas; prep dentista
22 47 Pastas madeira; desperdíc papel/cartão	47 02 Carnes e miudezas comestíveis
23 63 Artefact têxt; calçado/chapéus usados; trapos	48 52 Algodão
24 70 Vidro e suas obras	49 21 Preparações alimentícias diversas
25 76 Alumínio e suas obras	50 17 Açúcares e produtos de confeitaria

No 3.º quadrante, acima da linha de referência, onde se situam os produtos que registaram maiores quebras das quotas no Mundo do que em Moçambique, 4 produtos: as “Preparações alimentícias diversas”(49), as “Máquinas e aparelhos mecânicos”(4), os “Extratos tanantes, pigmentos, tintas e vernizes”(44) e as “Obras de pedra, gesso, cimento, amianto e mica”(30).

No 3.º quadrante, mas abaixo da linha de referência, com quebras nas quotas de mercado em Moçambique mais acentuadas do que no Mundo, 12 produtos: as “Obras diversas de metais comuns”(36), as “Preparações de carnes, peixe, crustáceos e moluscos”(35), as “Pastas de madeira e desperdícios de papel e cartão”(22), a “Borracha e suas obras”(13), a “Cortiça e suas obras”(16), os “Produtos cerâmicos”(21), o “Leite e lacticínios”(32), o “Calçado e suas partes”(6), as “Bebidas e líquidos alcoólicos”(12), as “Obras de ferro fundido, ferro ou aço”(9), o “Alumínio e suas obras”(25) e os “Minérios, escórias e cinzas”(26).

Finalmente no 4.º quadrante, 6 produtos que registaram aumentos das suas quotas no Mundo mas quebras em Moçambique; o “*Vestuário, exceto de malha*”(15), as “*Frutas*”(33), as “*Carnes e miudezas*”(47), as “*Pastas, feltros, falsos tecidos e cordoaria*”(41), os “*Combustíveis e óleos minerais*”(3) e as “*Pérolas, pedras e metais preciosos e semipreciosos, e bijutaria*”(17).

O “*Tabaco e seus sucedâneos manufacturados*”(29) não foi exportado para Moçambique em 2009.

8.4 – Exportações portuguesas com destino a Moçambique (2009 a 2013) por agrupamentos de produtos e principais produtos (NC-2)

Numa análise das exportações portuguesas para Moçambique por agrupamentos de produtos, definidos com base nos Capítulos da Nomenclatura Combinada (NC-2), verifica-se que o agrupamento “Máquinas” foi o que, em 2013, entre os dez agrupamentos considerados, registou o maior peso na estrutura (36,8% do total), com uma taxa de crescimento de +10,5% face ao ano anterior, contabilizando mais de 120 milhões de Euros, com as máquinas e aparelhos mecânicos a contribuírem com 23,4% e as máquinas e aparelhos elétricos com os restantes 13,4% (Figura 13).

Com pesos de dois dígitos seguiram-se os agrupamentos “Minérios e metais” (12,8%), em que se destacaram as exportações de obras de ferro ou aço, “Agroalimentares” (10,8%), onde sobressaíram as preparações de carne e de peixe, as bebidas alcoólicas e as gorduras e óleos, “Químicos” (10,5%), com predominância dos plásticos e suas obras e dos produtos farmacêuticos, e “Produtos acabados diversos” (também 10,5%), em que lideraram as exportações de mobiliário, colchões, candeeiros e outros, de produtos cerâmicos e de aparelhos de ótica, fotografia, medida e precisão.

Com pesos inferiores alinham-se, por ordem decrescente, os agrupamentos “Material de transporte” (8,7% do total), com predomínio dos veículos automóveis, tratores e ciclos, “Madeira, cortiça e papel” (5,9%), com destaque para os livros, jornais e produtos da indústria gráfica, e para o papel, cartão e suas obras, “Vestuário e calçado” (1,9%), com predomínio do vestuário, de malha e de tecido, “Pele, couros e têxteis” (1,3%), principalmente artefactos têxteis e calçado usado, e “Energéticos” (0,7%).

Também os dados constantes da base de dados do ITC, quando vistos do lado de Moçambique, divergem dos correspondentes dados do INE, como se pode observar nos dados “Por memória” para os anos de 2009 a 2012, constantes da Figura 13 que, sendo valores Cif, ao serem convertidos a valores Fob, acentuariam ainda mais as diferenças.

Figura 13 - Exportações portuguesas por agrupamentos de produtos com destino a Moçambique e principais produtos (NC-2)

(2009 a 2013)

NC-2	Agrupamento de Produtos	1000 Euros					TVH (%)				Estrutura (%)		
		2009	2010	2011	2012	2013	10/09	11/10	12/11	13/12	09	11	13
TOTAL	TOTAL	119 723	149 014	216 885	286 623	326 749	24.5	45.5	32.2	14.0	100.0	100.0	100.0
000	0-Agro-alimentares	17 839	17 870	23 003	30 477	35 211	0.2	28.7	32.5	15.5	14.9	10.6	10.8
16	Preparações carne/peixe	3 885	2 624	4 697	5 039	9 241	-32.5	79.0	7.3	83.4	3.2	2.2	2.8
22	Bebidas alcoólicas	4 864	4 722	6 297	8 990	8 158	-2.9	33.3	42.8	-9.3	4.1	2.9	2.5
15	Gorduras e óleos	2 191	2 692	2 508	3 478	4 059	22.8	-6.8	38.7	16.7	1.8	1.2	1.2
19	Prep. base cereais ou leite	1 696	1 905	2 433	2 691	2 745	12.3	27.7	10.6	2.0	1.4	1.1	0.8
20	Prep prod. hortícolas/frutas	1 149	1 300	1 533	2 421	2 509	13.1	17.9	58.0	3.6	1.0	0.7	0.8
04	Leite e laticínios	541	834	1 099	1 671	2 060	54.3	31.7	52.1	23.3	0.5	0.5	0.6
100	1-Energéticos	2 062	2 098	2 102	3 168	2 211	1.8	0.2	50.7	-30.2	1.7	1.0	0.7
200	2-Químicos	15 336	19 048	23 012	28 715	34 444	24.2	20.8	24.8	19.9	12.8	10.6	10.5
39	Plástico e suas obras	5 819	7 638	8 728	11 747	12 980	31.3	14.3	34.6	10.5	4.9	4.0	4.0
30	Produtos farmacêuticos	1 953	2 423	3 744	5 016	7 929	24.1	54.5	34.0	58.1	1.6	1.7	2.4
38	Prod. diversos indúst. química	2 709	3 276	3 423	4 581	5 123	20.9	4.5	33.8	11.8	2.3	1.6	1.6
33	Perfumaria e cosméticos	1 052	1 147	1 535	1 678	2 236	9.1	33.8	9.3	33.3	0.9	0.7	0.7
32	Extratos tanantes/tintas/vernizes	1 325	1 802	1 488	1 829	2 140	36.0	-17.4	22.9	17.0	1.1	0.7	0.7
300	3-Madeira, cortiça e Papel	13 193	14 491	15 562	19 507	19 429	9.8	7.4	25.4	-0.4	11.0	7.2	5.9
49	Livros, jornais, prod indúst gráfica	10 482	10 271	8 496	9 459	8 732	-2.0	-17.3	11.3	-7.7	8.8	3.9	2.7
48	Papel, cartão e suas obras	1 974	2 944	4 059	6 597	6 734	49.1	37.9	62.6	2.1	1.6	1.9	2.1
44	Madeira e suas obras	379	934	1 987	3 132	3 553	146.7	112.6	57.6	13.5	0.3	0.9	1.1
400	4-Peles, couros e têxteis	1 700	2 017	2 772	5 075	4 333	18.6	37.4	83.1	-14.6	1.4	1.3	1.3
63	Artefact têxt, calçado, usados	868	966	1 315	2 364	2 136	11.2	36.1	79.8	-9.6	0.7	0.6	0.7
42	Obras de couro	308	265	577	816	957	-14.1	118.0	41.5	17.3	0.3	0.3	0.3
56	Pastas, feltros e cordoaria	217	243	326	305	402	12.4	33.7	-6.4	32.0	0.2	0.2	0.1
500	5-Vestuário e calçado	2 641	2 263	3 169	5 295	6 250	-14.3	40.1	67.1	18.0	2.2	1.5	1.9
62	Vestuário excepto de malha	929	939	1 087	1 436	2 364	1.1	15.8	32.0	64.7	0.8	0.5	0.7
64	Calçado e suas partes	1 033	828	1 170	1 832	2 033	-19.9	41.3	56.6	11.0	0.9	0.5	0.6
61	Vestuário de malha	624	439	813	1 772	1 682	-29.7	85.4	117.9	-5.1	0.5	0.4	0.5
600	6-Minérios e metais	8 743	17 063	23 845	33 322	41 972	95.2	39.7	39.7	26.0	7.3	11.0	12.8
73	Obras de ferro ou aço	3 889	9 252	12 905	18 015	25 320	137.9	39.5	39.6	40.6	3.2	6.0	7.7
76	Alumínio e suas obras	1 413	3 384	3 098	5 715	7 014	139.5	-8.4	84.4	22.7	1.2	1.4	2.1
82	Ferramentas/cutalaria/talheres	975	1 131	1 825	2 250	2 767	16.0	61.4	23.3	22.9	0.8	0.8	0.8
83	Obras diversas de metais comuns	1 643	1 798	2 133	2 758	2 528	9.5	18.6	29.3	-8.3	1.4	1.0	0.8
72	Ferro fundido, ferro e aço	425	757	2 887	3 016	2 222	78.3	281.3	4.5	-26.3	0.4	1.3	0.7
700	7-Máquinas	35 245	49 880	81 538	108 785	120 234	41.5	63.5	33.4	10.5	29.4	37.6	36.8
84	Máq. e aparelhos mecânicos	18 287	21 111	39 011	60 647	76 466	15.4	84.8	55.5	26.1	15.3	18.0	23.4
85	Máq. e aparelhos eléctricos	16 958	28 768	42 527	48 137	43 768	69.6	47.8	13.2	-9.1	14.2	19.6	13.4
800	8-Material de transporte	9 533	5 013	19 835	23 216	28 422	-47.4	295.6	17.0	22.4	8.0	9.1	8.7
87	Automóveis, tractores e ciclos	5 459	4 558	10 713	14 696	23 916	-16.5	135.0	37.2	62.7	4.6	4.9	7.3
86	Veículos e material p/via férrea	1 545	282	520	775	2 276	-81.8	84.8	49.0	193.6	1.3	0.2	0.7
89	Embarcações e estrut. flutuantes	2 505	157	8 588	7 510	2 087	-93.7	5383.5	-12.6	-72.2	2.1	4.0	0.6
900	9-Prod. acabados diversos	13 431	19 271	22 048	29 064	34 242	43.5	14.4	31.8	17.8	11.2	10.2	10.5
94	Mobiliário/colchões/candeeiros	5 067	7 111	10 141	15 090	18 238	40.3	42.6	48.8	20.9	4.2	4.7	5.6
69	Produtos cerâmicos	2 483	3 573	4 342	5 291	5 272	43.9	21.5	21.9	-0.4	2.1	2.0	1.6
90	Apar. óptica/fotog/medida/precisão	3 926	5 693	3 241	4 255	5 033	45.0	-43.1	31.3	18.3	3.3	1.5	1.5
95	Brinquedos/jogos/artig desporto	149	108	470	442	1 529	-27.6	334.6	-6.0	246.1	0.1	0.2	0.5
70	Vidro e suas obras	545	1 710	1 183	1 070	1 506	213.6	-30.8	-9.5	40.7	0.5	0.5	0.5
68	Obras de pedra/gesso/cimento	658	604	1 623	1 747	1 492	-8.3	168.8	7.6	-14.6	0.5	0.7	0.5

Por memória:

Importações (Cif) em Moçambique com origem em Portugal (ITC):	101 785	116 097	161 942	236 420
---	---------	---------	---------	---------

Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

8.5 – Importações portuguesas com origem em Moçambique (2009 a 2013) por agrupamentos de produtos e principais produtos (NC-2)

As importações portuguesas originárias de Moçambique incidem esmagadoramente no agrupamento “*Agro alimentares*”, com quotas acima dos 90% no último quinquénio, constituídas principalmente por açúcar, peixe, crustáceos e moluscos e tabaco e seus sucedâneos (Figura 14).

Figura 14 - Importações portuguesas por agrupamentos de produtos com origem em Moçambique e principais produtos (NC-2) (2009 a 2013)

NC-2	Agrupamento de Produtos	1000 Euros					TVH (%)				Estrutura (%)		
		2009	2010	2011	2012	2013	10/09	11/10	12/11	13/12	09	11	13
TOTAL	TOTAL	42 800	29 184	41 983	16 428	62 721	-31.8	43.9	-60.9	281.8	100.0	100.0	100.0
000	0-Agro-alimentares	41 432	26 770	39 192	15 145	59 369	-35.4	46.4	-61.4	292.0	96.8	93.4	94.7
17	Açúcar	30 821	15 636	20 705	0	39 447	-49.3	32.4	-100.0	-	72.0	49.3	62.9
03	Peixes, crustáceos e moluscos	10 435	11 050	9 344	7 392	10 116	5.9	-15.4	-20.9	36.8	24.4	22.3	16.1
24	Tabaco e seus sucedâneos	42	0	8 932	7 619	9 680	-100.0	-	-14.7	27.1	0.1	21.3	15.4
100	1-Energéticos	0	3	0	1	1	-	-100.0	-	37.1	0.0	0.0	0.0
200	2-Químicos	37	72	14	39	40	97.2	-80.8	178.3	3.0	0.1	0.0	0.1
300	3-Madeira, cortiça e Papel	53	88	19	27	10	64.7	-78.1	40.9	-62.6	0.1	0.0	0.0
400	4-Peles, couros e têxteis	962	382	2 313	823	1 547	-60.3	506.1	-64.4	88.0	2.2	5.5	2.5
52	Algodão	781	173	2 242	710	1 393	-77.9	1196.9	-68.3	96.3	1.8	5.3	2.2
53	Outr fibras têxteis vegetais	0	11	45	90	142	-	315.2	101.4	58.5	0.0	0.1	0.2
500	5-Vestuário e calçado	25	36	6	6	0	46.2	-83.5	5.1	-100.0	0.1	0.0	0.0
600	6-Minérios e metais	114	1 453	152	195	1 031	1174.0	-89.5	28.2	428.0	0.3	0.4	1.6
73	Obras de ferro ou aço	89	0	0	2	1 028	-100.0	-	515.9	63117.1	0.2	0.0	1.6
71	Pérolas/pedras/metais prec	3	6	91	169	1	-	-	-	-	-	-	-
76	Alumínio e suas obras	0	1 396	0	9	0	-	-100.0	-	-99.9	0.0	0.0	0.0
25	Sal, terras e pedras	22	49	49	10	0	-	-	-	-	-	-	-
700	7-Máquinas	144	300	205	52	635	108.9	-31.7	-74.7	1123.0	0.3	0.5	1.0
800	8-Material de transporte	0	0	4	73	4	-45.8	2265.3	1962.7	-95.1	0.0	0.0	0.0
900	9-Prod. acabados diversos	32	80	78	67	84	147.3	-3.2	-13.2	25.0	0.1	0.2	0.1
97	Objectos de arte	12	17	10	26	36	48.8	-43.3	164.5	40.9	0.0	0.0	0.1
90	Apar. óptica/fotog/medida/precisão	18	40	37	29	34	124.7	-6.9	-23.4	19.9	0.0	0.1	0.1

Por memória:

Exportações (Fob) de Moçambique para Portugal segundo o ITC:	23 081	81 591	30 642	12 567
--	--------	--------	--------	--------

Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>).

Também aqui são válidas as observações atrás aduzidas quanto à discrepância existente entre os dados de fonte ITC e INE.

ANEXO

Definição do conteúdo dos Agrupamentos de Produtos

Grupos de Produtos	Capítulos da NC
0 Agro-alimentares	01 a 24
1 Energéticos	27
2 Químicos	28 a 40
3 Madeira, cortiça e papel	44 a 49
4 Peles, couros e têxteis	41 a 43, 50 a 60, 63
5 Vestuário e calçado	61, 62, 64 a 67
6 Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
7 Máquinas	84, 85
8 Material de transporte	86 a 89
9 Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

Comércio Internacional de Mercadorias de Portugal com Espanha - Janeiro a dezembro de 2013 -

Walter Anatole Marques¹

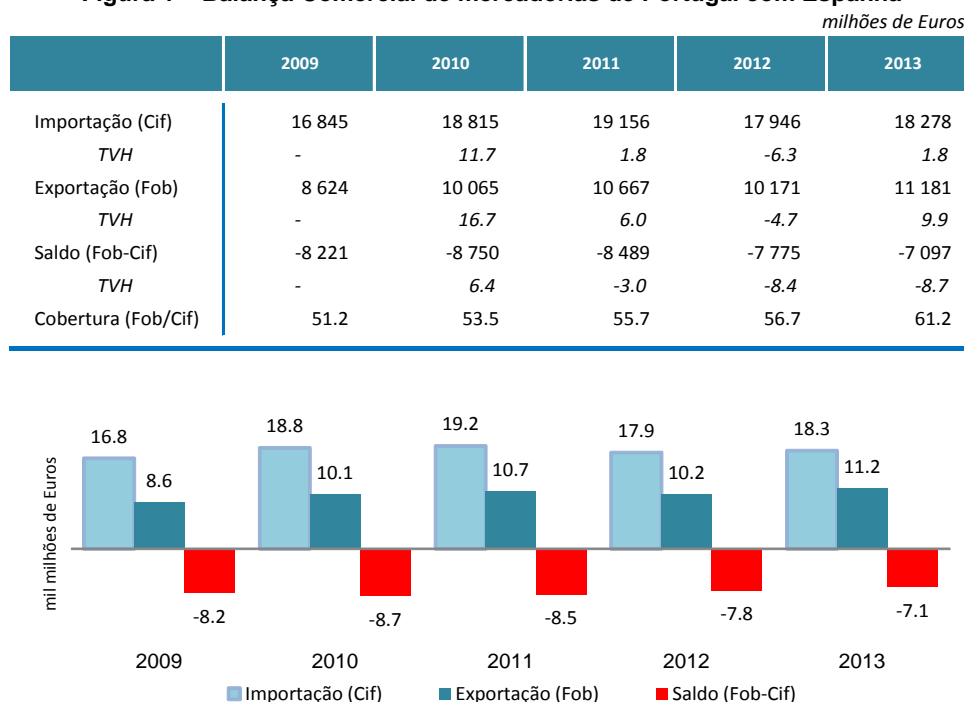
1 – Nota introdutória

A Espanha é o principal mercado de origem das nossas importações de mercadorias e também o principal destino das exportações². Neste trabalho pretende-se analisar o comportamento dos dois fluxos comerciais em 2013, face ao ano anterior, identificando-se o tipo de produtos em que se verificaram os maiores acréscimos em valor, e também decréscimos, utilizando-se para o efeito dados disponibilizados pelo Eurostat. A opção por esta fonte, que reproduz informação fornecida por cada um dos países comunitários (no caso de Portugal comprovadamente com os mesmos montantes constantes da base de dados do INE), justifica-se por uma razão de coerência, dada a inclusão de uma análise da mesma realidade vista sob a ótica espanhola (*mirror statistics*).

2 – Balança Comercial de mercadorias de Portugal com Espanha

De acordo com dados estatísticos divulgados pelo Eurostat, o défice da Balança Comercial de mercadorias de Portugal com Espanha tem vindo a reduzir-se sustentadamente, tendo descido de -8,7 mil milhões de Euros em 2010 para -7,1 mil milhões em 2013 (*Figura 1*).

Figura 1 – Balança Comercial de mercadorias de Portugal com Espanha



Fonte: A partir de dados de base do EUROSTAT

Em 2013 as importações, que no ano anterior haviam decrescido -6,3%, aumentaram +1,8%, enquanto as exportações, de um decréscimo de -4,7% em 2012, registaram um aumento de +9,9%. Na sequência

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

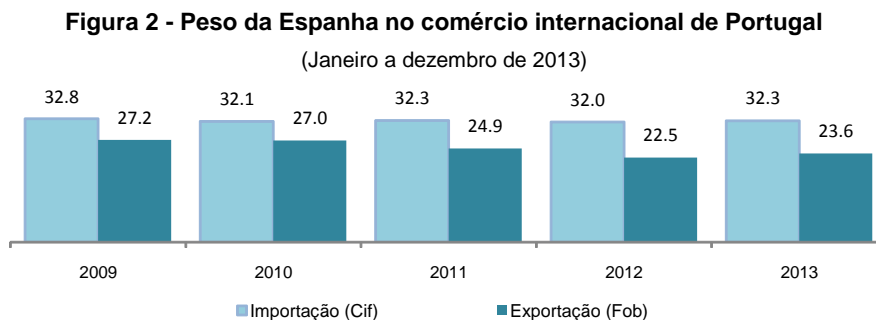
² Portugal, nos primeiros onze meses de 2013, ocupou a 3.ª posição no “ranking” das exportações espanholas, a seguir à França e à Alemanha, e a 6.ª no das importações, precedido da Alemanha, França, Itália, China e Países Baixos.

deste comportamento, o grau de cobertura das importações pelas exportações subiu de 56,7% para 61,2%.

3 – Peso de Espanha no comércio internacional de Portugal

A Espanha é o principal mercado de origem e de destino do nosso comércio internacional, a considerável distância dos dois parceiros imediatos, a Alemanha e a França.

O peso de Espanha no total das importações portuguesas tem-se mantido nos últimos anos em cerca de 32%, ao mesmo tempo que o das exportações se reduziu sustentadamente entre 2009 e 2012, de 27,2% para 22,5%, subindo para 23,6% em 2013, de acordo com os dados disponíveis (Figura 2).



Fonte: A partir de dados de base do INE (<http://www.ine.pt>)

A posição dominante de Espanha distribui-se por uma diversificada gama de produtos.

Numa perspetiva de Agrupamentos de Produtos, construídos com base nos Capítulos da Nomenclatura Combinada, verifica-se que em 2013, **do lado das importações**, as maiores quotas incidiram nos agrupamentos “*Madeira, cortiça e papel*” (56,2% do total do agrupamento, cabendo 60,5% à madeira e cortiça e 53,7% à pasta de papel e papel), “*Vestuário e calçado*” (48,7%, com 52,2% para o vestuário e 39,4% para o calçado e acessórios de vestuário), “*Agroalimentares*” (45,6%), “*Minérios e metais*” (43,6%, com 54,4% para os minérios e 43,2% para os metais) e “*Produtos acabados diversos*” (41,8%, com 59,2% para a cerâmica e vidro e 38,0% para os outros produtos acabados).

Seguiram-se os agrupamentos “*Químicos*” (31,4%), “*Máquinas*” (25,3%), “*Material de transporte*” (24,8%, cabendo 26,2% aos veículos automóveis e ciclos e 8,0% a outro material de transporte), “*Peles, couros e têxteis*” (23,2%, com 28,7% para as peles e couros e 20,6% para os têxteis) e “*Energéticos*” (17,8%) (Figura 3).

Do lado das exportações, a maior quota coube ao agrupamento “*Agroalimentares*” (36,8% do total), a que se seguiram os “*Químicos*” (26,7%), o “*Vestuário e calçado*” (26,2%, com 38,0% para o vestuário e 9,9% para o calçado), os “*Minérios e metais*” (25,0%, com 10,6% para os minérios e 27,7% para os metais), a “*Madeira, cortiça e papel*” (23,9%, com 23,7% para a madeira e cortiça e 24,1% para o papel), os “*Produtos acabados diversos*” (23,8%, com 27,0% para a cerâmica e vidro e 21,7% para os outros produtos acabados), os “*Energéticos*” (22,4%), as “*Peles, couros e têxteis*” (20,98%, com 27,8% para as peles e couros e 20,1% para os têxteis), o “*Material de transporte*” (19,0%, com 19,6% nos veículos automóveis e ciclos e 5,5% no outro material de transporte) e as “*Máquinas*” (12,5% do total do agrupamento).

Figura 3 - Peso da Espanha nas importações e nas exportações portuguesas em cada agrupamento de produtos (%)³
(2009 a 2013)

Agrupamento de Produtos	Importação					Exportação				
	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013
TOTAL	32.8	32.1	32.3	32.0	32.3	27.2	27.0	24.9	22.5	23.6
Agro-alimentares	44.7	45.5	43.6	44.1	45.6	38.2	39.6	38.6	36.8	36.8
Energéticos	17.3	17.0	18.5	19.8	17.8	9.9	9.2	12.2	8.8	22.4
Químicos	31.2	30.8	30.3	29.6	31.4	30.5	30.7	28.0	26.7	26.7
Madeira, cortiça e Papel	54.4	53.8	55.2	55.7	56.2	26.8	26.1	24.4	23.5	23.9
- Madeira e cortiça	48.5	45.2	51.3	57.8	60.5	26.7	25.1	24.5	22.6	23.7
- Pasta de papel, e papel	57.1	58.3	57.3	54.5	53.7	26.8	26.8	24.3	24.1	24.1
Peles, couros e têxteis	23.5	21.7	23.0	23.4	23.2	21.7	22.2	20.9	20.8	20.9
- Peles e couros	27.2	26.0	28.7	28.4	28.7	26.9	32.4	32.3	31.5	27.8
- Têxteis	22.1	20.1	20.8	21.2	20.6	21.4	21.3	19.8	19.6	20.1
Vestuário e calçado	52.2	49.7	48.1	47.6	48.7	26.6	27.1	27.0	27.6	26.2
- Vestuário	56.3	53.1	51.4	51.7	52.2	36.8	37.0	37.0	39.4	38.0
- Calçado e acess. vestuário	39.9	39.9	38.9	36.5	39.4	9.8	11.2	11.9	10.6	9.9
Minérios e metais	42.6	44.5	43.8	43.9	43.6	39.8	40.2	34.6	27.1	25.0
- Minérios	60.4	64.9	61.5	54.6	54.4	20.8	20.1	18.7	13.0	10.6
- Metais	42.0	43.7	43.3	43.6	43.2	43.4	44.3	37.5	29.5	27.7
Máquinas	25.3	25.4	26.9	25.8	25.3	17.2	15.8	13.8	11.7	12.5
Material de transporte	27.2	24.7	26.6	25.1	24.8	22.6	22.0	18.7	16.8	19.0
- Veíc. automóveis e ciclos	29.0	28.6	26.7	26.8	26.2	23.2	22.4	19.3	17.5	19.6
- Outro material transp.	18.3	6.5	22.8	6.1	8.0	12.4	14.7	4.0	3.3	5.5
Prod. acabados diversos	39.5	39.5	40.0	41.6	41.8	31.2	31.8	29.1	25.5	23.8
- Cerâmica e vidro	61.4	61.3	61.7	60.6	59.2	35.1	34.8	33.0	28.8	27.0
- Outros	33.8	34.1	34.5	37.2	38.0	28.1	29.4	26.2	23.1	21.7

Fonte: A partir de dados de base do EUROSTAT.

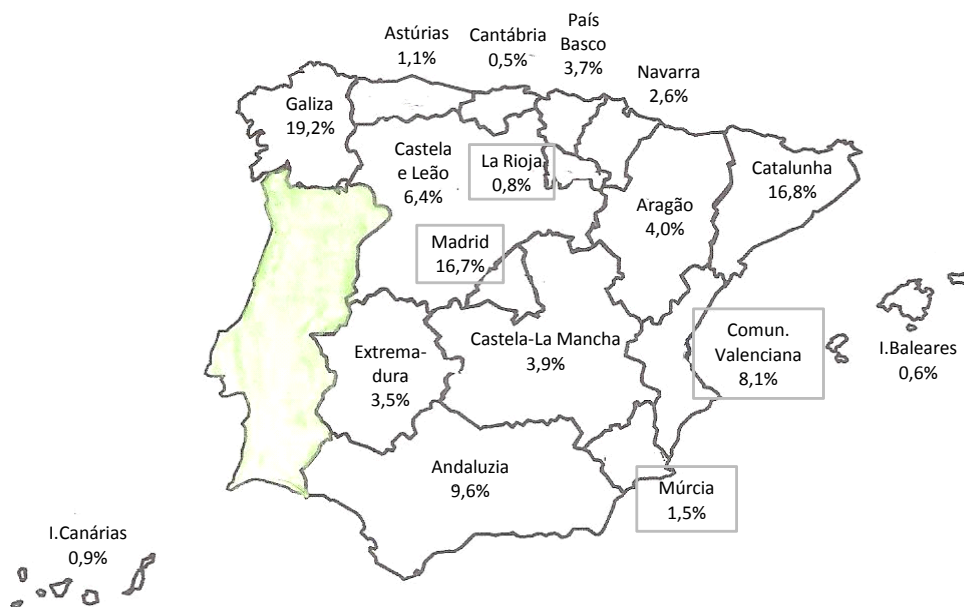
4 – Quotas das importações em Espanha provenientes de Portugal por Comunidades Autónomas em 2012

O território espanhol compreende dezassete Comunidades Autónomas, com diferentes graus de autonomia. Em 2012, de acordo com estatísticas espanholas, 19,2% das importações de mercadorias provenientes de Portugal couberam à Galiza, 16,8% à Catalunha, 16,7% a Madrid, 9,6% à Andaluzia, 8,1% à Comunidade Valenciana e 6,4% a Castela e Leão.

Seguiram-se, com menores quotas, Aragão (4,0%), Castela-La Mancha (3,9%), o País Basco (3,7%), a Extremadura (3,5%), Navarra (2,6%) e, residualmente, Múrcia (1,5%), as Astúrias (1,1%), as Canárias (0,9%), La Roja (0,8%), as Baleares (0,6%) e Cantábria (0,5%) (Figura 4).

³ Agrupamentos construídos com base nos Capítulos da Nomenclatura Combinada (NC-2).

Figura 4 – Quotas das importações em Espanha provenientes de Portugal por Comunidades Autónomas em 2012



Fonte: A partir de dados de base do ICEX - AICEP, "As Comunidades Autónomas (2013)"

5 – Exportações para Espanha, por agrupamentos de produtos

Em 2013 as exportações portuguesas para Espanha cresceram +9,9% face ao ano anterior (+1010 milhões de Euros) (Figura 5).

O agrupamento com maior peso foi o de "Agroalimentares" (18,4% do total), que registou um aumento entre os dois anos de +7,0% (+134,6 milhões de Euros). Os produtos que apresentaram maiores acréscimos em valor foram o tabaco e sucedâneos (+58,7 milhões), o azeite de oliveira (+35,9 milhões), o açúcar (+33,8 milhões), o peixe congelado exceto filetes (+28,3 milhões) e o bagaço de soja (+17,4 milhões de Euros). Por sua vez, os principais decréscimos ocorreram na exportação de peixe fresco ou refrigerado (-22,8 milhões), de crustáceos (-16,9 milhões), de citrinos (-10,2 milhões) e de moluscos (-9,7 milhões de Euros).

Seguiu-se o agrupamento "Químicos" (14,2% do total e +5,7% em valor, ou seja, +86,5 milhões de Euros). Destacam-se aqui acréscimos nos fornecimentos de etileno, propileno e outros hidrocarbonetos acíclicos (+90,6 milhões), de ácidos policarboxílicos (+28,7 milhões), de adubos (+11,1 milhões) e de PVC (+7,7 milhões de Euros). Os principais decréscimos ocorreram em éteres diversos (-25,3 milhões), compostos da função amina (-18,7 milhões), resinas amínicas (-16,9 milhões), polímeros de etileno (-8,4 milhões) e poliésteres e resinas epóxicas (-8,3 milhões de Euros).

O agrupamento "Minérios e metais", com um peso de 11,1% no total, foi um dos dois agrupamentos que em 2013 registaram uma redução em valor (-13,7%, -196 milhões de Euros), generalizada a numerosos produtos, tanto minérios como metais, principalmente ouro, minérios e desperdícios de cobre, barras e fio-máquina de ferro ou aço, desperdícios de alumínio, e prata, entre outros, redução que não foi suficientemente compensada por aumentos verificados nas exportações de outros produtos como laminados planos de ferro ou aço, minério de zinco, tubos e perfis de ferro ou aço, ou fios de alumínio.

**Figura 5 – Exportações portuguesas para Espanha
por agrupamentos de produtos**
(2012-2013)

Agrupamento de Produtos	milhões de Euros		TVH 13/12	Estrutura (%)	
	2012	2013		2012	2013
TOTAL	10 171	11 181	9.9	100.0	100.0
Agro-alimentares	1 924	2 058	7.0	18.9	18.4
Energéticos	332	1 110	234.8	3.3	9.9
Químicos	1 505	1 592	5.7	14.8	14.2
Madeira, cortiça e Papel	862	918	6.5	8.5	8.2
- Madeira e cortiça	330	361	9.4	3.2	3.2
- Pasta de papel, e papel	532	558	4.7	5.2	5.0
Peles, couros e têxteis	381	412	8.1	3.7	3.7
- Peles e couros	58	62	8.0	0.6	0.6
- Têxteis	323	349	8.2	3.2	3.1
Vestuário e calçado	1 149	1 138	-1.0	11.3	10.2
- Vestuário	969	957	-1.3	9.5	8.6
- Calçado e acess. vestuário	180	181	0.4	1.8	1.6
Minérios e metais	1 435	1 239	-13.7	14.1	11.1
- Minérios	99	82	-17.3	1.0	0.7
- Metais	1 336	1 157	-13.4	13.1	10.4
Máquinas	815	872	7.0	8.0	7.8
Material de transporte	879	941	7.1	8.6	8.4
- Veíc. automóveis e ciclos	870	928	6.7	8.6	8.3
- Outro material transp.	9	13	48.2	0.1	0.1
Prod. acabados diversos	889	901	1.3	8.7	8.1
- Cerâmica e vidro	419	408	-2.6	4.1	3.6
- Outros	471	493	4.8	4.6	4.4

Fonte: A partir de dados de base do EUROSTAT.

Seguiu-se o agrupamento “*Vestuário e calçado*”, que representou 10,2% do total (-1,0% e -11 milhões de Euros), quebra que incidiu no vestuário, principalmente para homem, como fatos, casacos e calças.

O agrupamento “*Energéticos*” foi o que registou em 2013 o maior acréscimo em valor (+234,8%, +778,6 milhões de Euros), tendo pesado neste ano 9,9% no total da exportação, contra 3,3% em 2012. O aumento incidiu em produtos refinados do petróleo (+678,2 milhões de Euros) e na energia elétrica (+103,8 milhões).

No agrupamento “*Material de transporte*”, com um peso de 8,4% (+7,1%, +62,3 milhões de Euros), verificou-se um acréscimo no fornecimento de locomotivas e carruagens (+90,1 milhões de Euros) e um decréscimo no de automotoras (-23,9 milhões).

Na “*Madeira, cortiça e papel*”, 8,2% do total (+6,5%, +56 milhões de Euros), assinalam-se acréscimos no papel e cartão não revestidos (+29,8 milhões) e na madeira em bruto (+29,0 milhões).

Seguiram-se: “*Produtos acabados diversos*”, 8,1% do total da exportação (+1,3%, +11,8 milhões de Euros), com um acréscimo nos aparelhos para medicina (+17,9 milhões) e uma quebra nos produtos de cerâmica e vidro (-11 milhões); “*Máquinas*”, 7,8% do total (+7,0%, +57 milhões), onde se assinalam acréscimos nos fornecimentos de caixas de fundição e moldes (+34,0 milhões), fios e cabos elétricos (+16,1 milhões), radares e aparelhos de radionavegação (+15,7 milhões) e interruptores e seccionadores elétricos (+14,0 milhões), a par de decréscimos em produtos como recetores de rádio e telefonia (-12,1 milhões) e centrifugadores (-8,6 milhões); “*Peles, couros e têxteis*”, 3,7% do total (+8,1%, +31,0 milhões de Euros), onde predominam os têxteis (+26 milhões de Euros).

6 – Importações provenientes de Espanha, por agrupamentos de produtos

Em 2013 as importações portuguesas provenientes de Espanha cresceram a um ritmo bastante inferior ao das exportações (+1,8% contra +9,9%), tendo registado um acréscimo de +332 milhões de Euros face ao ano anterior (*Figura 6*).

Figura 6 – Importações portuguesas provenientes de Espanha por agrupamentos de produtos

Agrupamento de Produtos	milhões de Euros		TVH 13/12	Estrutura (%)	
	2012	2013		2012	2013
TOTAL	17 946	18 278	1.8	100.0	100.0
Agro-alimentares	3 852	4 165	8.1	21.5	22.8
Energéticos	2 298	1 971	-14.2	12.8	10.8
Químicos	2 744	2 898	5.6	15.3	15.9
Madeira, cortiça e Papel	975	1 045	7.2	5.4	5.7
- Madeira e cortiça	354	416	17.5	2.0	2.3
- Pasta de papel, e papel	621	629	1.3	3.5	3.4
Peles, couros e têxteis	492	547	11.2	2.7	3.0
- Peles e couros	181	211	17.0	1.0	1.2
- Têxteis	311	336	7.9	1.7	1.8
Vestuário e calçado	1 019	1 086	6.6	5.7	5.9
- Vestuário	807	849	5.2	4.5	4.6
- Calçado e acess. vestuário	213	237	11.7	1.2	1.3
Minérios e metais	2 028	2 040	0.6	11.3	11.2
- Minérios	82	77	-5.5	0.5	0.4
- Metais	1 946	1 962	0.8	10.8	10.7
Máquinas	2 142	2 083	-2.7	11.9	11.4
Material de transporte	1 192	1 224	2.7	6.6	6.7
- Veíc. automóveis e ciclos	1 168	1 194	2.2	6.5	6.5
- Outro material transp.	23	30	28.9	0.1	0.2
Prod. acabados diversos	1 203	1 218	1.3	6.7	6.7
- Cerâmica e vidro	328	314	-4.3	1.8	1.7
- Outros	874	904	3.4	4.9	4.9

Fonte: A partir de dados de base do EUROSTAT.

À semelhança das exportações, o agrupamento com maior peso foi o dos “*Agroalimentares*”, 22,8% do total em 2013 (+8,1%, +312,6 milhões de Euros face a 2012). O maior aumento, entre os catorze produtos dominantes definidos a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada adiante identificados, ocorreu na importação de azeite de oliveira (+56,2 milhões de Euros)⁴. Seguiram-se a carne de suíno (+38,3 milhões), o vinho (+33,6 milhões), as conservas de peixe (+23,0 milhões)⁵, o álcool, aguardentes e licores (+20,9 milhões), os suínos vivos (+19,8 milhões), a carne de bovino (+17,0 milhões), a fruta fresca, exceto citrinos, melões e melancias (+16,8 milhões), as carnes e miudezas salgadas, secas ou fumadas (+14,9 milhões), os produtos de padaria e pastelaria (+14,7 milhões), as sementes de nabo-silvestre e colza (+13,9 milhões), os citrinos (+11,5 milhões), as miudezas de galinha, pato ou peru (+11,4 milhões) e os melões e melancias (+11,4 milhões de Euros).

⁴ Em 2013 Portugal exportou 343,5 milhões de Euros de azeite de oliveira, sendo positivo o saldo da balança comercial destes produto (+62,2 milhões de Euros). No mesmo ano, cerca de 90% das importações de azeite tiveram origem em Espanha (252,1 milhões de Euros), para onde se exportou também azeite no montante de 100,2 milhões de Euros. É de admitir a hipótese de que parte do azeite exportado tenha sido de origem espanhola.

⁵ De salientar que as importações globais de conservas de peixe representaram em 2013 cerca de 70% do valor das exportações destes produtos efetuadas no mesmo período.

Seguiu-se na estrutura o agrupamento “*Químicos*”, 15,9% do total (+5,6%, +153,6 milhões de Euros), destacando-se aqui acréscimos nas importações de amoníaco e amónia (+26,9 milhões), de polímeros em formas primárias de estireno (+13,9 milhões), propileno (+13,2 milhões), e etileno (+11,0 milhões), de obras de plástico (+11,8 milhões), de adubos (+11,6 milhões) e de pneus novos (+11,2 milhões). O maior decréscimo incidiu nos medicamentos (-27,9 milhões de Euros).

As importações de “*Máquinas*” ocuparam a terceira posição, com 11,4% do total, sendo, juntamente com os “*Energéticos*” os dois únicos agrupamentos em que se registaram quebras na importação face ao ano anterior (-2,7%, -58,5 milhões de Euros). Os acréscimos verificados, como nos componentes de conjuntos industriais completos (+20,5 milhões de Euros) e nas caixas de fundição e moldes (+13,7 milhões), não foram suficientes para neutralizar os decréscimos verificados, onde se destacaram os díodos e outros dispositivos eletrónicos (-33,6 milhões), os recetores de TV com ou sem gravador (-28,7 milhões) e as partes de gravadores de som e imagem (-14,2 milhões), entre outros.

Com um peso de 11,2% no total seguiram-se os “*Minérios e metais*” (+0,6%, +11,5 milhões de Euros), onde predominam os metais. Os principais acréscimos ocorreram nas importações de fio de cobre (+43,4 milhões), de alumínio em formas brutas (+22,1 milhões) e de desperdícios e sucata de ferro ou aço (+17,2 milhões), sendo os decréscimos mais significativos os de produtos do ferro ou aço, como laminados planos (-23,9 milhões), perfis (-14,7 milhões), barras (-10,5 milhões) e cordas e cabos não elétricos (-10,5 milhões de Euros).

O agrupamento “*Energéticos*” pesou 10,8% na estrutura das importações em 2013 (-14,2%, -327,1 milhões de Euros), sendo o que mais contribuiu, com o seu comportamento, para o moderado crescimento das importações globais (+1,8%). Os maiores decréscimos ocorreram nos produtos refinados do petróleo, essencialmente gasóleo mas também gasolina (-207,3 milhões de Euros), na energia elétrica (-138,5 milhões), em produtos como benzóis, toluóis e semelhantes (-117,4 milhões) e no coque e outros resíduos do petróleo (-20,2 milhões de Euros). Contra estas quebras contrapôs-se o acréscimo das importações de gás de petróleo (+163,5 milhões de Euros), essencialmente gás natural originário da Argélia, que chega a Portugal por gasoduto através de Espanha e que é contabilizado como uma importação proveniente de Espanha⁶.

As importações de “*Material de transporte*”, 6,7% do total (+2,7%, +32,2 milhões de Euros) encontraram os seus maiores acréscimos nas partes e acessórios de tratores e veículos automóveis (+26,0 milhões), nas partes de veículos aéreos (+15,0 milhões), nos reboques (+10,1 milhões) e nos veículos automóveis (+8,4 milhões).

No agrupamento “*Produtos acabados diversos*”, 6,7% na estrutura das importações (+1,3%, +15,1 milhões de Euros), destaca-se um acréscimo na aquisição de aparelhos para medicina (+20,9 milhões) e um decréscimo na de mobiliário (-15,1 milhões).

No “*Vestuário e calçado*”, 5,9% do total (+6,6%, +66,8 milhões de Euros), coube ao vestuário o maior contributo para o acréscimo verificado (+42,0 milhões).

Seguiu-se o agrupamento “*Madeira, cortiça e papel*” com 5,7% do total (+7,2%, +70,1 milhões de Euros), em que se destaca o acréscimo das importações de madeira em bruto (+50,4 milhões de Euros), de papel e cartão não revestidos (+15,8 milhões), de papel, cartão e pasta de celulose, revestidos, decorados ou impressos (+12,0%) e de cortiça natural em bruto (+11,2 milhões de Euros).

⁶ Segundo a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), «O aprovisionamento de gás natural para o mercado português é efetuado através de entradas no sistema por via da interligação com Espanha (Campo Maior e Valença) e do terminal portuário de Sines, através de contratos *take-or-pay* de longo prazo em que os principais países fornecedores de gás natural são a Argélia e a Nigéria.

Assim, o fornecedor mais importante de gás natural a Portugal, atualmente, é a Sonatrach a partir do jazigo em Hassi R'Mel - Argélia. O transporte é feito através do gasoduto do Maghreb até Tânger e através do Estreito de Gibraltar até Tarifa. Desta localidade segue em gasoduto até próximo de Badajoz, entrando no território nacional em Campo Maior.» (<http://www.erse.pt>)

Por fim, as “*Peles, couros e têxteis*”, com um peso de 3,0% na estrutura (+11,2%, +55,1 milhões de Euros), compreendendo produtos muito diversificados, em que se destaca o acréscimo verificado nas importações de couros preparados após curtimenta (+11,6 milhões).

7 – “Mirror statistics”

As estatísticas do comércio intracomunitário de Portugal, quando analisadas através dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística ou por cada um dos organismos estatísticos dos parceiros comunitários, apresentam divergências, por vezes significativas, com conseqüente reflexo nas balanças comerciais construídas a partir dos dados produzidos pelas duas fontes. Existe um conjunto de causas habitualmente referidas que, não sendo exaustivas, podem explicar muitas das discrepâncias encontradas nessas “mirror statistics”.

Com a finalidade de simplificar a recolha da informação estatística, mantendo-se contudo uma aceitável qualidade da informação global, o Intrastat, que é o sistema de recolha de dados estatísticos do comércio intracomunitário, criou um sistema de limiares. É o caso, por exemplo, do **limiar de assimilação**, que é o limite do valor anual das operações intracomunitárias, estimado e fixado para o ano seguinte, abaixo do qual o responsável pelo fornecimento da informação fica dispensado de fornecer a declaração Intrastat. A cobertura do comércio, por aplicação dos limiares em cada Estado-membro, é variável, sendo em geral a cobertura das expedições (exportações dentro da UE) melhor do que a das chegadas (importações dentro da UE). O desfasamento dos limiares entre dois Estados-membros permite que um movimento de mercadorias seja registado num deles e não o seja no outro.

Outro fator de desfasamento é o das **não-respostas**, cujas percentagens diferem entre os diversos Estados-membros.

Também a **confidencialidade** pode contribuir para o desencontro da informação. Um Estado-membro pode excluir uma transação das estatísticas detalhadas, deslocando-a para outro capítulo da NC ou outro destino, e o parceiro incluí-la; pode ainda, eventualmente, atribuir um código diferente ao produto ou ao país.

Outro fator possível é o caso do chamado **comércio triangular**. Trata-se de um conjunto de transações comerciais cujo circuito documental/comercial não acompanha o circuito físico das mercadorias. É o caso de uma empresa do Estado-membro A que vende uma mercadoria para o Estado-membro B, que por sua vez a vende para um Estado-membro C, mas em que a mercadoria transitou diretamente de A para C. Neste caso, o Intrastat deveria registar uma expedição de A para C e uma chegada em C vinda de A. Contudo há o risco de A ou C considerarem o Estado-membro B como parceiro comercial, enquanto B não registou a transação.

Figura 7 - Balança Comercial de mercadorias Portugal-Espanha
(2010 a 2012 e Jan-Nov 2012 e 2013)

milhões de Euros

	2010	2011	2012	Jan-Nov	
				2012	2013
Na óptica de Portugal:					
Importação (Cif)	18 815	19 156	17 946	16 511	16 719
TVH	-	1.8	-6.3	-8.0	1.3
Exportação (Fob)	10 065	10 667	10 171	9 432	10 342
TVH	-	6.0	-4.7	-7.3	9.6
Saldo (Fob-Cif)	-8 750	-8 489	-7 775	-7 079	-6 377
TVH	-	-3.0	-8.4	-9.0	-9.9
Cobertura (Fob/Cif)	53.5	55.7	56.7	57.1	61.9
Na óptica de Espanha:					
Importação (Cif) [1]	18 031	19 012	16 987	15 642	16 997
TVH	-	5.4	-10.7	-7.9	8.7
Exportação (Fob) [2]	9 007	9 513	9 087	8 328	9 091
TVH	-	5.6	-4.5	-8.4	9.2
Saldo (Fob-Cif)	-9 024	-9 499	-7 900	-7 315	-7 906
TVH	-	5.3	-16.8	-7.4	8.1
Cobertura (Fob/Cif)	50.0	50.0	53.5	53.2	53.5
Diferença Portugal-Espanha:					
Importação (Cif)	784	144	959	869	-277
Exportação (Fob)	1 058	1 155	1 084	1 105	1 251
Saldo (Fob-Cif)	274	1 011	125	235	1 528
Cobertura (Fob/Cif)	3.5	5.7	3.2	3.9	8.4

[1] Cif = Fob / 0,9533 [2] Fob = Cif x 0,9533.

Fonte: A partir de dados de base do EUROSTAT.

Também a questão da **definição do valor da mercadoria** é de considerar. Os operadores podem encontrar dificuldades no estabelecimento do valor Cif ou Fob da mercadoria a partir do valor de fatura (se, por exemplo, o valor do transporte não estiver suficientemente detalhado).

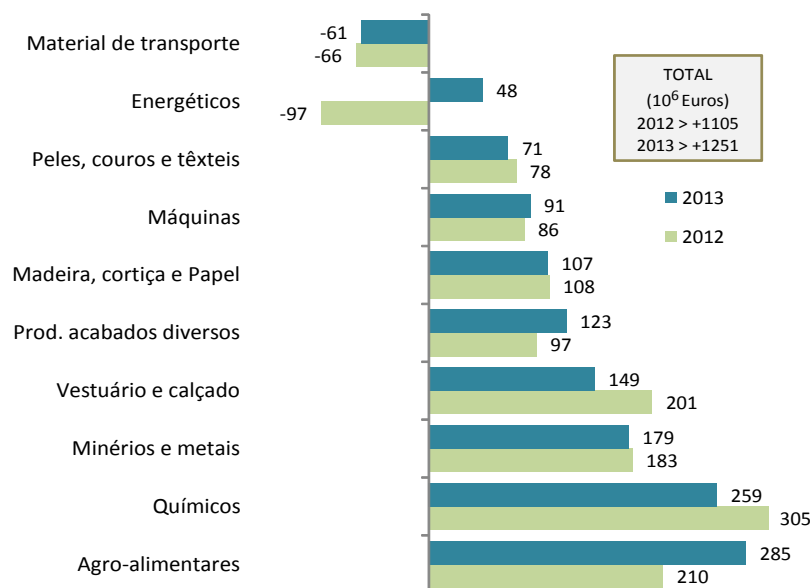
Finalmente, entre outras possíveis causas, há sempre a possibilidade de se fazer sentir, por processos mais ou menos sofisticados, a influência de **declaração fraudulenta do IVA**.

Algumas destas causas podem estar na base das divergências encontradas no caso da nossa Balança Comercial com Espanha, quando comparados os montantes vistos nas duas óticas, a que acresce uma causa específica atinente à importação de gás natural por gasoduto através de Espanha, para além da imprecisão cometida por aplicação de um fator médio na conversão dos valores Cif e Fob, de fonte espanhola, em Fob e Cif, para comparação com os do INE (acresce que se aplicou o fator utilizado em Portugal), e ainda de possíveis divergências no tratamento estatístico do comércio transfronteiriço pelas duas fontes de informação (*Figura 7*).

Na análise que se segue foram considerados os valores acumulados de Janeiro a Novembro, por não se encontrarem disponíveis à data deste trabalho, na base de dados do Eurostat, os valores de Dezembro de 2013 para as chegadas e expedições em Espanha.

Nos primeiros onze meses de 2013, à exceção do agrupamento *“Material de transporte”*, em que o valor da **exportação nacional para Espanha** é inferior ao indicado pela fonte espanhola (-61 milhões de Euros), em todos os restantes nove os valores constantes das estatísticas portuguesas são superiores aos indicados por Espanha como suas importações provenientes de Portugal, sendo as diferenças mais volumosas as dos agrupamentos *“Agroalimentares”* (+285 milhões de Euros), *“Químicos”* (+259 milhões), *“Minérios e metais”* (+179 milhões), *“Vestuário e calçado”* (+149 milhões), *“Produtos acabados diversos”* (+123 milhões) e *“Madeira, cortiça e papel”* (+107 milhões) (*Figura 8*).

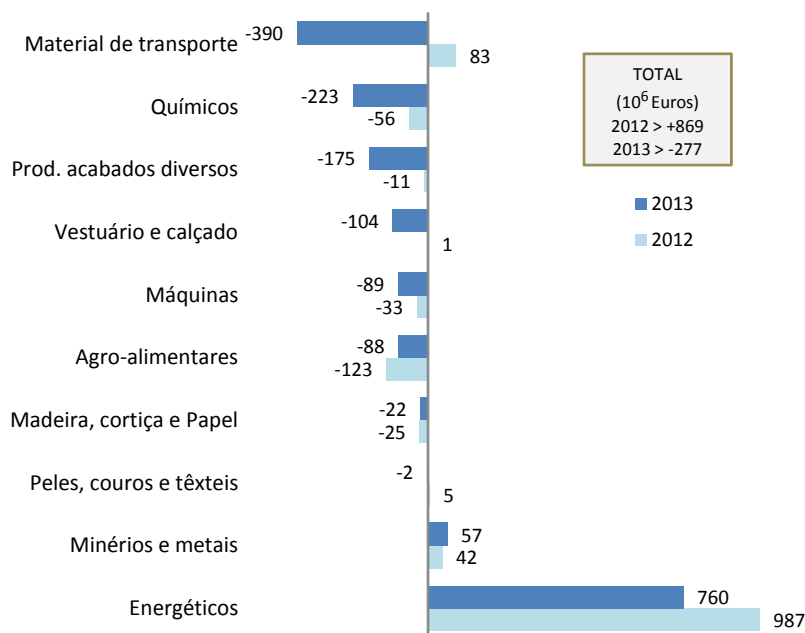
Figura 8 – Exportações portuguesas para Espanha por agrupamentos de produtos
Mirror Statistics
Diferença entre fontes portuguesa e espanhola ^[1]
 Jan-Nov 2012 e 2013



[1] Valor *Cif* da importação em Espanha convertido a *Fob* através do factor *Cif-Fob* 0,9533.
 Fonte: A partir de dados de base do EUROSTAT.

Na **vertente da importação** verifica-se um comportamento análogo, mas com inversão dos intervenientes. Na maioria dos agrupamentos considerados o valor das importações portuguesas provenientes de Espanha, segundo os dados nacionais, é inferior ao indicado por Espanha, à exceção dos agrupamentos “*Energéticos*” (+760 milhões de Euros) e “*Minérios e metais*” (+57 milhões). As diferenças mais significativas ocorreram nos agrupamentos “*Material de transporte*” (-390 milhões de Euros), “*Químicos*” (-223 milhões), “*Produtos acabados diversos*” (-175 milhões) e “*Vestuário e calçado*” (-104 milhões) (*Figura 9*).

Figura 9 – Importações portuguesas de Espanha por agrupamentos de produtos
Mirror Statistics
Diferença entre fontes portuguesa e espanhola [1]
 Jan-Nov 2012 e 2013



[1] Valor *Fob* da exportação de Espanha convertido a *Cif* através do factor *Cif-Fob* 0,9533.
 Fonte: A partir de dados de base do EUROSTAT.

A grande divergência dos valores encontrados no agrupamento “*Energéticos*” está relacionada com a importação de gás natural com origem na Argélia, transportado por gasoduto através de Espanha, e que o INE contabiliza como uma importação proveniente de Espanha, que por si só contribuiu com uma diferença de +687 milhões de Euros nos primeiros onze meses de 2012 e +820 milhões em 2013.

A diferença verificada no “*Material de transporte*” em 2013 incide principalmente nas partes e peças para a indústria de montagem automóvel e em veículos automóveis para o transporte de passageiros.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Documento de Estratégia Orçamental</p> <p>Conselho de Ministros de 28 de abril</p>	<p>Aprovou o Documento de Estratégia Orçamental (DEO), que define as linhas de orientação para as políticas com incidência orçamental até 2018.</p>
<p>Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras</p> <p>Conselho de Ministros de 28 de abril</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei que autoriza o Governo a adaptar o regime jurídico das instituições de crédito e sociedades financeiras aprovado pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, no âmbito da transposição de uma diretiva da União Europeia, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento.</p> <p>É, assim, proposto um conjunto de alterações em matérias relacionadas com a atividade e a supervisão daquelas instituições, nomeadamente no que respeita ao exercício de funções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, bem como de cargos cujos titulares exercem funções de influência significativa na gestão da instituição de crédito ou da sociedade financeira.</p> <p>No âmbito da mesma diretiva é instituído o dever dos Estados-Membros assegurarem a existência de mecanismos de denúncia de infrações e de regularem o respetivo procedimento de tratamento dessas denúncias garantindo, nomeadamente, a respetiva confidencialidade e de criarem mecanismos que assegurem a proteção do denunciante.</p> <p>Adicionalmente revela-se necessária a extensão do elenco de medidas corretivas que o Banco de Portugal pode impor, em caso de incumprimento de normas que disciplinem a atividade das instituições de crédito e sociedades financeiras, o que motiva igualmente as alterações ao Regime Geral nesta matéria.</p> <p>São ainda incluídas normas respeitantes ao regime sancionatório, definindo um elenco de infrações e de sanções aplicáveis em caso de violação dos deveres previstos na referida diretiva.</p>
<p>Reprivatização da REN</p> <p>Conselho de Ministros de 24 de abril</p> <p>Conselho de Ministros de 17 de abril</p>	<p>Aprovou o regime de indisponibilidade, fixando-o em 90 dias, a que ficam sujeitas as ações a adquirir por trabalhadores na oferta pública de venda, no âmbito da 2.ª fase do processo de reprivatização do capital social da REN, Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A..</p> <p>Aprovou a segunda fase do processo de reprivatização da REN Redes Energéticas Nacionais.</p> <p>A Parpública e a Caixa Geral de Depósitos são autorizadas a alienar o remanescente das ações sujeitas a reprivatização detidas no capital social desta sociedade, representativas de uma percentagem até 11% do respetivo capital social.</p> <p>Esta segunda fase de reprivatização poderá ser realizada através de oferta pública de venda no mercado nacional e/ou através de venda direta a um conjunto de instituições financeiras.</p> <p>Será reservado aos trabalhadores um lote de ações no âmbito da Operação Pública de Venda.</p> <p>De modo a reforçar a transparência do processo de reprivatização da REN, o Governo, através da Parpública, decidiu colocar à disposição do Tribunal de Contas e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários todos os elementos informativos respeitantes ao processo.</p>
<p>Exercício da atividade da construção</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, em conformidade com a transposição de uma diretiva da União Europeia relativa aos serviços no mercado interno.</p> <p>São introduzidas alterações no regime que regula o exercício da atividade da construção em território nacional, reduzindo-se custos de contexto através da</p>

Iniciativa	Sumário
Conselho de Ministros de 17 de abril	<p>simplificação dos procedimentos administrativos, e garantindo-se um acesso mais fácil ao exercício da atividade.</p> <p>Entre as alterações introduzidas salienta-se a separação do regime de acesso ao mercado de construção consoante se trate de obras públicas ou de obras particulares, na medida em que são também distintas as normas da União Europeia que disciplinam os dois sectores.</p> <p>Aprovou, ainda, uma proposta de lei que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares.</p> <p>São estabelecidas as qualificações mínimas impostas a estes técnicos e inclui-se um quadro sancionatório para a violação dos deveres profissionais dos técnicos abrangidos pela proposta de lei. Aproveita-se ainda para fazer referência expressa ao novo regime de reconhecimento de qualificações profissionais obtidas fora de Portugal por nacionais de Estados do espaço económico europeu.</p>
Postos de abastecimento de combustíveis	<p>Aprovou um diploma que fixa o regime jurídico aplicável à exploração de áreas de serviço e ao licenciamento para implantação de postos de abastecimento de combustíveis marginais às estradas.</p> <p>É revogado um conjunto de normas dispersas, regulamentando-se por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das infraestruturas rodoviárias, do ambiente, do ordenamento do território e da energia, as condições concretas de localização, classificação, composição, exploração e funcionamento dos postos de abastecimento de combustíveis.</p>
Conselho de Ministros de 17 de abril	<p>Aprovou uma proposta de lei que autoriza o Governo a aprovar um novo Código do Procedimento Administrativo, criando novas regras de funcionamento da Administração Pública, de modo a que a satisfação do interesse público e a resolução dos problemas de todos aqueles que com ela se relacionam sejam ditadas pela justiça, segurança, celeridade e eficiência.</p> <p>É definido o âmbito de aplicação do novo Código do Procedimento Administrativo, reforçando os princípios gerais da atividade administrativa já existentes e aditando novos princípios, reforçando as garantias de imparcialidade e de isenção da Administração no seu relacionamento com os particulares.</p> <p>Nos tradicionais domínios da atividade administrativa - regulamento e ato administrativo - o novo Código do Procedimento Administrativo consagra, pela primeira vez, o regime substantivo dos regulamentos administrativos.</p> <p>Ao nível do regime da invalidade do ato introduzem-se modificações mais profundas em matéria de nulidade e aproveita-se para consagrar a distinção entre a revogação e a anulação administrativas há muito reclamada pela doutrina, estabelecendo-se condicionalismos aplicáveis a cada uma destas figuras.</p> <p>Em matéria de garantias administrativas, foram introduzidas alterações importantes relativamente à reclamação e recursos administrativos, estabelecendo-se o seu carácter facultativo e regulando-se o incumprimento do dever de decidir.</p>
Código do Procedimento Administrativo	
Conselho de Ministros de 17 de abril	
Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal	<p>Aprovou a Convenção relativa à Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal, em conformidade com o Protocolo de Revisão à Convenção relativa à Assistência Mútua em Matéria Fiscal, adotado em Paris, em 27 de maio de 2010.</p> <p>Esta Convenção visa possibilitar às Partes - países membros destas duas organizações e países não membros - várias modalidades de cooperação administrativa, sob a forma de troca de informações, verificações fiscais simultâneas, assistência à cobrança e notificação de documentos, tendo em vista a luta contra os fenómenos internacionais de evasão e a fraude fiscais e, em geral, os comportamentos de incumprimento dos deveres fiscais.</p>
Conselho de Ministros de 10 de abril	
Plano Estratégico dos Transportes e	<p>Aprovou o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas para o horizonte 2014-2020, abrangendo o sector ferroviário, marítimo-portuário, rodoviário e aereo-</p>

Iniciativa	Sumário
Infraestruturas 2014-2020 Conselho de Ministros de 3 de abril	<p>portuário-logístico, bem como os transportes públicos de passageiros.</p> <p>Os objetivos estratégicos que presidem a este Plano são a competitividade e o desenvolvimento sustentável da economia, a coesão social e territorial, a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, e a comportabilidade financeira para os contribuintes.</p> <p>O Plano engloba uma verba total de 6067 mil milhões de euros para um horizonte de oito anos (2022), dos quais apenas 1400 a 1700 milhões de euros serão suportados pelo Estado, através dos sucessivos orçamentos.</p>
Reprivatização da Empresa Geral do Fomento Conselho de Ministros de 3 de abril	<p>Aprovou o caderno de encargos do concurso público de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S. A. (EGF).</p> <p>É determinado que são alienadas 100% das ações da EGF e que o concurso público tem por objeto ações representativas de 95 % do capital social da EGF, a contratar em bloco.</p> <p>O concurso processa-se em três fases, uma primeira com a apresentação pelos concorrentes de propostas não vinculativas, uma segunda com apresentação de propostas vinculativas pelos concorrentes selecionados na fase anterior e, finalmente, a escolha do concorrente vencedor, que pode ser precedida por negociações com um ou mais concorrentes.</p> <p>Fica reservado para os trabalhadores um montante de ações correspondente a 5% do capital social da EGF, a alienar através de uma oferta pública de venda (OPV).</p> <p>São também regulados os termos do exercício pelos municípios da opção de alienação das participações sociais que detenham no capital das entidades gestoras de sistemas multimunicipais nas quais a EGF é acionista, bem como o exercício do direito de preferência pelos restantes municípios da mesma entidade gestora, relativamente à referida alienação.</p> <p>De modo a reforçar a transparência do processo de reprivatização, o Governo, através da PARPÚBLICA, coloca à disposição do Tribunal de Contas toda a documentação que integra o processo de venda, incluindo todos os pareceres e relatórios previstos na lei.</p>
Exercício da atividade de responsável por instalações elétricas Conselho de Ministros de 3 de abril	<p>Aprovou uma proposta de lei que estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas, conformando-os com a legislação em vigor e com a transposição das diretivas da União Europeia relativas ao reconhecimento das qualificações profissionais e aos serviços no mercado interno.</p> <p>Visando o princípio da liberdade de escolha de profissão, foram reduzidos ou eliminados obstáculos supérfluos ou desproporcionados ao acesso e exercício destas atividades, por forma a garantir a existência de um mercado verdadeiramente concorrencial.</p> <p>Esta proposta de lei regula ainda a certificação de organismos de formação de técnicos responsáveis pela execução e exploração de instalações elétricas de serviço particular, que não sejam engenheiros ou engenheiros técnicos.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Autorização de celebração de contrato programa</i></p> <p>Portaria n.º 245/2014. D.R. n.º 63, Série II de 2014-03-31</p>	<p>Autoriza o Conselho Diretivo do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. a celebrar o contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Comité Paralímpico de Portugal.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Autorização de assunção de encargos</i> Portaria n.º 247/2014. D.R. n.º 64, Série II de 2014-04-01	Autoriza o Instituto de Informática, I. P. a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de aquisição de serviços de "Supervisão Aplicacional".
<i>Auxílio Financeiro</i> Contrato n.º 213/2014. D.R. n.º 64, Série II de 2014-04-01	Contrato de auxílio financeiro mitigação de impactos e recuperação de equipamentos públicos danificados no incêndio na serra do Caramulo, entre 21 e 30 de agosto de 2013, no Município de Águeda.
<i>Auxílio Financeiro</i> Contrato n.º 214/2014. D.R. n.º 64, Série II de 2014-04-01	Contrato de auxílio financeiro «Mitigação de impactos e recuperação de equipamentos públicos danificados no incêndio em Picões, entre 8 e 11 de julho de 2013, no município de Mogadouro».
<i>Auxílio Financeiro</i> Contrato n.º 215/2014. D.R. n.º 64, Série II de 2014-04-01	Contrato de auxílio financeiro "Mitigação de impactos e recuperação de equipamentos públicos danificados no incêndio na Serra do Caramulo, entre 21 e 30 de agosto de 2013, no município de Tondela".
<i>Auxílio Financeiro</i> Contrato n.º 216/2014. D.R. n.º 64, Série II de 2014-04-01	Contrato de auxílio financeiro "Mitigação de impactos e recuperação de equipamentos públicos danificados no incêndio em Picões, entre 8 e 11 de julho de 2013, no município de Torre de Moncorvo".
<i>Auxílio Financeiro</i> Contrato n.º 217/2014. D.R. n.º 64, Série II de 2014-04-01	Contrato de auxílio financeiro «Mitigação de impactos e recuperação de equipamentos públicos danificados no incêndio na serra do Caramulo, entre 21 e 30 de agosto de 2013, no município de Vouzela».
<i>Orgânica da Autoridade Tributária e Aduaneira</i> Decreto-Lei n.º 51/2014. D.R. n.º 65, Série I de 2014-04-02	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro, que aprova a orgânica da Autoridade Tributária e Aduaneira, introduzindo alterações ao regime de despesas.
<i>Autorização de encargos</i> Despacho n.º 4796/2014. D.R. n.º 66, Série II de 2014-04-03	Autoriza a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais a assumir encargos no âmbito do Projeto Comunitário - Reiniciência dos Jovens Ofensores e Prevenção da Delinquência.
<i>Extensão de encargos</i> Portaria n.º 254/2014. D.R. n.º 66, Série II de 2014-04-03	Portaria de extensão de encargos - Comunicação de Voz em Local Fixo.
<i>Serviços postais - regime jurídico</i> Lei n.º 16/2014. D.R. n.º 67, Série I de 2014-04-04	Procede à segunda alteração à Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional.
<i>Isenção de IRC</i> Despacho n.º 4853/2014. D.R. n.º 67, Série II de 2014-04-04	Isenção de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC da ADISEGI - Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Estatística e Gestão de informação.
<i>Orçamento do Estado para 2014 - execução</i> Decreto-Lei n.º 52/2014. D.R. n.º 68, Série I de 2014-04-07	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2014.
<i>Conta Provisória</i> Declaração n.º 54/2014. D.R. n.º 68, Série II de 2014-04-07	Conta provisória de janeiro a dezembro de 2013.
<i>Reprivatização da Empresa Geral do Fomento</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2014. D.R. n.º 69, Série I de 2014-04-08	Aprova o caderno de encargos do concurso público de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S. A., previsto no Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março.
<i>Regime especial de reabilitação urbana</i> Decreto-Lei n.º 53/2014. D.R. n.º 69, Série I de 2014-04-08	Estabelece um regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que estejam afetos ou se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Concessão de Garantia Pessoal</i></p> <p>Despacho n.º 4950/2014. D.R. n.º 69, Série II de 2014-04-08</p>	<p>Concessão da garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., junto do Banco Europeu de Investimento para financiamento parcial do projeto "EPAL III".</p>
<p><i>Manutenção de Garantia</i></p> <p>Despacho n.º 4951/2014. D.R. n.º 69, Série II de 2014-04-08</p>	<p>Manutenção Garantia Estado Empréstimo CEB - Parque Escolar.</p>
<p><i>Aprovação de declarações de suficiência orçamental</i></p> <p>Despacho n.º 4953/2014. D.R. n.º 69, Série II de 2014-04-08</p>	<p>Aprova as declarações de suficiência orçamental e de cativação de verbas a que se refere o n.º 2 do artigo 144.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, emitidas pelas entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde, até ao limite máximo de 2 milhões de euros.</p>
<p><i>Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 55/2014. D.R. n.º 70, Série I de 2014-04-09</p>	<p>Cria o Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético.</p>
<p><i>Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional.</i></p> <p>Lei n.º 17/2014. D.R. n.º 71, Série I de 2014-04-10</p>	<p>Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional.</p>
<p><i>Programa Simplificar</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 31/2014. D.R. n.º 72, Série I de 2014-04-11</p>	<p>Recomenda ao Governo que proceda à implementação de um programa nacional, global e integrado de modernização, simplificação e desburocratização administrativas que se denominará Programa Simplificar.</p>
<p><i>Projeto PIN - Volkswagen Autoeuropa</i></p> <p>Despacho n.º 5174-A/2014. D.R. n.º 71, 2.º Suplemento, Série II de 2014-04-10</p>	<p>Declara o interesse estratégico do Projeto de Investimento da Volkswagen Autoeuropa, Lda. para efeitos de enquadramento nas tipologias de investimento suscetíveis de apoio no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação.</p>
<p><i>Orçamento do Estado para 2014 - execução</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 25/2014. D.R. n.º 72, Série I de 2014-04-11</p>	<p>Retifica o Decreto-Lei n.º 52/2014, de 7 de abril, do Ministério das Finanças, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2014, publicado no Diário da República n.º 68, 1.ª série, de 7 de abril de 2014.</p>
<p><i>Júri "Fatura da sorte"</i></p> <p>Despacho n.º 5175/2014. D.R. n.º 72, Série II de 2014-04-11</p>	<p>Condições dos júris dos sorteios da Fatura da Sorte.</p>
<p><i>Júri "Fatura da sorte"</i></p> <p>Despacho n.º 5176/2014. D.R. n.º 72, Série II de 2014-04-11</p>	<p>Nomeação do júri do sorteio "Fatura da Sorte".</p>
<p><i>Abertura de Concurso Público</i></p> <p>Portaria n.º 266/2014. D.R. n.º 72, Série II de 2014-04-11</p>	<p>Portaria que autoriza o IGFEJ, IP a proceder à abertura de concurso público, com vista à contratação do serviço de Helpdesk.</p>
<p><i>Política de ambiente</i></p> <p>Lei n.º 19/2014. D.R. n.º 73, Série I de 2014-04-14</p>	<p>Define as bases da política de ambiente.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos</i></p> <p>Portaria n.º 270/2014. D.R. n.º 75, Série II de 2014-04-16</p>	<p>Autoriza o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I. P.), a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de vigilância e segurança ao abrigo do Acordo Quadro nº VS2010, da ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..</p>
<p><i>Fixação do valor de taxa</i></p> <p>Portaria n.º 87/2014. D.R. n.º 76, Série I de 2014-04-17</p>	<p>Fixa o valor da taxa de Segurança Alimentar Mais para o ano de 2014.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Autorização de assunção de encargos</i></p> <p>Portaria n.º 274/2014. D.R. n.º 78, Série II de 2014-04-22</p>	<p>Autoriza o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), a assumir o encargo plurianual inerente à abertura do procedimento com vista à contratação de uma Equipa Técnico-científica afeta à exploração do Centro Nacional de Reprodução do Lince-Ibérico (CNRLI), para prestar serviço nas respetivas instalações.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos</i></p> <p>Portaria n.º 275/2014. D.R. n.º 78, Série II de 2014-04-22</p>	<p>Autoriza a Parque Escolar, E.P.E. a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de fornecimento e montagem, em regime de aluguer, de monoblocos pré-fabricados para a instalação provisória de salas de atividades letivas - Escola Secundária de Marco de Canaveses.</p>
<p><i>Oferta pública de venda da REN - Redes Energéticas Nacionais</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2014. D.R. n.º 80, Série I de 2014-04-24</p>	<p>Aprova determinadas condições da oferta pública de venda da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A., e o caderno de encargos da venda direta institucional.</p>
<p><i>Redução de transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro</i></p> <p>Despacho n.º 5608/2014. D.R. n.º 81, Série II de 2014-04-28</p>	<p>Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Vila Verde, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.</p>
<p><i>Redução de transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro</i></p> <p>Despacho n.º 5609/2014. D.R. n.º 81, Série II de 2014-04-28</p>	<p>Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Torre de Moncorvo, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.</p>
<p><i>Redução de transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro</i></p> <p>Despacho n.º 5610/2014. D.R. n.º 81, Série II de 2014-04-28</p>	<p>Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Vila Viçosa, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.</p>
<p><i>Redução de transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro</i></p> <p>Despacho n.º 5611/2014. D.R. n.º 81, Série II de 2014-04-28</p>	<p>Estabelece a redução no montante a transferir do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o Município de Vila Real de Santo António, como consequência do incumprimento dos limites de endividamento municipal.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos</i></p> <p>Portaria n.º 93/2014. D.R. n.º 82, Série I de 2014-04-29</p>	<p>Autoriza a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas a proceder à repartição de encargos, relativa à aquisição de serviços de comunicações de voz e de dados em local fixo.</p>
<p><i>Extensão de encargos</i></p> <p>Portaria n.º 286/2014. D.R. n.º 82, Série II de 2014-04-29</p>	<p>Portaria de extensão de encargos - Aquisição de consumíveis de impressão</p>
<p><i>Autorização de assunção de encargos</i></p> <p>Portaria n.º 287/2014. D.R. n.º 82, Série II de 2014-04-29</p>	<p>Portaria que autoriza o conselho diretivo do Instituto de Informática, I.P., a assumir encargos orçamentais decorrentes do contrato de aquisição de serviços de desenvolvimento de software relativos à reformulação do "Sistema de Agregados Familiares".</p>
<p><i>Autorização de assunção de encargos</i></p> <p>Portaria n.º 288/2014. D.R. n.º 82, Série II de 2014-04-29</p>	<p>Portaria que autoriza o conselho diretivo do Instituto de Informática, I.P., a assumir encargos orçamentais decorrentes do contrato de aquisição de serviços de desenvolvimento de software de reforço para "Projetos de gestão de informação".</p>
<p><i>Autorização de assunção de encargos</i></p> <p>Portaria n.º 289/2014. D.R. n.º 82, Série II de 2014-04-29</p>	<p>Portaria que autoriza o Instituto de Informática, I. P., a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de aquisição de serviços de "Administração de base de dados Oracle e de sistemas SAP".</p>

Abreviaturas Utilizadas

